



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

OZILEIA CARDOSO DA SILVA

ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: análises e
perspectivas da política social no Serviço Social Brasileiro

**NATAL/RN
2018**

OZILEIA CARDOSO DA SILVA

ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: análises e
perspectivas da política social no Serviço Social Brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social –
PPGSS no Centro de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
– UFRN para fins de conclusão do curso de
Mestrado e obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos
Wellen.

**NATAL/RN
2018**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Silva, Ozileia Cardoso da.

Assistência social e reprodução da força de trabalho: análises e perspectivas da política social no Serviço Social Brasileiro / Ozileia Cardoso da Silva. - 2018.

136f.: il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen.

1. Serviço Social - Dissertação. 2. Política Social - Dissertação. 3. Assistência Social - Dissertação. 4. Reprodução da força de trabalho - Dissertação. 5. Estado - Dissertação. 6. Direitos Sociais - Dissertação. I. Wellen, Henrique André Ramos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 364-72

Elaborado por Eliane Leal Duarte - CRB-15/355

OZILEIA CARDOSO DA SILVA

ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: análises e perspectivas da política social no Serviço Social Brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN para fins de conclusão do curso de Mestrado e obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Presidente – Orientador

Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro externo – Examinador

Profa. Dra. Silvana Mara Moraes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Membro interno – Examinadora

Profa. Dra. Carla Montefusco de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Membro interno – Examinadora suplente

**NATAL/RN
2018**

Dedico

Aos adolescentes que, ao longo da construção deste trabalho, foi designado meu exercício profissional na condição de assistente social no âmbito da política de Assistência Social, pois a particularidade que os conformam é expressão das mistificações que velam a correspondência dialética entre Estado e Capital, na preservação da totalidade social que estão imbricados. E, porque condenados à ociosidade forçada e destituídos de meios à própria subsistência, a “propriedade privada moderna” se ergue na condição de “acusadora” e, também, de “juíza” em seu cotidiano, quando o é, na verdade, a causa primeira e última de suas realidades concretas.

À minha Mãe, pela fé e o abraço acalentador de todos os dias.

E a todos/as que, fraternalmente, se puseram ao meu lado em travessia de “águas agitadas”.

AGRADECIMENTOS

*Nas raízes há marcas de muita gente...*¹

Gratidão porque “[...] aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar²”. E, assim, quando a caminhada se apresentou ser tão difícil seguir, nela encontrei amparos que me impulsionam a prosseguir, que apontaram que o horizonte se preservava. Gratidão por um processo que se fez coletivo, pelas “mãos” que me fortaleceram quando as forças pessoais se minavam, pela alegria compartilhada em cada passo alcançado, pela ousadia de uma fé na superação possível.

Em cada passo a certeza da sustentação por muitas raízes. Aqui, meu reconhecimento:

À minha *família*, a quem devo o aprendizado da coragem e da resistência diárias. E, especialmente, à *minha amada mãe* – “mainha” de todos os dias – meu exemplo maior de resistência, generosidade e fé na vida. De uma força que emana das fragilidades. Que me ensina (e quantas vezes silenciosamente) que apesar dos obstáculos diante dos quais nos deparamos na vida, ainda que nem de longe seja fácil, é preciso seguir desbravando “mares”, ora tranquilos ora turbulentos. E para isso, seu abraço sempre foi (é) esperança, coragem e fé em si mesmo e em tempos melhores.

Ao professor *Henrique Wellen*, sem o qual este trabalho não se objetivaria e a quem sou devedora dos avanços analíticos alcançados. Registro o imenso prazer e alegria pelo encontro nestas terras potiguares. Expresso a honra de tê-lo como mestre neste processo e, especialmente, pela relação fraterna ao longo dele. Pela disponibilidade, pela generosidade, pela paciência, pela compreensão, por uma confiança quando parecia não haver razão para tal. Pela presença ininterrupta, inclusive além-mar, rompendo as fronteiras geográficas. Agradeço pela referência profissional e intelectual que o é. Agradeço pelas “mãos” que impulsionaram um novo recomeço. Pela acolhida e respeito sempre demonstrados aos “desabafos” ao longo do caminho percorrido, e por mediar frente a eles uma alternativa para o que parecia

¹ Autoria própria.

² Trecho da canção *Caminhos do Coração* de Gonzaguinha.

desesperançoso. Por ensinar que é preciso seguir com parcimônia, não deixar-se cair em idealismos perante tantas exigências, porque “não fazemos a história como queremos, mas como respostas às nossas possibilidades”, e quanto às limitações da vida, estas também podem ser usadas a nosso favor uma vez que “na dialética da vida, a sombra que nos move também nos ilumina”. Grata por tudo o que representa no processo construído. Minha admiração, gratidão e afeto.

À tão especial **Sheine**, pela preciosa amizade. Pela trajetória do mestrado compartilhada, e quando, nela, as situações pareciam difíceis demais unimos forças em superação a cada uma delas. Estivemos de “mãos dadas” do seu início até o ponto de chegada almejado. Por sua presença, torcida e cuidados contínuos. E em seu nome também estendo este agradecimento aos seus pais - **João e Célia** -, pela generosidade e estímulo para seguir adiante em meio às adversidades enfrentadas. Serei sempre grata.

A **Diogo**, amigo querido, pela amizade e o apreço demonstrados. E com suas “artes” estende a nobreza que o conforma. Agradeço a singular presença, na companhia de Sheine, neste meu processo.

À **Rosalina**, pelo companheirismo que ultrapassa fronteiras geográficas. Amizade que se constituiu para além dos muros da Universidade desde os tempos de graduação, e em quem eu sempre encontro cuidados, coragem, e a restituição do sorriso quando as circunstâncias retiram-no.

À **Carla Montefusco**, mestre e presença amiga encontrada nos campos da UFRN. Pela acolhida e carinho sempre demonstrados. Apoio especial desde o início desta trajetória. Gratidão por tudo. Uma preciosa referência de respeito e solicitude desde os tempos de graduação. Admiração, afeto e gratidão!

Às queridas **Débora, Geovana e Jessiane**, amigas inestimáveis. Carinho e apoio sempre em prontidão. Afeto e admiração pelas pessoas que são. Agradeço pela acolhida sempre carinhosa, pelos cuidados e partilhas vivenciadas.

À **Anuska**, presença amiga cuja distância física não limita. Grata pelo carinho, generosidade, disponibilidade sempre demonstrados. Afeto sempre.

À **Ana Lígia**, cujo encontro é anterior ao mestrado e nele prosseguimos, pela atenção, força, carinho.

À **Monally**, pela alegria da amizade encontrada ao longo desta caminhada. Carinho e torcida de pronta.

À **Rosângela Cavalcanti**, “moça” querida que o XV CBAS me presenteou, e desde então o vínculo se preserva; e hoje, também, em convivência no universo da UFRN, com sua presença afetuosa e sempre gentil.

À **Turma de mestrado**, constituída por **Ada Kalyne; Ana Lígia, Ana Ketsia, Elizângela, Érika Karla, Karina Tatiane, Floriza Soares, Leonardo Moreira, Márcia Martins, Monally Cardoso, Sebastião Caio, Sheine Santos**, pela convivência alegre, desafios superados e amizade construída.

Ao **Programa de Pós- Graduação em Serviço Social - PPGSS, nas pessoas das professoras Rita de Lourdes de Lima e Carla Montefusco de Oliveira**, pela oportunidade da formação vivenciada, pelo compromisso com a qualidade deste processo e a atenção às necessidades apresentadas.

A todos os **docentes** em convivência em sala de aula – **Andréa Lima, Carla Montefusco, Iris Maria de Oliveira, Maria Célia Correia Nicolau, Silvana Mara Moraes dos Santos** – e aos demais, cujo encontro se deu em espaços além-sala de aula – portanto, a todos os **docentes do PPGSS e do Departamento de Serviço Social – DESSO** -, pelas inestimáveis contribuições e o esforço empreendido em compromisso a qualidade do processo formativo, meu grande agradecimento.

À professora **Edla Hoffmann**, pelo apoio fundamental e a solicitude perante uma situação inesperada que parecia obstar o início do “sonho” almejado.

Ao **Grupo de Estudos e Pesquisa – GEPTED/QTEMOSS**, pela oportunidade da convivência, pelos debates e reflexões suscitados. Espaço de relevância inestimável.

Ao professor **Marconi Silva**, vinculado ao Departamento de Economia da UFRN, pela participação e atenção em comprometimento ao processo da pesquisa na ocasião do Exame de Qualificação. Registro o prazer e o agradecimento pela sua participação também na construção deste estudo.

À professora **Silvana Mara**, pela presença e contribuições desde o início da construção deste trabalho, ao lecionar, em conjunto com a professora Andréa Lima, o componente curricular “Seminário de Dissertação” e, em seguida, na condição de membro da Banca de Qualificação. Registro que há confiança intelectual e muito agradeço pelos encontros atenciosos e cuidados demonstrados. E mais uma vez, agradeço-lhe pela disponibilidade à composição da banca de defesa do presente trabalho. Desde já certa de suas contribuições inestimáveis ao trabalho apresentado. Meu agradecimento e admiração.

Ao professor **Marcelo Sitcovsky**, pela disponibilidade e prontidão na aceitação ao convite à apreciação crítica do estudo apresentado. Muito lhe agradeço por sua participação e suas contribuições neste processo de formação e de construção coletiva de conhecimento.

À **Karla Farias**, pela atenção e confiança demonstrados desde a convivência ainda como discente de graduação. Uma torcida especial, a qual sempre me é demonstrada.

À **Lucinha**, pela acolhida e presteza às minhas demandas (e de todos os demais discentes do PPGSS) e, de modo especial, a torcida que me foi dirigida na trajetória do mestrado.

À querida **Salete Reis**, sempre atenciosa e solícita desde o período de graduação em Serviço Social. Torcida e vibração expressiva ainda no processo seletivo para o ingresso no curso de mestrado deste Programa (PPGSS), e que se estende até os dias presentes. E em seu nome, estendo meu agradecimento a todos os funcionários da UFRN.

Às **turmas de Docência Assistida** (2017.1 e 2017.2), com a mediação do professor Henrique Wellen, pela oportunidade vivenciada e enriquecedora ao processo de formação. E de cujas experiências se faz próximo presenças afetuosas e solícitas desde então.

À **Solange, Gleide, Jéssica, Záira, Priscilla, Graciely, Rayana, Mara, Joana, Luana, e ao Rafael**, parcerias encontradas no ambiente de trabalho, e em resistência e apoio mútuo perante os desafios com os quais nos deparamos; e, hoje, amizades preciosas. Por todo o apreço, generosidade, incentivo diário, cuidados, especialmente nos últimos meses para a construção deste trabalho, meu mais profundo agradecimento.

Aos colegas do cotidiano de trabalho, no âmbito da política de assistência social, pela solidariedade às minhas demandas perante a dinâmica de estudos e trabalho, pela leveza me apresentada e torcida diárias.

A todas as parcerias encontradas, as quais contribuíram direta e indiretamente, e de distintas formas, meu agradecimento.

E, por fim, expresso, mais uma vez, meu agradecimento à **Profa. Carla Montefusco**, ao **Prof. Marcelo Sitcovsky** e à **profa. Silvana Mara** pela interlocução que nos foi permitida por meio da apresentação deste estudo. Grata pela leitura e considerações dirigidas ao estudo lhes apresentado. E gratidão, sempre, ao professor **Henrique Wellen**.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Karl Marx.

RESUMO

Esta pesquisa trata das abordagens teóricas analíticas identificadas na produção teórica do Serviço Social Brasileiro sobre política social e a especificidade da assistência social e sua relação com o processo de reprodução da força de trabalho. O objeto deste estudo foram as concepções expressas pelos autores do Serviço Social sobre a política social e a assistência social em sua relação com a reprodução da força de trabalho. Portanto, o problema central desta pesquisa é: *qual a relação entre a concepção de assistência social, a política social e a força de trabalho como mediação entre Estado e sociedade presente na produção teórica do Serviço Social Brasileiro?* Os objetivos foram: 1) *apreender os fundamentos teórico-metodológicos da concepção de política social na literatura do Serviço Social*; 2) *identificar as perspectivas utilizadas em tais análises do Estado capitalista e sua relação com a reprodução da força de trabalho*; 3) *analisar a especificidade da assistência social como mediação estatal em relação à reprodução da força de trabalho*. Sobre os pressupostos metodológicos, este trabalho é essencialmente teórico, subsidiado pela pesquisa bibliográfica como um processo de coleta de informações abordando a literatura do Serviço Social. Os resultados são apresentados a partir da apreensão de três perspectivas analíticas, que são organizadas em duas partes: *Parte I - Política social e padrão de cidadania*: 1) *O enfrentamento da pobreza (Política social e o enfrentamento da pobreza: a reprodução social das classes subalternas)*; *Parte II - Políticas sociais, luta de classes e acumulação de capital*: 1) *A perspectiva da luta de classes (Política social, totalidade social e lutas políticas)*; e 2) *A dinâmica de interdependência entre o Estado e o capital (Política social e a dinâmica entre o Estado e o processo de acumulação de capital)*. Finalmente, a análise endossa que a real apreensão da função social da política social - e sua particularidade como assistência social - emerge no contexto do capital monopolista. Como o histórico das políticas sociais é baseado na reprodução da força de trabalho, é necessário, para compreender suas determinações fundamentais, focar a perspectiva da totalidade na relação entre política e economia, a saber, com base na reciprocidade entre a capital e o Estado. Conclui-se que as implicações contemporâneas no campo dos direitos sociais e, portanto, das políticas sociais, precisam ser apreendidas com as determinações do capital em seus limites apresentados e em expansão em tempos de crise estrutural. Também é importante se preocupar com o impacto disso no processo de desvalorização da força de trabalho, mantendo essa reprodução na fronteira da sobrevivência.

Palavras-chave: Serviço Social; Política social; Assistência Social; Reprodução da força de trabalho; Estado; Direitos Sociais.

ABSTRACT

This research deals with the theoretical analytical approaches identified in the Brazilian Social Work's theoretical production about social policy and the specificity of social assistance and its relation with the process of labour power reproduction. The object of this study was the conceptions expressed by Social Work authors about social policy and social assistance in their relation to the labour power reproduction. Therefore, this research's central problem is: *what is the relationship between the conception of social assistance, the social policy and the labour power as mediation between state and society present in the Brazilian Social Work's theoretical production?* The goals were: 1) *to grasp the theoretical-methodological foundations of the social policy conception within Social Work literature;* 2) *to identify the perspectives used in such analyses of the capitalist state and their relation to the labour power reproduction;* 3) *to analyse the specificity of social assistance as state mediation in relation to the labour power reproduction.* On the methodological assumptions, this work is essentially a theoretical one, subsidized by bibliographical research as a process of collection information addressing the Social Work literature. The results are presented from the apprehension of three analytical perspectives, which are organized in two parts: *Part I - Social policy and citizenship standard: 1) The confrontation with poverty (Social policy and the confrontation with poverty: the social reproduction of subaltern classes); Part II - Social policies, class struggle and capital accumulation: 1) The perspective of class struggle (Social policy, social totality and political struggles); and 2) The dynamics of interdependence between the State and capital (Social policy and the dynamics between the State and the process of capital accumulation).* Finally, the analysis endorses that the real apprehension of social policy's social function – and its particularity as social assistance – emerges in the context of monopolistic capital. Because the historical of social policies is based on the labour force reproduction, it is necessary, in order to grasp its founding determinations, to focus on the perspective of totality in the relationship between politics and economy, namely, on the basis of reciprocity between the capital and the State. It is concluded that the contemporary implications in the field of social rights, and therefore of social policies, need to be apprehended with the determinations of capital in its limits presented and in expansion in times of structural crisis. It is also important to concern the impact of that on the process of devaluation of labour power, keeping this reproduction in the frontier of survival.

Keywords: Social Work; Social Policy; Social Assistance; Labour power Reproduction; State; Social Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I	21
POLÍTICA SOCIAL E PADRÃO DE CIDADANIA	21
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL E O ENFRENTAMENTO À POBREZA: A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS CLASSES SUBALTERNAS.....	21
1.1 O MODELO ECONÔMICO-POLÍTICO CONSERVADOR E A CONFORMAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	23
1.2 CIDADANIA <i>VERSUS</i> MERCADO: A PERSPECTIVA DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	41
PARTE II	52
POLÍTICAS SOCIAIS, LUTA DE CLASSE E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	52
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL, TOTALIDADE SOCIAL E AS LUTAS POLÍTICAS	52
1.1 ENTRE A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A LEGITIMIDADE DO ESTADO E A LUTA DE CLASSES: A PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DA POLÍTICA SOCIAL	54
1.2 A LUTA POLÍTICA E A PERSPECTIVA DA TOTALIDADE: O ESTADO ALÉM DO “COMITÊ EXECUTIVO”	65
CAPÍTULO 2 - POLÍTICA SOCIAL E A DINÂMICA ENTRE O ESTADO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	87
2.1 ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO NAS POLÍTICAS SOCIAIS... ..	89
2.2 A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O DIREITO AO TRABALHO E A DESVALORIZAÇÃO “ABSOLUTA”	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Ser radical significa tomar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem³.

(Karl Marx)

O Serviço Social tem, ao longo do seu desenvolvimento histórico, se constituído não apenas por um amplo processo de desenvolvimento do seu caráter interventivo como também tem ampliado o escopo e a profundidade acerca da análise crítica dessa própria dinâmica. Se em décadas anteriores debatia-se acerca do *locus* e do fundamento da profissão que, por seu turno, conduzia ao exame sobre os limites das práticas dos assistentes sociais, tal esforço analítico também passou a abarcar, de forma mais recente, a própria relação entre as complexas funcionalidades das políticas sociais. Mas distante daquilo que havia sido constatado por Netto (2011), que a fronteira representativa da profissão localizava-se na “execução terminal das políticas sociais”, a ampliação do horizonte profissional também conduziu a uma tensão teórica e política.

Ao superar os trâmites operacionais das políticas sociais e passar a ocupar, também como resultado de muitas lutas históricas da categoria, os espaços de concepção, as próprias políticas sociais tornaram-se também objeto de análises críticas. O debate sobre as funcionalidades centrais das políticas sociais, por seu turno, revelou tanto uma assimilação teórica crítica – hegemonicamente lastreada por autores e ideias pertencentes à tradição marxista – como incorporou a contextualização histórica e social que incidem sobre elas. Apontando tanto para o papel de controle social, seja esse pela via dos direitos sociais, seja pela via repressiva ou coercitiva, como para a resultante de conquistas históricas de cunho classista e popular, as políticas sociais se apresentam por elementos contraditórios.

Quando são visualizadas a partir da formação histórica e social brasileira, tais contradições recebem uma carga de determinação mais densa, expressando um caráter de menos avanços populares e democráticos. Se, de forma abstrata, as políticas sociais já se expressam pela sua tensão imanente entre, de um lado, a realização de direitos e a efetivação de conquistas sociais e, de outro, o estabelecimento de efeitos ideológicos socialmente apassivadores, tal dinâmica, em terras de capitalismo periférico e dependente, ganha

³ MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

contornos mais complicados. A contraditória relação entre direito e dominação que permeia as políticas sociais é, ao fim e ao cabo, também um resultado das paradoxais relações entre o mercado e o Estado dentro do capitalismo.

E, estando essas relações consubstanciadas pelas condições de desenvolvimento econômico brasileiro, as arestas e os embates ganham um relevo ainda maior. Talvez por isso que, diferente de analistas de outros países, existe no Brasil uma ampliada profusão de questionamentos, de debates (e de embates) que envolvem também a própria funcionalidade da política de assistência social.

Conforme veremos ao longo do nosso texto, longe de apresentarem-se por uma concordância assertiva, as análises das políticas de assistência social se constituem, dentro de obras de autores do Serviço Social brasileiro, por um mosaico de diversas nuances políticas e teóricas.

Centrado, portanto, nos pressupostos fundamentais da Crítica da Economia Política, este trabalho dissertativo se volta para a apreensão crítica da produção científica do Serviço Social brasileiro no estudo da particularidade da política social e, nela, da especificidade da política de assistência social, cujo enfoque da interlocução compreende a relação com a reprodução da força de trabalho. Destarte, o trabalho assume como temática de estudo a política social na relação com a reprodução da força de trabalho pela mediação do Estado burguês a partir do contexto monopolista do Capital.

Tendo, assim, como objeto de estudo a concepção dos autores do Serviço Social sobre a política social na relação com a reprodução da força de trabalho, a análise se deteve no exame da particularidade da relação entre a reprodução da força de trabalho e os direitos sociais, com base na sua efetivação pelas políticas sociais – particularmente, na especificidade da política de assistência social – em contexto monopolista do capital. Para tanto, tomou-se o escopo de produção do Serviço Social brasileiro como campo concreto de análise, buscando apreender os fundamentos teórico-metodológicos conformadores da perspectiva de política social adotada pelo campo pesquisado e na relação com a reprodução da força de trabalho.

O inventário se apresentou a partir da apreensão de parcela das produções teóricas do Serviço Social concernente à temática – Política social -, tomando os fins dos anos de 1980 como referência histórica na consistência das produções literárias a respeito. Tal referência se constitui pela retomada do debate em torno da política social no interior da categoria a partir

da adoção de um viés analítico crítico de tradição marxista, resultante do processo do Movimento de Reconceitualização⁴.

No que diz respeito ao percurso metodológico da incursão proposta, esse foi o problema de pesquisa que torneou a corrente dissertação: *qual a relação entre a concepção de assistência social, a política social e a reprodução da força de trabalho como mediação estatal presente na produção teórica do Serviço Social Brasileiro?* Para tanto, almejou-se realizar um levantamento da produção científica do Serviço Social cujo objeto de estudo compreendesse a política social. Em sequência, a produção foi catalogada como discussões mais gerais, as quais consistiam nos fundamentos em relação à gênese e desenvolvimento da política social – em nível global e particularidade brasileira –, e aquelas com enfoque na especificidade da assistência social. Tal levantamento compreendeu referências bibliográficas, artigos em periódicos científicos (de vinculação digital e impresso), dissertações e teses de âmbito nacional.

Após esse levantamento, tendo em vista a vasta produção em circulação, a opção pelos autores e pelas respectivas formulações teóricas analisadas foi orientada pela constatação da recorrência teórica (e posição política) de determinados autores e suas proposições presente nos estudos empreendidos acerca da temática. Trata-se, então, daqueles considerados no seio do Serviço Social, tanto em âmbito acadêmico quanto da prática profissional, como expoentes analistas⁵ - constituintes tanto da vanguarda do Serviço Social, quanto de uma nova geração de intelectuais em destaque na categoria profissional - dentre eles: Aldaíza Sposati, Alejandra Pastorini, Ana Elizabete Mota, Beatriz Augusto de Paiva, Berenice Rojas Couto, César Henrique Maranhão, Edneia Maria Machado, Elaine Behring, Fernando de Araújo Bizerra, Ivanete Boschetti, José Paulo Netto, Marcelo Sitcovsky, Maria Augusta Tavares, Maria Carmelita Yazbek, Maria do Carmo B. Carvalho Falcão; Maria Luiza Mestriner, Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Thereza de Menezes, Marilda Villela Iamamoto, Milena Silva, Potyara A. P. Pereira, Rachel Raichelis, Renato Francisco dos Santos Paula, Selma Maria Schons, Vicente Paula Faleiros. A escolha se justifica, portanto, em face da reconhecida contribuição e difundida produção teórica presente no âmbito da categoria profissional e,

⁴ Para aprofundamento desse momento histórico da profissão, e as peculiaridades em torno da incorporação do marxismo, leituras imprescindíveis consistem às obras de José Paulo Netto: *Ditadura e Serviço Social: uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2016) e, também, *Serviço Social e Capitalismo Monopolista* (2011).

⁵ Convém informar que não obstante o escopo da produção teórica de Marilda Villela Iamamoto e de José Paulo Netto – referências presentes neste estudo, respectivamente situadas nos capítulos constituintes da II parte da exposição – não apresentar a política social diretamente como objeto de estudo, a recorrência investigativa e expositiva a eles se constituiu indispensável à apreensão da fundamentação teórica acerca do Estado e da economia capitalista incorporada nas produções analisadas.

também, pela influência exercida em áreas afins, não apenas em âmbito nacional, mas, também, de reconhecimento internacional acerca do debate das políticas sociais e, particularmente, da política de assistência social brasileiras.

Quanto à incorporação dos autores como representantes das perspectivas analíticas identificadas, esta se deu a partir da apreensão de suas confluências teórico-metodológicas. Nessa direção, destacamos que a leitura empreendida às produções selecionadas teve por objetivo a apreensão geral acerca da temática de estudo, e não uma análise interna de suas produções, embora sem perder de vista as dissonâncias internas entre as produções dos autores envolvidos, visto que sua desconsideração poderia incorrer numa aparente equalização das análises dos autores estudados.

Buscamos extrair das produções analisadas as categorias centrais adotadas pelos pesquisadores em análise da política social e da assistência social, de modo particular, na relação com a reprodução da força de trabalho. Assim, com a finalidade de apreensão da concepção sobre a política social e da assistência social, desvelando a finalidade que lhe é atribuída dentro da totalidade social burguesa.

A apreensão das categorias analíticas foi norteada pelos eixos: 1) concepção geral de política social; 2) concepção de assistência social; e 3) relação com a reprodução da força de trabalho. E, em contato com a literatura especializada, surgiram as seguintes indagações: Qual a concepção (explícita e implícita) de Estado que os autores sustentavam em suas análises e, por conseguinte, como apreendiam a gestão estatal e as políticas sociais relativas ao contexto monopolista do Capital por meio de sua relação com os direitos sociais? Qual a análise acerca da constituição dos direitos sociais? Como se entendia a mediação entre o Estado e o mercado na gestão da reprodução da força de trabalho? E qual era a apreensão da particularidade da assistência social nas relações de produção e reprodução capitalista com o recorte analítico da reprodução de força de trabalho?

Com a pesquisa empreendida, identificamos a coexistência de três perspectivas analíticas no campo das produções do Serviço Social: a primeira, que diz respeito à tendência da política social e, nela, a assistência social, com ênfase no significado dos serviços e bens públicos aos segmentos pauperizados, se constitui sob o pano de fundo da relação da política social e o enfrentamento à pobreza; na segunda, a política social é apresentada, essencialmente, como produto da luta de classes que se erige em limitações aos interesses capitalistas; e a terceira, em que a política social aparece como resultante da dinâmica de interdependência entre o Estado e o capital. Nas duas primeiras se observa relevado o campo da política, não obstante no caso da segunda apresentar o entendimento da relação entre a

esfera da produção e da circulação, não comparecendo, de forma explícita, a relação de interdependência entre o Estado e às exigências estruturais de uma sociabilidade regida pelo Capital. Já a terceira, em que pese os limites que ainda apresenta em relação ao debate sobre a reprodução da força de trabalho, tem apresentado avanços na discussão da relação de complementariedade à órbita da política e a economia, relação na qual apreendem a função social⁶ da política social a partir de uma perspectiva estrutural.

Convém esclarecer que os quadros analíticos a serem expostos, nos quais estão inscritos os autores aqui envolvidos, não se dirigem, nem de longe, à depreciação de suas contribuições ou dos avanços empreendidos no processo de análise acerca da temática de estudo. Tampouco, poderíamos desconsiderar a coerência de suas linhas argumentativas a partir do referencial analítico adotado. O que queremos destacar é que, a nosso ver, há elementos a serem problematizados - especialmente concernentes aos fundamentos da crítica da economia política -, e que repercutem, inclusive, em proposições políticas defendidas, a partir da separação daquelas esferas, uma vez que se constituem condicionantes.

Nesse sentido, nossa pesquisa se assenta no seguinte fio condutor: economia e política se constituem como instâncias interdependentes, negando-se a aparência de esferas autônomas. Assumimos, portanto, a posição teórica que considera que a totalidade social burguesa, da qual o objeto em estudo faz parte, se constitui por uma relação de interdependência entre o Estado e o Capital. Quando nos referimos à relação de interdependência entre a política (Estado) e a economia, não estamos recorrendo a uma perspectiva determinista do econômico. Longe disso, defendemos que, em perspectiva de totalidade, a apreensão do objeto não há a supremacia de uma dimensão sobre a outra, e sim uma coexistência determinante entre si.

Nossa pesquisa, portanto, se assentou em um pressuposto teórico-metodológico, qual seja: as *relações econômicas* como base material que constituem a totalidade burguesa não podem ser desconsideradas ao processo de apreensão do objeto de estudo em questão. Entendendo, pois, que a função social histórica do objeto na totalidade social da qual faz parte só se faz materialmente fundamentada sob o enfoque dialético da relação entre Estado e mercado. Esse é o aspecto decisivo para a apreensão de suas determinações reais.

No que diz respeito à exposição, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além desta seção introdutória e outra referente às considerações conclusivas. Os respectivos capítulos consistem na apresentação das abordagens teórico-analíticas identificadas na

⁶ Importante esclarecer que, ao empregarmos o termo “função social”, nos referimos à sua apreensão a partir de uma perspectiva estrutural, de uma determinação recíproca entre Capital, trabalho assalariado e Estado.

literatura especializada do Serviço Social brasileiro acerca da temática da política social. E para tanto, também, estão organizados em duas partes. Tais partes se erigem a partir da confluência de categorias de fundamentação da crítica à economia política adotadas, como é o caso da categoria de totalidade, a relação entre a produção e a distribuição, contradição, como referências analíticas ao tratamento do objeto.

A Parte I - ***Política social e padrão de cidadania*** - se caracteriza pela análise restrita ao campo político-institucional, na qual o Estado e as políticas sociais se inscrevem sob a órbita da esfera da política e, ao mesmo tempo, assumem por parâmetro o “Estado de Bem-Estar Social” como o padrão de reprodução social. Com esse direcionamento, a proposição analítica se assenta na separação entre o econômico e o político, requisitando/denunciando a “força pública” para a institucionalização de um padrão de reprodução social generalizado de cidadania e a manutenção de um *status quo* de um segmento minoritário presente na sociedade brasileira, respectivamente.

Nela, o capítulo intitulado de ***Política social e o enfrentamento à pobreza: a reprodução social das classes subalternas*** se sustenta nas formulações teóricas de Aldaíza Sposati (1988; 1995; 1998; 2010), Beatriz Augusto de Paiva (1998, 2010), Berenice Rojas Couto (2010), Maria Carmelita Yazbek (1993; 2010; 2011), Maria do Carmo B. Carvalho Falcão (1995; 2010); Maria Ozanira Silva e Silva (2000; 2013), Maria Luiza Mestriner (2008; 2010), Raquel Raichelis (2010), Renato Francisco dos Santos Paula (2016), e nas quais o tratamento analítico dispensado ao recorte investigativo em questão compreende a política social na perspectiva do enfrentamento à pobreza, com vistas a um padrão de cidadania de reprodução social das classes subalternas, tendo por referência o contexto *welfareano*.

Quanto à Parte II – ***Políticas sociais, luta de classe e acumulação do capital*** –, constituída de duas linhas argumentativas, se fundamenta na articulação entre as esferas da produção e reprodução capitalista. No entanto, faz-se necessário destacar que, inobstante a incorporação dessa fundamentação teórico-metodológica, e, por conseguinte, as duas linhas não diverjam quanto aos fundamentos da crítica da economia política, apresentam aspectos interpretativos distintos.

Sendo assim, no primeiro capítulo constituinte - ***Política social, totalidade social e as lutas políticas***, tendo por referências Alejandra Pastorini (1997), Elaine Behring (2009a, 2009b, 2010, 2011, 2012), Ivanete Boschetti (2003, 2006, 2010, 2011, 2016), Marilda Villela Iamamoto (2009, 2014) e Potyara A. P. Pereira (1996, 2010, 2011), a argumentação analítica se assenta na perspectiva da luta de classes, a qual sob o fundamento da contradição e da totalidade possibilitaria a classe trabalhadora impor limites ao sistema do capital. Trata-se,

pois, da valorização da política na perspectiva da totalidade, na qual os direitos sociais, tendo por base de implementação as políticas sociais, são apreendidos em contraposição à reprodução da classe trabalhadora pela mediação da venda de sua força de trabalho.

A tendência que sustenta a perspectiva teórico-metodológica desse grupo defende a desmercantilização da força de trabalho como uma forma de luta contra a apropriação da riqueza social pelo capital. Para tanto, os direitos sociais se expressam como alternativa a exploração capitalista. O pressuposto desta análise termina, de forma indireta, por não apreender as contradições presentes na relação dialética entre capital, Estado e trabalho assalariado. Como consequência dessa relação: as políticas sociais enquanto objetivação dos direitos sociais são produtos da exploração da força de trabalho, ou seja, sua condição material depende da constituição do trabalho excedente. Assim, a base material da luta de classes na sociedade regida pelo capital constitui-se nas relações econômicas, porque é aí que se apresenta o fundamento da contradição.

E o segundo capítulo – *Política social e a dinâmica entre o Estado e o processo de Acumulação do Capital* – na interlocução com o conjunto de autores composto por Ana Elizabete Mota (2009, 2010, 2015, 2016), César Henrique Maranhão (2010), Edneia Maria Machado (2001), Fernando de Araújo Bizerra (2016), José Paulo Netto (2011, 2012), Marcelo Sitcovsky (2010, 2012), Maria Augusta Tavares (2012, 2016) Maria Thereza de Menezes (1998), Milena Santos (2016), Selma Maria Schons (2008) e Vicente de Paula Faleiros (2009), situa a política social na relação dialética entre a esfera política e a econômica, problematizando a relação de complementaridade entre o Estado e o Capital. O primeiro como pré-requisito inseparável a dominação burguesa sobre os trabalhadores, com vistas à apropriação do trabalho excedente. Para tanto, o Estado é apresentado como base legal do capital, sem o qual sua reprodução é estruturalmente comprometida. Deste modo, o Estado, ainda que assuma (tenha assumido) medidas de intervenção sobre as necessidades reais dos trabalhadores – como é exemplo histórico a configuração do “Estado de Bem-estar Social”, com a emergência do contexto monopolista – jamais se distanciou de sua função essencial, qual seja, garantidor das condições exigidas à reprodução do capital, pois, afinal de contas, esta é a razão de sua existência nesta sociabilidade; é na mediação da exploração do trabalho excedente que se erguem as políticas sociais como intervenções do Estado. O que pode ser verificado na conjuntura presente, caracterizada pela desvalorização severa da força de trabalho.

Importa já mencionar, nessas linhas introdutórias, que não desprezamos a relevância da esfera política, na luta por uma democracia política – como campo de disputa aos

interesses da classe trabalhadora. No entanto, argumentamos que tal esfera possui uma determinação limítrofe intrínseca às exigências de reprodução do capital, e da qual não pode se desfazer, pois implicaria em seu próprio fenecimento. E assim sendo, os interesses dos trabalhadores pela medição política estarão sempre limitados pelas determinações desta ordem social enquanto ela se mantiver.

Feito este introito à discussão, cabe mencionar que consideramos que a finalidade do processo percorrido foi atingida, seu ponto de chegada transformou-se em um novo ponto de partida, e o qual tornou possível a análise que ora se expõe.

Cabe ainda registrar uma reverência ao processo vivenciado, pois, como diria o orientador deste trabalho – e ao qual expressei publicamente meu grande agradecimento –, “o todo é maior que a simples soma de suas partes” (em referência a Aristóteles). Nesse sentido, a exposição dissertativa pode não se expressar em totalidade o processo vivido, uma vez sua consideração como parte do processo. Dizer isso não compreende uma espécie de justificativa frente às limitações e lacunas da exposição presente, pois elas não serão negadas. Uma vez tratar-se de expressões do processo de formação desta pesquisadora ou, ainda, de seu momento histórico, e, assim sendo, são importantes. E porque também as limitações e lacunas são expressões do vasto campo no qual adentramos, e somente por um processo de sucessivas aproximações pode-se alcançar seu conhecimento mais aprofundado.

E quanto ao registro, este é apenas, para a pesquisadora, uma reverência ao processo investigativo que lhe desafiou, inquietou-a, provocou-lhe para avançar na apreensão da dialética do conhecimento. E se, a partir daqui, a suspeita e o medo ainda não puderem ser afastados ou desprezados⁷, é possível, certamente, descobrir que a razão de ser deles possui fundamento dialético na superação.

Por fim, esperamos que este estudo contribua em alguma medida para o debate acadêmico-profissional, ainda que, neste momento, se apresente tão somente como uma incipiente aproximação analítica. Deste modo, destacamos que temos consciência de que o estudo presente consiste apenas numa abordagem inicial frente a um tema de grande envergadura, que carece de maiores esforços analíticos com vistas a análises mais aprofundadas.

Destacamos também que, se a posição teórica aqui defendida parecer polêmica e sujeita a incompreensões, já nos daremos por muito satisfeitos com a valoração relevada da nossa pesquisa, em suscitar tais problematizações e reflexões. Pensamos que, talvez, um dos

⁷ Em referência a: “Que aqui se afaste toda a suspeita. Que neste lugar se despreze todo o medo”, citada por Marx, em *O capital* (2012).

maiores elementos a serem enfrentados refere-se às mistificações em relação à figura de um “Estado regulador” frente às desigualdades sociais. Não cabe desconsiderar que, uma vez requisitado a solucionar os problemas sociais que envolvem a classe trabalhadora, decorrentes do antagonismo conformador da relação capital/trabalho, corre-se o risco de escamotear uma impotência estrutural e oculta da dominação de classe.

Por outro lado, argumentamos que é a atuação do Estado no processo da reprodução da força de trabalho, a partir de uma requisição à totalidade capitalista em determinado momento histórico, que torna possível apreender o redimensionamento de sua intervenção frente às expressões da “questão social”, possibilitando o atendimento de alguns interesses da classe dominada em contraste a relegação da dimensão da reprodução de força de trabalho como se apresenta nas produções teóricas sob a justificativa apriorística de uma perspectiva determinista do econômico.

Como poderá se observar ao longo do nosso texto, não se trata de um posicionamento teórico por um determinismo da instância econômica, mas do resgate da interação dialética entre economia e política, ou seja, da relação dialética existente entre a *produção*, a *distribuição*, a *troca* e o *consumo* (MARX, 2012). Compreendemos, portanto, esse resgate como aspecto indispensável à apreensão real das implicações que incidem sobre a classe trabalhadora no desenvolvimento histórico, sobretudo, do tempo presente cujas exigências contemporâneas da base material recaem sobre a conformação das políticas e os direitos sociais, uma vez que tais exigências situam a reprodução da força de trabalho nos limites da sobrevivência.

PARTE 1

POLÍTICA SOCIAL E PADRÃO DE CIDADANIA

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL E O ENFRENTAMENTO À POBREZA: A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS CLASSES SUBALTERNAS

O Estado não pode eliminar a contradição entre a disposição e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida privada e a vida pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder⁸.

Este capítulo apresenta como objeto de análise a abordagem analítica, presente no Serviço Social brasileiro, na qual a política social – e nela, a assistência social – é apreendida a partir da perspectiva do enfrentamento à pobreza, com vistas a um padrão de cidadania de reprodução social das classes subalternas⁹. Nessa direção, a interlocução teórica compreende, especialmente, o grupo intelectual composto por Aldaíza Sposati (1988; 1995; 1998; 2010), Beatriz Augusto de Paiva (1999; 2010); Berenice Rojas Couto (2010); Maria Carmelita Yazbek (2006; 2012); Maria do Carmo B. Carvalho Falcão (1995; 2010); Maria Luiza Mestriner (2008; 2010); Maria Ozanira Silva e Silva (2000; 2013); Raquel Raichelis (2010); e Renato Francisco dos Santos Paula (2016). Tais referências, especialmente Aldaíza Sposati e Carmelita Yazbek, se justificam pelo pioneirismo que lhes foi atribuído nos marcos de um debate renovado¹⁰ acerca da política social no âmbito da categoria profissional¹¹.

⁸MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**, Expressão Popular, 2010b, p. 60.

⁹ A respeito da categoria – *classes subalternas* – observa-se que a opção é baseada em reflexões de Martins (1989), para o qual tal categoria revelaria mais expressividade que a categoria de trabalhador. Dado o entendimento de que a subalternidade possui fundamento maior no processo de dominação política advindo das relações sociais empreendidas pela sociedade. O que se observa é a compreensão de que a categoria *subalterno* prefiguraria dimensões para além de uma condição econômica, uma vez que a categoria *trabalhador* compreende uma condição no âmbito da produção (YAZBEK, 2006).

¹⁰ Em referência ao processo de renovação profissional do Serviço Social, como repercussão do Movimento Reconceitualização do Serviço Social latino-americano emergente na década de 1960.

¹¹ A título de exemplificação, o estudo “A Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras” (1985), de autoria compartilhada por intelectuais do grupo mencionado (Sposati, Yazbek e Falcão, e em conjunto com Dilsea Adeodata Bonetti) é compreendido na literatura do Serviço Social como marco importante de um debate analítico renovado acerca da questão da política social e o enfoque assistencial.

Convém esclarecer, a respeito, que a orientação na seleção dos autores estudados - a identificação da perspectiva em questão - se apresentou pela convergência de suas proposições teórico-metodológicas no debate. Cabe também observar que a leitura crítica empreendida nas produções selecionadas teve por objetivo a apreensão geral acerca da temática de estudo, e não uma análise interna de suas produções, como já sinalizado de modo geral na seção introdutória deste trabalho.

Destacamos que a confluência analítica dos autores selecionados, em relação à apreensão da política social e com destaque para a política de assistência social, se dirige ao processo de enfrentamento da pobreza às necessidades sociais de reprodução social das classes subalternas na particularidade brasileira. Assim sendo, a política social é concebida, sobretudo, como um mecanismo político, que organiza “[...] as formas e o acesso social dos trabalhadores aos serviços e equipamentos de uso coletivo a partir do papel conjuntural que o Estado desempenha na gestão da força de trabalho” (SPOSATI, 1988, p. 11). Com esse entendimento, observa-se, portanto, a direção de apreender os significados que os serviços, na materialização das políticas sociais, possuem para a população que a eles recorre (SPOSATI, 1988; YAZBEK, 2006), na perspectiva de responsabilização do Estado frente às necessidades dos segmentos pauperizados.

A presente perspectiva analítica - que assume como pano de fundo a atuação do Estado na relação riqueza/pobreza - se detém na particularidade da realidade brasileira, no que diz respeito às fragilidades na constituição de um “Estado de Bem-Estar Social”. Para tanto, resgata e utiliza essa experiência histórica de intervenção estatal, materializada pelos países centrais¹² na segunda quadra do século passado, como parâmetro de um padrão de inclusão social sob a perspectiva de uma cidadania ampliada.

Ao situar a argumentação, portanto, a partir da aferição entre o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras - as quais, conforme análise desenvolvida, teve sua origem assentada em caráter “assistencial”¹³ - e àquelas de contexto do *Welfare State*¹⁴, pressupõe-se que a particularidade do modelo econômico-social e político desenvolvido no Brasil se

¹² Resguardadas as devidas particularidades históricas e específicas das nações nas quais tal experiência se consolidou como um tipo histórico de intervenção capitalista do Estado em contexto monopolista.

¹³ Caráter esse enquanto sinônimo de emergencial. Todavia, numa conotação de ações fragmentadas e eventuais desenvolvidas pelo Estado, conforme Sposati *et al* (2010).

¹⁴ Apesar das controvérsias em torno do uso da expressão *Welfare State* como sinônimo da intervenção histórica do Estado nos “Anos gloriosos” do Capital, dada às particularidades históricas de cada país no qual tal intervenção se consolidou - como já observado na nota 4 - tal expressão será usada neste trabalho para referenciar a conformação assumida pelo Estado, como marco histórico de imbricação das funções políticas e econômicas frente às requisições do capital dos monopólios. Para uma aproximação inicial em relação a controvérsias, conferir: PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (especialmente, capítulo I).

desenvolveu em detrimento de uma cultura política-institucional na qual os serviços e bens públicos se constituem em direitos sociais na perspectiva de cidadania ampliada.

Dito isso, o referido modelo adotado não se dirigiu ao rompimento ou à superação do cenário de desigualdades sociais e, por conseguinte, à garantia de um padrão de "reprodução social" sob a perspectiva da cidadania universal. Pelo contrário, conforme análise de Sposati (1988; 1995), o Estado brasileiro se caracterizou enquanto um “Estado de bem-estar ocupacional”, consubstanciado por uma lógica restrita de cidadania.

Portanto, a análise do processo histórico de desenvolvimento dos direitos (e, particularmente, dos direitos sociais) no Brasil e, por conseguinte, a figuração da política social, toma o modelo econômico-político brasileiro, a qual se grassa em preservação ao *status quo* de privilégios e uma “cultura do assistencial” na contramão de uma esfera pública de direito de cidadania. Assim se caracteriza o pano de fundo do delineamento dessa perspectiva analítica.

A linha argumentativa se situa na relação da política social e, por conseguinte, da assistência social, com um padrão de reprodução social dos segmentos empobrecidos sob a mediação do Estado. Interessa, portanto, a esta abordagem a análise acerca dos “[...] vínculos dessa ação estatal com os segmentos mais pauperizados do proletariado, isto é, o comportamento das responsabilidades estatais frente às condições de reprodução de um contingente da força de trabalho, os mais *espoliados*” (SPOSATI, 1995, p. 55 -56, grifo nosso).

Com essa perspectiva, a abordagem em estudo será apresentada na seguinte progressão: 1) *O modelo econômico-político conservador e a conformação dos direitos sociais na sociedade brasileira*; 2) *Cidadania versus mercado: a perspectiva da reprodução da força de trabalho e a assistência social*.

1.1 O modelo econômico-político conservador e a conformação dos direitos sociais na sociedade brasileira

Dentro da perspectiva aqui em debate, a política social e, por conseguinte, a assistência social, se situa no campo político-emancipatório (PAIVA, 2010) com enfoque, particular, na reprodução social das classes subalternas. Com essa direção, ao tomar a referência do desenvolvimento das políticas sociais do contexto do *Welfare State*, a caracterização das políticas sociais na sociedade brasileira situa a particularidade do desenvolvimento do

capitalismo no Brasil apreendendo o cenário de desigualdade social, de pobreza no país, especialmente, como resultante de uma inoperância política do Estado brasileiro, dada a adoção de um modelo político excludente no qual a cultura política e institucional não se pautou na atenção às demandas sociais dos segmentos empobrecidos.

Nesse sentido, essa entidade (o Estado brasileiro), inserida nas contraditórias determinações históricas e sociais, apresentou-se como incapaz de empreender um processo de ruptura com aquele cenário e, por conseguinte, para garantir um padrão de “reprodução social” na perspectiva da cidadania universal, persistindo, então, uma “[...] cultura ético-política dos brasileiros da discriminação ao direito universal a cidadania” (SPOSATI, 1998, p. 197). Uma cultura ético-política que não se constituiu *extensiva quanto à cidadania*, portanto (idem). Perspectiva essa com a qual corrobora Falcão (1995, p. 115) quando afirma que “nos países do Terceiro Mundo, introduzidos no chamado capitalismo tardio transnacional, não foram capazes de reverter à condição de colônia (dependência) e garantir à sua população *pactos* da mesma ordem que os estabelecidos no primeiro mundo” (grifo nosso).

Nessa linha, também registra Paula (2016),

As particularidades da constituição do Estado brasileiro contribuem para a explicitação do modo como ‘a proteção social’ ingressou de modo tardio e específico na ossatura do Estado como bem público. Ao não termos alcançado padrões de desenvolvimento que levassem a instituição de um Estado de Bem-estar Social – e esses padrões que não se relacionam apenas com o campo econômico –, as políticas sociais por aqui sempre foram componentes estratégicos das *revoluções burguesas* e do *transformismo*, conduzidas pela classe dominante. Não que não o sejam também em países de capitalismo avançado, contudo, *a capacidade organizativa e o potencial contestatório das classes subalternas em alguns desses países se coloca como elemento ‘decisivo’ nos rumos de sua política social, diferentemente daqui, em que prevalece a figura do ‘homem cordial’* [...] (PAULA, 2016, p. 382, grifos nossos)

Ante o exposto, observa-se que, não obstante o autor fazer referência ao desenvolvimento no campo econômico, ao mesmo tempo, reduz sua determinação¹⁵, enquanto dimensão na qual se processam as forças produtivas, dando ênfase à *capacidade organizativa e o potencial contestatório das classes subalternas*¹⁶ na conformação da política social brasileira. Isto é, o centro de sua análise, ao que se observa, corresponde à capacidade organizativa dos sujeitos, particularmente da classe subalterna, subordinando o desenvolvimento das forças produtivas, como condicionante ao desenvolvimento dos direitos sociais e, por conseguinte, das políticas sociais. E com isso o “homem cordial” constitui-se a

¹⁵ No mesmo sentido da orientação marxista, isto é, como sinônimo de condicionante.

¹⁶ Perspectiva essa que, como poderá se observar ao longo do texto, é tomada como diretriz pelos autores.

expressão da posição política assumida pela massa brasileira – a *subalternidade* - frente ao Estado brasileiro no qual a preservação do *status quo* de uma minoria prevaleceu em detrimento das demandas sociais dos sujeitos em maioria na realidade social do Brasil.

Com esse direcionamento, outro aspecto que cabe destacar compreende a perspectiva expressa em relação a *pactos entre as classes*, sinalizada pela autora anterior (FALCÃO, 1995), e que se observa como caracterização dos teóricos acerca da experiência histórica denominada de “Estado de Bem-estar Social” (*Welfare State*), qual seja, difundida como um pacto estabelecido entre a classe dominante e segmentos da sociedade, especialmente, com a classe trabalhadora. Para a autora mencionada, “um pacto é sempre resultante de uma negociação entre forças sociais que detêm expressivo poder. Assim, ele não é mera aliança; *envolve um compromisso e o controle deste compromisso pelas forças que o firmaram*” (idem, p. 117, grifos nossos). Sendo assim, significa dizer que as forças entre as classes envolvidas – capital/trabalhadores – e em sua relação com o Estado, são de mesma proporção. Trata-se, realmente, de forças de igual poder, ou, nos termos apresentados, *que detêm um expressivo poder*? A respeito, na esteira marxista, a ação política (Estado), na qual se torna possível a inserção da classe dominada, deve partir do pressuposto de aquela é uma expressão de que a real desigualdade entre as classes tem por substrato a relação econômica, e, nesta, a classe trabalhadora é a parte subordinada, e o capital, por sua vez, é o dominante.

O modelo econômico-político brasileiro, constituinte de um Estado assistencial (FALCÃO, 1995), é tomado como pano de fundo na análise do processo histórico de desenvolvimentos dos direitos, particularmente, sociais no Brasil. Estado esse que, conforme a autora anteriormente citada, fora definido a partir dos seguintes fatores, embora a mesma ressalta, não exclusivo à realidade brasileira, mas aos países identificados de Terceiro Mundo: “[...] enorme selvageria econômica, redundando em altas taxas de desigualdade social, regimes políticos autoritários, grande endividamento externo e a pobreza banalizada” (FALCÃO, 1995, p. 115). Assim,

o Estado brasileiro, ao longo de sua história, não se preocupou em compatibilizar as exigências de acumulação capitalista com a maior equidade social e a prática democrática. Pelo contrário, assistimos [...] ao inverso do que ocorreu nos países capitalistas avançados. Enquanto nestes a concentração de renda decresceu significativamente, aqui a concentração de renda atingiu os maiores índices do mundo (Idem, p. 118).

Tal fato pode ser considerado explicativo de uma construção tardia dos direitos sociais na sociedade brasileira (COUTO, 2010). A esse respeito, Falcão ainda analisa que o “o

populismo, como modo de relação Estado-classes populares, converteu-se em estratégia fundamental na manutenção do patamar assistencial compensatório das políticas sociais públicas brasileiras” (FALCÃO, 1995, p. 118).

Na mesma direção, destaca Sposati *et al* (2010, p. 27):

O Brasil, como um dos países ao mesmo tempo *subdesenvolvido e industrializado*, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais (grifos originais).

Em face de tal orientação política assumida pelo Estado brasileiro, cuja caracterização se constitui em “assistencial”, conforme ponto de vista de Falcão, destoante, por sua vez, da feição de um *Estado Providência* em contexto de países centrais, a figuração da política social, para a qual o parâmetro de análise compreende o desenvolvimento do *Welfare State*, dos países de capitalismo avançado, uma vez considerado como um parâmetro de mínimos sociais (SPOSATI, 1998), apresenta-se, tão somente, como um horizonte distante.

Destarte, ao comparar, a partir do prisma das políticas sociais, essas duas realidades – a formação do *Welfare State* e o desenvolvimento do Estado brasileiro – encontrar-se-ia não apenas duas situações distintas, mas com contornos paradoxais acerca da esfera da democracia e das práticas de cidadania. Assim sendo, sublinha Sposati (1998, p.205) que

[...] enquanto o conceito de Estado-Providência sob o keynesianismo construía [...] o conceito de pleno emprego e políticas sociais universais como padrão básico, no Brasil o caminho foi distinto. De saída, não se criaram garantias de emprego ou responsabilidades governamentais por políticas sociais ou pelo pleno emprego, só se reconheceu o direito de trabalhar.

Tratam-se, portanto, de padrões de reprodução social ausentes de analogias. Um padrão para os trabalhadores que se inserem no campo formal de trabalho e outro destinado àqueles que “não são visíveis aos olhos do capital”¹⁷. Deste modo, segundo Sposati (1995), são aos segmentos que se apresentam com pouca visibilidade ao capital que a assistência social, por exemplo, se destina. O grande exemplo desse enfoque das políticas de assistência social situa-se no trabalhador sem vínculo formal, desempregado, ou, conforme os termos adotados por autoras, aos *espoliados* – aqueles entendidos como destituídos de direitos (SPOSATI, 1988; 1995; YAZBEK, 2006).

¹⁷ Expressão utilizada, de forma repetida, por Sposati (1995; 2010).

Nessa esteira, o Estado brasileiro ao se caracterizar como um “Estado de bem-estar ocupacional” (SPOSATI, 1988; 1995), os direitos sociais se erigem associados ao campo de “trabalho formal”, enquanto que a maioria da população brasileira é mantida à margem de um padrão básico de cidadania. Compreendendo, pois, um quadro no qual “[...] as condições de reprodução social foram seletivamente estendidas a estratos ocupacionais a partir de sua importância econômica ou do grau de organização política” (SPOSATI, 1995, p. 14).

Sob essa compreensão, a realidade brasileira é apreendida como uma “regulação truncada”¹⁸ na qual o Estado é financiador da reprodução do capital, mas não o é da reprodução da força de trabalho, contrastando, assim, com a característica na qual se assentara o “Estado de Bem-estar Social” nos países centrais, qual seja, o emprego do fundo público também na reprodução da força de trabalho. Para Sposati (1988, p. 26), a respeito, os gastos sociais públicos no Brasil,

Ao que parece, têm menos a perspectiva de garantir condições para a reprodução da força de trabalho e mais a de manter programas sociais de caráter estratégico à gestão dos conflitos da relação capital-trabalho. Diferentes estudos sobre os gastos sociais públicos têm ressaltado sua aplicação para a obtenção da legitimidade, coesão e consenso social, e não de meios de garantir, defender e consolidar direitos dos trabalhadores.

E, também, ressalta:

As políticas sociais brasileiras estabelecem, ao mesmo tempo, um sistema de exclusão política e social, e de inclusão de atenção a algumas necessidades dos trabalhadores, através de privilégios diferenciais aos diversos segmentos que compõem a força de trabalho; são categorias e seguem critérios clientelísticos, burocráticos, apresentam um caráter multifacetado, são fragmentárias, casuísticas, descontínuas [...]. Constituem mais a ilusão do atendimento como estratégia de coesão social [...]. Contêm o mecanismo assistencial que possibilita apresentá-las com a face da benesse governamental compensatória de ‘carências’ [...] e, ainda, constituem respostas precárias e de baixa qualidade enquanto dirigidas aos pobres e aos ignorantes [...] (SPOSATI, 1988, p. 25).

Entende-se, pois, o caráter “truncado” da intervenção estatal, cuja fundamentação é extraída de Oliveira (1984), como já sinalizado, o qual é caracterizado como regulação *ad hoc*, ou seja, cada caso é um caso, ausente um aparato de regras estáveis, definidas e, por consequência, constata-se a ausência de direitos, especialmente dos trabalhadores.

Para Paiva (1999, p. 14), “a configuração histórica das políticas sociais no Brasil tem se caracterizado pela predominância de um perfil discriminatório e restritivo em termos de direitos sociais”. E analisa que

¹⁸ Com base em de Francisco de Oliveira (1984).

desde as primeiras medidas significativas no campo da legislação social e trabalhista, pode-se constatar que a lógica da acumulação tem se sobreposto aos interesses e aspirações igualitárias dos trabalhadores, em decorrência da natureza antidemocrática da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade. É a partir dessa relação que deve-se demarcar os traços constitutivos determinantes do perfil das políticas sociais no país, entre estas a Assistência Social, de forma que se possa compreender, com suficiente nitidez, como essa questão se inscreve hoje na sociedade brasileira, e, dentro dela, perceber as alterações anunciadas na Constituição de 88, no tocante aos direitos do cidadão e ao dever do Estado no campo da proteção social, bem como das potenciais alternativas de aperfeiçoamento ou de retrocesso em curso (PAIVA, 1999, p. 14).

Com essa perspectiva, o que está posto em questão nesta analítica não é a função do Estado no processo de reprodução das relações sociais, isto é, ao assumir “[...] o papel de regulador e fiador dessas relações, intervindo tanto na viabilização do processo acumulativo como na reposição das classes subalternas” (YAZBEK, 2006, p. 39), mas, tanto de sua conformação “truncada”, particularmente, “[...] quando se trata dos segmentos mais excluídos e subalternizados da sociedade” (idem, p. 49). Uma vez que “se torna extremamente grave e reitera a figura do ‘necessitado’ e do ‘desamparado’ num processo de mascaramento de relações de denominação” (ibidem). No entanto, essa autora também assevera: é fundamental [...] não perder de vista que há um movimento no interior das políticas e ações no campo social, e estas não estão irremediavelmente destinadas a reiterar a dominação dos subalternos. (idem, p. 49-50).

Sendo assim,

essa modalidade de tratamento que o Estado vem dispensando aos segmentos mais pauperizados da força de trabalho deve ser apreendida no contexto contraditório das mutações econômicas, sociais e políticas que vem caracterizando o desenvolvimento capitalista no Brasil [...]. Produto de uma longa trajetória histórica marcada pela exacerbação dos contrastes entre riqueza e miséria, temos hoje no país um ‘Estado de Mal-Estar Social’ [...] em que as intervenções no âmbito social, e particularmente na assistência social, vêm representando um espaço de menor relevância na administração pública (idem, ibidem).

A respeito desse raciocínio, a autora também expõe, em referência a abordagem adotada entre o Estado e os setores excluídos, a seguinte consideração:

[...] isso não significa compreender que a questão envolva apenas esses dois atores. Para entender a geração e a dinâmica da Política Social dentro da sociedade burguesa, é necessária a incursão em um terceiro campo: a empresa capitalista. É no âmbito destes três polos: Estado, classe trabalhadora e empresa privada que se delineiam os caminhos da política social na sociedade capitalista, pois são as condições concretas de inserção no mercado de trabalho que geram a política social do trabalhador assalariado e a política social do pobre: a assistência social brasileira (YAZBEK, 2006, p. 37).

Inobstante tal consideração, verifica-se uma apreensão sob uma perspectiva dualista – *a política social do trabalhador assalariado e a política social do pobre* – não comparece uma relação entre Estado e mercado à conformação das políticas sociais. A compreensão se apresenta no âmbito de uma polarização que, por sua vez, é entendida em detrimento das necessidades dos segmentos “pobres”, dada o privilegiamento da condição de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho.

A partir disso se evidencia o campo analítico no qual a perspectiva apreende a política social, qual seja, como campo de regulação estatal à reprodução social – *estratégias reguladoras das condições de reprodução social* (YAZBEK, 2006) -, cujo enfoque abordado refere-se aos setores excluídos da população brasileira, portanto, no processo de enfrentamento à pobreza.

Conforme esta analítica, a configuração do modelo econômico-social e político adotado no Brasil, logo, determina uma vinculação direta do Estado com a relação dicotômica entre pobreza e riqueza, uma vez que na formação social e histórica brasileira o Estado se apresentou para salvaguardar a riqueza concentrada por uma minoria, empreendendo, pois, um compromisso histórico conservador, conforme a analítica. Assim sendo,

riqueza e direito são ainda, infelizmente, parceiros exclusivos na sociedade brasileira, pautada na cultura elitista e paramentada por um Estado de mínimas responsabilidades sociais e públicas. Pobreza é uma situação antagônica ao direito como conceito ou como categoria histórica (SPOSATI, 1988, p. 197).

Diante disso não somente o Estado direcionaria o enfoque da assistência a essa paradoxal realidade como, em consequência, a própria existência da pobreza se constituiria como objeto central a ser enfrentado.

Nessa análise, a pobreza, por sua vez, recebe uma dupla carga semântica. Por se referir a uma condição de ausência de direitos e que precisa ser alterada, essa situação passa a aportar uma determinação política central. Trata-se também de lutar para que o Estado cumpra com esse papel de prover as condições democráticas e cidadãs para as pessoas mais necessitadas. Com esse direcionamento, busca-se exigir do Estado uma reprodução social igualitária, mediado pelo acesso universal a bens e serviços públicos e que esses, consequentemente, alcancem os segmentos pauperizados. Desta forma, estar-se-ia lutando pela expansão de um padrão básico de cidadania. Com essa direção, “[...] aqui entra em cena a relação entre

políticas sociais e assistenciais¹⁹ e a realização de direitos elementares dos subalternos, na perspectiva da ruptura ou da continuidade da condição de subalternidade” (YAZBEK, 2006, p. 20).

Assim, sob a ótica da cidadania e do direito,

O enfrentamento da pobreza exige a configuração de um projeto de desenvolvimento nacional capaz de apontar oportunidades de inserção de sujeitos sociais no espaço público para a satisfação de suas necessidades e desenvolvimento de suas potencialidades (ARAÚJO, 2013, p.109).

Para tanto,

A pauta dos mínimos sociais a serem garantidos a todos e das fragilidades a atender dependerá da própria luta e da demanda da sociedade sobre o que considera e requisita como garantia da dignidade de cada um e do conjunto dos cidadãos, garantias cuja falta configuraria ato ilícito passível até de sanção penal (SPOSATI, 2006, p. 12).

A pobreza apreendida, por conseguinte, como categoria antinômica, se apresenta, fundamentalmente, como ausência de direito (cidadania). Nessa direção, ressalta Yazbek (2006, p. 23):

É importante ainda considerar que a pobreza não é apenas uma categoria econômica, não se expressa apenas pela carência de bens materiais. Pobreza é também uma categoria política que se traduz pela ‘carência de direitos, de possibilidades, de esperança [...]’. Essa face da pobreza suscita novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão/exclusão social dos subalternos e, particularmente, à assistência social, historicamente campo dos excluídos.

Com isso, se observa um deslocamento da perspectiva da base material que produz e reproduz a pobreza, inobstante a consideração de esta ser resultante da relação capital/trabalho, transformando numa questão essencialmente de cunho político. Nisso, “direitos” (e sua expressão como “direitos sociais”) não se expressam com relação direta às relações de produção material engendrada pelo capital. Nessa esteira, a questão econômica é também compreendida reduzida a uma questão monetária, conforme pode ser evidenciado na afirmativa, a seguir:

A concepção de pobreza configura-se em geral como uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos

¹⁹ Sobre a classificação apresentada pela autora – *políticas sociais e assistenciais* –, esta compreende um aspecto dissidente interno, identificado em produções analisadas. Sposati, por exemplo, ao prefaciá-la obra citada (2006), sinaliza que se refere a uma tautologia, uma vez que considera que “toda política social é assistencial na medida em que propõe a prover uma necessidade”. E acrescenta que a questão não é a condição de assistencial em si, mas, antes, o modo político no qual é compreendido e operado (cf. p. 11 e 12).

resultantes da organização social e econômica da sociedade. De qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social. O que se observa, apesar da diversidade de parâmetros utilizados para a determinação empírica da ‘pobreza’, é que a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida configura-se com um de seus principais elementos definidores (YAZBEK, 2006, p. 23).

E continua a autora,

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a um patamar de ‘mínimos sociais’ [...], compreendido por um *conjunto de bens e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência*, precisa ser considerado para definir as situações de pobreza (Idem, ibidem, grifos nossos).

Com efeito, nas proposições mencionadas se encontra, pois, uma das referências fundamentais para análise desta perspectiva em apreensão da política social: a função reguladora do Estado concretizada pela disponibilidade de bens e serviços públicos em atenção às condições de reprodução social dos segmentos subalternizados, sob a perspectiva de direitos e não como privilégios. Ou, nos termos de uma das analistas aqui envolvidas, compreende “[...] as condições de acesso da população às políticas sociais, ou, ainda, para as garantias com que conta a população brasileira para enfrentar sua situação de miséria”. Desse modo, “estão em questão, portanto, as formas pelas quais o Estado incorpora as demandas sociais e as implicações que tal incorporação acarreta para a população” (SPOSATI *et al*, 2010, p. 12).

Por isso que, para além da relação monetária, a condição de pobreza, assim como a pessoa que lhe está sujeita, expressa essencialmente um vetor político:

riqueza e poder fazem parte de uma só realidade. O pobre não pode ser visto simplesmente como uma relação monetária, pois retrata, sobretudo, uma relação política. Embora a pobreza seja um conceito comparativo, os parâmetros que a qualificam se fundam na desigualdade social. Sua reiteração ocorre através de políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos ocupacional, educacional, cultural, espacial e político, além da real privação material. Estes discriminados e excluídos são os pobres (SPOSATI, 1988, p. 23).

A partir dessa perspectiva, observa-se que a questão se apresenta escamoteada de seu fundamento material, e, assim sendo, ao privilegiar a pobreza como uma categoria política como expressão de uma lógica restrita de cidadania, na qual os direitos não se generalizaram, a “saída” proposta situa-se nos âmbito da organização coletiva e pressão dos setores subalternizados, uma vez o entendimento de que a perspectiva de classe se assenta em uma

dimensão coletiva e, para tanto, os sujeitos que partilham dessa mesma condição social necessitam se identificarem como tais – “iguais” (SPOSATI, 2010; YAZBEK, 2006). Assim sendo,

Nesse processo, a coletividade criada pela consciência de que são ‘iguais’ na pobreza, na exclusão e na subalternidade coloca a questão da *cidadania dos subalternos* em um novo patamar: na perspectiva de sua constituição como *sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe*. Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevalecem seus interesses de classe (YAZBEK, 2006, p. 19).

Ou, conforme outra analista,

Se a dificuldade de reproduzir a vida não gera condições automáticas para conscientização e mobilização, capazes de nutrir de convicção e estímulo a expectativa para a participação, aí sim é mais urgente e necessário o trabalho da política de assistência social na perspectiva do protagonismo popular, se pretendemos dotar de possibilidades a luta contra a desigualdade e a favor da garantia de direitos sociais plenos e universais (PAIVA, 2010, p. 251).

Parte-se, conseqüentemente, do pressuposto de que a condição de pobreza e miséria das classes subalternas decorre do modelo econômico-social e político adotado, compreendendo um “processo intrínseco de espoliação das grandes parcelas da população”. Assim, a condição natural atribuída à pobreza na sociedade brasileira, e sob o estigma da carência, do fracasso individual, ao invés de seu enfrentamento, o Estado brasileiro adotou “[...] o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito” (SPOSATI et al, 2010, p. 29).

A pobreza enfatizada, sobretudo, como uma relação de poder político, ou seja, se é gerada pela adesão a determinado modelo econômico-social, assentado numa lógica restrita de cidadania, a resolutividade compreenderia a disputa no cenário de decisão, pelo poder político, particularmente pelos sujeitos pobres, os quais, historicamente, têm sido estigmatizados como “necessitados”, “carentes”, sem alusão a condição de sujeitos de direitos, dada a persistência da pobreza desvinculada de um debate público, revelando, pois, “[...] o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la [...]” (YAZBEK, 2012, p. 290). Nessa linha, Sposati (1998, p. 198, grifos nossos) destaca

[...] que, não só o Judiciário como a sociedade brasileira *latu sensu* tem ainda, pouca preocupação em consolidar os plenos direitos dos brasileiros, sobretudo os sociais.

Por plenos direitos entendo os direitos extensivos a todos, independente de sua posição social. Fala-se e se escreve no Brasil que algo é de direito ou de cidadania, mas não se garante, de fato, a consolidação desses direitos para o conjunto da sociedade. *O formal precede o real, a igualdade formal não encontra contrapartida na igualdade real* (SPOSATI, 1998, p. 198, grifos nossos).

O debate se restringe a questão da “igualdade formal” (Estado), sem articulação com a desigualdade econômica, compreendendo que a primeira não tem se consubstanciado em igualdade substantiva²⁰. O entendimento, portanto, não é de que a “igualdade formal” consiste em mecanismo regulador da desigualdade real. Mas de que a primeira, por falta de efetividade, tem obstado a igualdade real. A desigualdade real aparece, pois, desvinculada das relações econômicas, situando-a como relações políticas nas quais os ideais de “igualdade”, “liberdade”, “justiça” não encontraram ressonância na cultura brasileira, pois

a cultura brasileira rejeita o serviço público como campo qualificado para a satisfação de necessidades. De um lado não há o compromisso de governantes como a atenção e o respeito aos direitos; de outro, há uma tendência da população em desculpar o que é produzido pelo Estado, na medida em que as ações governamentais são vistas como ajudas circunstanciais que resultam mais da bondade do governante do que no reconhecimento da dignidade do cidadão (SPOSATI, 2006, p. 10).

Arguida, então, Sposati (1998, p. 201):

Estabelecer mínimos sociais é mais do que um ato jurídico ou um ato formal, pois exige a constituição de um outro estatuto de responsabilidade pública e social. Face ao nosso "estado social mínimo histórico" propor mínimos sociais e fundar uma nova cultura num contexto de grande acidez a sua proliferação. Por isto denomino este processo de *revolução da consciência da cidadania* (grifos nossos).

E mais:

Propor mínimos sociais e estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir a todos seus cidadãos. Trata-se de definir o padrão societário de civilidade. Neste sentido ele é universal e incompatível com a seletividade ou focalismo (idem, p. 198).

O processo compreendido pela autora como uma *revolução da consciência da cidadania* refere-se ao entendimento de uma nova cultura institucional e ético-política no âmbito das políticas sociais brasileiras. Essa mesma perspectiva, também, pode verificada em

²⁰ Para uma discussão crítica em contraponto a essa argumentação, conferir Piva (2012), o qual sustenta que a “igualdade formal” constitui a base política da “desigualdade real”, dada a necessidade estruturante de separação entre o econômico e o político às relações de exploração capitalista. O que significa dizer que tal separação é uma exigência para a dominação de classe na sociabilidade vigente, e o Estado é, portanto, a forma institucionalizada de dominação política burguesa.

Mestriner (2010), com base em Yazbek (2006), ao se referir particularmente à assistência social, conforme assertiva abaixo:

A sua concretização vai demandar, acima de tudo, a reconstrução da cultura institucional em vigor, com pesada herança assistencialista, que se consubstanciou a partir da ‘matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas (MESTRINER, 2010, p. 24).

Nessa trilha, aponta-se que o desenvolvimento de uma nova cultura política no Brasil deve se ter como parâmetro o resgate da gênese do *Estado Providência*, enquanto referência de um padrão básico de cidadania. Para tanto,

A partir das características da sociedade brasileira, de sua história, *o enfrentamento da pauperização reclama que no seu bojo contenha o fortalecimento da sociedade civil*. Põem-se em questão as bases de legitimação das políticas sociais, entendendo que a questão do enfrentamento da crise brasileira não é só romper o emergencial na direção da *efetivação de políticas sociais*, mas de ter em conta principalmente as *bases dessa consolidação*. É trazer as *forças populares para o cenário da decisão* (SPOSATI *et al*, 2010, p. 61, grifos nossos).

A partir da apreensão da literatura estudada podem se constatar dois eixos estruturantes na abordagem desenvolvida pelos autores: a análise do modelo econômico brasileiro com a referência do contexto welfareano, não vivenciado no território brasileiro; e a persistente cultura política no campo da política social deletéria à pauta dos interesses dos segmentos subalternizados, consistindo em pano de fundo no delineamento da perspectiva analítica.

A particularidade da formação histórico-social-política brasileira é assentada, de um lado, na concentração de riqueza e, de outro, na reprodução da pobreza e miséria. Tais condições constituem-se como expressões do quadro de desigualdades sociais conformador da sociedade brasileira, que não se estruturou em pilares do trabalho assalariado e, por sua vez, demarcou a ausência de proteções e direitos sociais, que não se generalizaram aos segmentos da sociedade brasileira. Tal fato que se expressa, segundo Yazbek (2012), no processo de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, uma vez que

[...] assim como dos países latino-americanos, foi bem diverso daquele observado nos países europeus, pois a particularidades da sociedade brasileira, de sua formação histórica e de suas dificuldades em adiar permanentemente a modernidade democrática, pesaram forte nesse processo. Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado (YAZBEK, 2012, p. 294).

A condição capitalista periférica do Brasil determinou também o caráter das políticas sociais e públicas:

Há [...] uma particularização na análise do crescimento da pobreza e da miséria entre as sociedades capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas: a forma com que as políticas sociais públicas se posicionam perante esses segmentos, conforme a evolução peculiar de sua história (SPOSATI, 1988, p. 21-22).

Tal realidade é apreendida como resultante de uma cultura política na qual os serviços e bens públicos não se transubstanciaram em direitos sociais em perspectiva universal. Pelo contrário, conforme análise de Sposati (1988; 1995), os direitos, no Brasil, se configuram historicamente na condição de privilégios de uma minoria sob a legitimação de um “Estado de bem-estar ocupacional”. Assim, expressa uma realidade social que preserva o *status quo* de privilégios e uma “cultura do assistencial” em detrimento de uma esfera pública de direito de cidadania.

Com isto o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam (ou devem pautar) as propostas do *Welfare State*. Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais (SPOSATI *et al*, 2010, p. 23).

Em dissonância a perspectiva histórica no qual o assistencial foi compreendido e, por sua vez, ao enfrentamento da realidade de pobreza, as políticas sociais são apreendidas, nesta perspectiva, como possibilidade concreta de acesso pelos segmentos empobrecidos (SPOSATI *et al*, 2010). Particularmente sob a especificidade da assistência social, o Estado deveria voltar-se essencialmente para prover serviços e benefícios públicos, dirigindo-se a uma concepção ampliada de cidadania. O grande horizonte da efetivação das políticas sociais situa-se na condição social de plena cidadania, visto que esta, anterior ao marco constitucional de 1988, caracterizava-se enquanto privilégio promovido por relações contratuais (MESTRINER, 2008, SPOSATI, 1995).

O núcleo de argumentação desta abordagem se situa, portanto, na relação da política social e, nela, da assistência social, com a um padrão de reprodução social dos segmentos empobrecidos sob a mediação do Estado. Desse modo, toma-se a análise do modelo econômico brasileiro, o qual se caracteriza enquanto excludente, conservador e concentrador de renda, para empreender a análise do processo histórico de desenvolvimentos dos direitos sociais no Brasil. Por conseguinte, a figuração da política social tem como parâmetro central de análise o desenvolvimento do *Welfare State* dos países de capitalismo avançado e a

compreensão da atuação do Estado frente à situação de pobreza e miséria na qual a maioria da população brasileira se encontra relegada, não obstante a advertência de uma das analistas de que “com isto não se pretende tomar o Estado de Bem-Estar como o horizonte desejável das políticas sociais, mas tomá-lo como referência para mostrar a distância das políticas sociais brasileiras em relação à sua própria referência” (SPOSATI *et al*, 2010, p. 22).

É a partir, portanto, da referência calcada em um modelo de “Estado de bem-estar ocupacional” ou “assistencial” (SPOSATI, 1995) do qual a assistência social faz parte que se levanta a discussão da pobreza e as ações para seu enfrentamento, situando, nessa direção, as políticas sociais.

Tomam-se as políticas sociais a partir da contradição da relação capital/trabalho e o Estado como regulador dos conflitos dessa relação. E, nessa direção, sinalizam-se as políticas sociais enquanto mecanismos da gestão estatal da força de trabalho, onde tal gestão não só conforma o trabalhador à reprodução, valorização e expansão do capital, mas também as políticas sociais como campo de confronto de forças. A dimensão defendida é a da articulação das pressões e mobilizações dos trabalhadores na perspectiva do atendimento de suas necessidades sociais. Nessa dimensão – vale destacar – há uma contraposição à leitura acerca das políticas sociais sob o modelo teórico de análise assentado numa lógica perversa do Estado (“hipótese do engodo”²¹), “o que se contrapõe, portanto, a este modelo de análise perverso, é a compreensão tácita e direta de que as políticas sociais são, simplesmente, uma expressão subordinada da lógica da acumulação e legitimação” (SPOSATI, 1988, p. 51).

Adotar essa perspectiva de análise, para a autora, significaria anular “[...] a prática concreta das diferentes forças em jogo” (idem, *ibidem*). Por outro lado, a consideração das “forças em jogo”, não compreende uma análise sob a perspectiva da “hipótese da conquista”.

Sendo assim,

como mecanismo político contido no processo de gestão social na sociedade capitalista, as políticas sociais são, ao mesmo tempo, forma de reconhecimento de uma necessidade social, mas uma satisfação parcial, em número e qualidade, de tais necessidades para aqueles que a demandam (SPOSATI, 1988, p. 51).

Uma vez que, segundo a autora,

É de se ter claro que nenhuma sociedade tem, ainda, a capacidade e os recursos de atender a totalidade das necessidades e demandas de seus integrantes, até porque elas se definem historicamente. Só algumas dessas necessidades são

²¹ Em referência a Marcos Coimbra, em seu ensaio “Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais” (In: Política Social e Combate à Pobreza, 1987).

problematizadas pelo Estado, e somente quando ele já suporta a incorporação dessas necessidades às respostas então vigentes. Contudo, a satisfação de tais necessidades é seguramente remetida a um ‘ponto politicamente ótimo’ para obter as condições sociais exigidas pelo desenvolvimento econômico. É exatamente o confronto de interesses nesse ‘ponto politicamente ótimo’ que permite a singularidade na análise das políticas sociais” (SPOSATI, 1988, p. 52).

Destaca-se, assim, a distinção frente aos padrões de reprodução social entre os trabalhadores que se inserem no campo formal de trabalho e àqueles que “não são visíveis aos olhos do capital”. Tratando-se, portanto, de padrões de reprodução social distintos:

Parece que ainda se vale da noção de que o homem só possui a sua existência reconhecida enquanto se faz trabalhador aos olhos do capital. Aqueles que não estiverem, mesmo que circunstancialmente, vivendo tal condição, perdem a sua visibilidade, pois não existem imediatamente para o capital. Assim, o trabalhador que não se insere formalmente no mundo do trabalho não ganha visibilidade econômica e política. Não basta ter a posse da força de trabalho, é necessário a posse e efetivação do emprego para ganhar a *visibilidade* e o *reconhecimento* dela decorrente (SPOSATI, 1995, p. 14 – grifos originais).

Partindo do pressuposto da existência de uma dualidade histórico-social entre o estabelecimento e a vigência dos direitos sociais, localiza-se a relação entre o Estado e o mercado. Ao se deter a particularidade brasileira no que diz respeito à constituição de um “Estado Bem-Estar social”, a perspectiva infere que

há uma especificidade histórica, tanto no desenvolvimento do processo de reprodução da força de trabalho como do desenvolvimento da política social nas formações econômico-sociais capitalistas ditas subdesenvolvidas, periféricas e dependentes (SILVA, 2000, p 27).

Diferentemente da tipicidade do padrão social do “Estado de Bem-Estar Social”, a realidade brasileira explicitaria tanto uma não igualdade de direitos sociais como uma não equivalência das relações de trabalho. Na aparência da incompletude da universalidade da cidadania, encontrar-se-ia o verdadeiro núcleo contraditório presente nas políticas sociais brasileiras. Os tratos diferenciados expressos nas esferas dos direitos sociais derivam de uma ausência de igualdade entre a condição dos trabalhadores.

As contradições dos direitos sociais refletem as situações distintas em que os trabalhadores brasileiros se encontram, nas suas relações contratuais de trabalho, formais e informais. Desta forma, a reprodução da força de trabalho no Brasil acompanha o próprio desenvolvimento das políticas sociais. Se aquela, então, se constitui de forma contraditória, renegando uma condição de igualdade formal, essas deveriam, justamente, tentar suprir essas lacunas.

Nesse sentido, ainda que as contradições presentes nas relações de trabalho sejam ressaltadas, caberia às políticas sociais e, em especial, às políticas de assistência social, um encaminhamento de superação civilizatória. Mesmo que os direitos sociais expressem contradições mais profundas, a análise da órbita das políticas sociais envolve, ao mesmo tempo, uma indicação e um ocultamento da questão social. Indica-se que a condição de informalidade é um fundamento limítrofe da efetivação dos direitos sociais e se oculta que essa própria condição de igualdade dos direitos e das relações de trabalho, mesmo em países com o “Estado de Bem-Estar Social”, no lugar de estabelecer uma efetiva igualdade entre as pessoas, continua operando como uma importante ferramenta do controle e da exploração da força de trabalho.

Apesar da perspectiva teórica coerente à apreensão dos problemas sociais como expressões das desigualdades sociais, que acometem os segmentos da classe trabalhadora, isto é, ao situar na generalizada relação da pobreza e produção da riqueza – produto da relação contraditória capital/trabalho –, a saída se apresenta na esfera do Estado, requisitando dele “força pública” para solucionar o antagonismo da relação capital/trabalho. O que não é possível, senão nos limites de geri-lo, regulando sob os limites da “ordem”, pois a ação do Estado é determinada pelas necessidades de reprodução da base material.

A própria politização da pobreza, que poderia se apresentar como uma importante ferramenta de luta social, ao ser subordinada à esfera dos direitos sociais, termina por mistificar a sua relação com as classes sociais. Sem apontar para a estrutura produtiva que estabelece as contradições econômicas e sociais entre as classes que produzem e que controlam e se apropriam da riqueza, a relação entre pobreza e direitos sociais termina sendo visualizada a partir do foco do Estado.

Essa instituição (o Estado), por seu turno, não é uma entidade endógena que, após o seu desenvolvimento civilizatório, aportaria benesses de forma universal. Dentro do capitalismo, o seu conteúdo, mesmo que se alterem as suas formas de expressão, remete ao controle social visando à estabilidade da ordem monetária e, nesse sentido, para a naturalização e a legitimação da exploração da força de trabalho pelos capitalistas. Distanciando-se do foco das lutas de classes, a pobreza termina, em sentido inverso ao apregoado pelas autoras, perdendo a sua força política contestadora da estrutura de classes sociais.

Contudo, no caso brasileiro, conforme expressa-se na perspectiva aqui analisada, a ausência nas condições de igualdade de direitos e de cidadania refletem, pois, essa não equivalência regulatória entre as diversas atividades laborais. No Brasil, a relação entre

pobreza e riqueza não somente demarcaria uma assimétrica situação econômica, como essa dinâmica também se faria presente na esfera social e política. Com o não alcance das relações contratuais formais de trabalho para a maioria da população brasileira, obstaculizou-se também um desenvolvimento ativo em relação às conquistas sociais e à defesa dos direitos sociais.

Em terras brasileiras, a pobreza, além de expressar a ausência de condições econômicas favoráveis, também se evidenciaria, com grande relevo, em elementos culturais e morais:

Nesta sociedade estruturada a partir de relações privadas de mando, obediência e lealdade, floresceu a ‘cultura do assistencial’ que infantiliza, tutela e torna mais vulneráveis os segmentos empobrecidos e subalternizados da classe trabalhadora, bloqueando seu acesso a esfera pública do direito e da cidadania. O estigma associado às ações assistenciais movidas pelo dever moral das iniciativas filantrópicas ou benemerentes, revela-se assim a expressão mais contundente de uma sociedade na qual o trabalho protegido e os direitos sociais não se generalizam para a maioria da população [...] (RAICHELIS, 2010, p.16).

A ausência de uma igualdade das relações de trabalho, demarcando as distintas situações vivenciadas pelos trabalhadores formais e informais possui uma referência central na análise da pobreza no Brasil. Ambos os problemas, seja da ausência da formalização das condições de trabalho, seja dos diminutos níveis econômicos relativos a uma grande parcela da população, teria sido amplificado no Brasil, demarcando uma diferença central desse Estado para os de Bem-Estar Social.

Deste modo,

O modelo de Estado Social no Brasil foi centrado no trabalho e dividiu trabalhadores formais, a quem reconheceu como cidadãos, dos demais brasileiros com inserção informal. A estes, couberam apenas ações pontuais, fundadas no assistencialismo e no populismo, marcadas principalmente pela presença das ‘primeiras-damas’. No Brasil, o modelo de Estado Social combinou o caráter ocupacional dos cidadãos com o caráter assistencial meritocrático de distribuição de acessos (SPOSATI, 1998, p. 199).

Seria importante, assim, problematizar a própria visão analítica acerca da pobreza. No lugar de restringir o exame desse fenômeno às determinações econômicas, seria necessário destacar as suas relações com a ausência dos direitos. Só assim poder-se-ia realizar a sua superação no Brasil: “a pobreza, ao ser considerada tão somente carência de renda, vem sendo reduzida, mantendo-se, porém, inalterada a grande concentração de propriedade que sempre marcou a sociedade brasileira” (SILVA, 2010, p. 161-162).

Para a população brasileira, a situação social, econômica e política se encontraria mais agravada pela ausência de serviços públicos. Isso porque, mesmo sabendo que “os serviços públicos não resolvem o problema da pobreza, mas sua ausência é agravante das condições de miserabilidade da população” (SPOSATI, 1988, p. 23). Ou, de forma mais detalhada, que

as condições de vida não decorrem somente do grau de pauperização da população, mas também da quantidade e da qualidade dos serviços públicos postos a sua disposição: ‘Mesmo quando são mantidos os graus de pauperização dos trabalhadores, os seus níveis urbanos de reprodução poderão melhorar ou piorar em função do que consigam ‘retirar’ do Poder Público em termos de bens de consumo coletivos, subsídios à habitação popular ou acesso à terra urbanizada, processos que variam enormemente em função de conjunturas políticas e que podem ou não estar associados a conquistas que os trabalhadores obtêm na esfera das relações de produção’ (SPOSATI, 1988, p. 23)

Assim como,

A inexistência de políticas sociais públicas consequentes que reconheçam direitos básicos completa o quadro de incertezas e faz com que a única garantia seja a de ter ‘dinheiro no bolso’. Estes elementos de crítica da sociedade capitalista brasileira e das relações sociais que lhe são inerentes, ao lado da inexistência de uma proposta articulada e de esquerda para o modelo político de Estado Social, reiteram o conceito de que o salário é o melhor remédio pois garante maior autonomia do trabalhador (SPOSATI, 2006, p. 11).

Nesse entendimento, as políticas sociais, portanto, atuariam também como molas de contenção das adversidades econômicas advindas de uma formação econômica social periférica e subdesenvolvida. Ainda que não fossem responsáveis por essas contradições sociais, os serviços públicos, na realidade brasileira, deveriam operar como subsídios destinados ao provimento de melhores condições às pessoas mais pobres. Esse conjunto de direitos sociais se expressaria também a partir de “bens de consumos coletivos” que forneceria auxílios materiais para a reprodução social destas pessoas.

Atuando como elementos de incremento das condições materiais de vida, as políticas sociais não precisariam, necessariamente, estar associadas às conquistas que os trabalhadores adquirem na esfera das relações de produção. Ainda que esses dois elementos funcionem como complementos, a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho poderia, ou não, lastrear reivindicações da esfera estatal.

Desta forma, o enfoque acerca das disputas que envolvem as políticas apresenta-se vinculado ao poder político, relacionado com a vontade política dos dirigentes do Estado:

Os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos quando compartilhados pelas camadas dirigentes. Aqueles problemas que não são ‘democráticos’, isto é, comum aos diferentes segmentos, aparecem como

secundários, já que não são vivenciados pelo grupo dirigente e também porque [...] ‘as camadas afetadas não têm como transformar seu problema em um problema coletivo’ (SPOSATI, 1988, p. 22).

Nessa análise, observa-se a ausência de uma relação estrutural que remete às necessidades do capital no seu processo de controle e de exploração da força de trabalho, com destaque para os vínculos articuladores entre a esfera econômica e a esfera política. Ressalta-se que, para além da vontade política, tais conjunturas são manifestações dos processos econômicos capitalistas.

1.2 Cidadania *versus* mercado: a perspectiva da reprodução da força de trabalho e a assistência social

Ao tomar como foco de análise a reprodução social dos segmentos pauperizados, a abordagem analítica em questão situa o processo da reprodução da força de trabalho em uma relação de ambivalência com os direitos sociais. O que significa dizer que não se conjugariam em termos de universalização da cidadania, uma vez que aquele processo é apreendido em órbita restrita de cidadania. Órbita essa compreendida na relação com inserção em mercado formal de trabalho, remetendo, pois, à categoria de “cidadania regulada”, teorizada por Wanderley Guilherme dos Santos (1987)²². O que, segundo os termos de uma representante da abordagem em discussão, refere-se à configuração de um “Estado de bem-estar ocupacional” (SPOSATI, 1995).

Para essa autora, o “Estado de bem-estar ocupacional” atuaria como representação da lógica mencionada, visto que não possibilitava o exercício da cidadania aos diversos segmentos sociais, mas apenas a determinados estratos ocupacionais. Ademais, segundo Sposati (1995, p. 21):

o ‘Estado de bem-estar ocupacional’ foi sendo usado como um mecanismo fragmentador da unidade de lutas e, com isso, um mecanismo político-ideológico de gerenciamento das relações sociais. Os acertos foram se fazendo grupo a grupo, corporação a corporação, numa ‘hierarquia de privilégios’. Nesta lógica de diferenciação ocorreram múltiplos desvios, calcados numa ‘política personalizada de favores’ entre patrão e empregado, chefe político e grupo da população. Vai ocorrendo uma personalização das relações de poder, dando origem ao ‘mandonismo’. Aqui, o patrão se sente no direito de fazer suas próprias leis, estabelecer méritos, julgar, punir, beneficiar este ou aquele. A prática clientelar persiste ao longo do tempo, expressando relações paternalistas reforçadas ‘no desfibramento político do voto pago’ ou do ‘curral eleitoral’.

²² Cf. SANTOS, Wanderley G. dos. **CIDADANIA E JUSTIÇA**: a política social na ordem brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

Tal aspecto se assenta, conforme essa mesma autora, no fato de que “[...] a transmutação de direitos em benesses faz parte da cultura política com que o governo e a sociedade vêm tratando historicamente o trabalhador” (SPOSATI, 1995, p. 20). Assim como, “nas condições da formação do trabalhador brasileiro, o apadrinhamento sempre esteve presente, reiterando uma subalternidade consentida. A cumplicidade entre o ‘agregado e o coronel’ garantia a sobrevivência dos ‘homens livres’” (idem, *ibidem*).

A reprodução da força de trabalho é relacionada, portanto, ao mercado, o qual, mediante a venda da força de trabalho, constituiria o *locus* de satisfação das necessidades sociais do trabalhador, por meio do salário recebido. Logo, observa-se que a venda da força de trabalho é tida como uma modalidade de acesso a um tipo de cidadania – a de ordem mercantilizada. Nesse sentido, aqueles que se encontrassem à margem do mercado formal de trabalho e, por consequência, sem o *status* de cidadão - visto que o vínculo de trabalho lhe atribuiria tal *status* -, caberiam apenas recorrer às ações filantrópicas na perspectiva de uma proteção social (MESTRINER, 2001). Fato compreendido como padrões desiguais de reprodução social aos segmentos da população brasileira, sob a definição de um processo de mercantilização da força de trabalho.

Observa-se, desse modo, que a venda da força de trabalho – como condição histórica do desenvolvimento capitalista - é apreendida em contraposição a constituição de um padrão básico de cidadania, ou na perspectiva de uma sociedade assentada em direitos de cidadania.

Como assinalado, ao tomar o conceito de “Estado-Providência”, sob a perspectiva keynesiana, enquanto referência de uma cidadania ampliada, na qual o acesso não se restringia à inserção no “mundo da produção”, políticas sociais de acesso a serviço e bens público com caráter universal em contexto de países centrais, Sposati (1998, p. 205), ressalta que o caminho assumido pelo Brasil se constituiu distinto daquele tomado nos países centrais. Uma vez que

[...] não se criaram garantias de emprego ou responsabilidades governamentais por políticas sociais ou pelo pleno emprego, só se reconheceu o direito de trabalhar. Numa tautologia a legislação admitiu: sobreviver é direito. O acesso a sobrevivência seria então a venda da força de trabalho, para ter acesso aos bens através do mercado. Portanto, se o cidadão tem trabalho sobrevive, senão morre. Trata-se da encarnação da frase bíblica: ganharás teu pão com o suor do teu rosto (SPOSATI, 1998, p. 205).

E destaca também,

Foram então considerados como necessidades para a subsistência: ‘as necessidades normais de alimentação, vestuário, higiene e transporte’ [...] necessidades referidas à disciplina do trabalho: deslocar-se, estar limpo, vestido e alimentado para produzir

com sua força as mercadorias necessárias. Nada se coloca sobre a educação ou a saúde (idem, ibidem).

Mesmo com essas breves indicações, é possível observar, nessa perspectiva, a presença de uma relação entre os direitos sociais e a formalização venda da força de trabalho. A condição de trabalho inserida numa relação contratual formal entre trabalhador e empregador representaria, assim, não somete uma garantia formal, mas também a possibilidade de acesso social aos bens e garantias ofertadas pelo Estado. Contudo, caberia à sociedade lutar justamente para a ampliação dessas garantias sociais, em busca da sua universalização, tal qual ocorre em países centrais e desenvolvidos.

Assim, é depreendido que a reprodução da força de trabalho situa-se no nível das necessidades de subsistência em manutenção da condição de trabalhar, correspondendo a uma necessidade do mercado por uma força de trabalho produtora de mercadorias. Portanto, não se dirigiria às necessidades de um padrão básico de cidadania a “classe dos trabalhadores livres”, para usar uma expressão de Marx em *O Capital* (2012). Pode-se compreender, desse modo, uma relação dualista entre reprodução da força de trabalho e cidadania, na medida em que, conforme destaca Sposati *et al* (2010, p. 34), “[...] as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador: são formas de realização de direitos sociais e, conseqüentemente, da cidadania”. E ainda:

Se a produção de serviços públicos vem obedecendo a perspectivas privatistas e excludentes, é importante ter presente que, *além de espaço para a gestão da força de trabalho, as políticas sociais são também espaço de expansão de direitos sociais que de outro modo são negados a essa população* (YAZBEK, 2006, p. 45, grifos nossos).

É também ressaltado pela autora citada (SPOSATI *et al*, 2010), que tal compreensão “[...] supõe um Estado, mesmo burguês, onde teoricamente os direitos são assegurados universalmente. Porém, o simples reconhecimento dessa universalidade não garante a realização da igualdade” (p. 35).

Observa-se, portanto, que o debate é demarcado por uma questão política, para o qual a exigência refere-se à atuação do Estado na qualidade de agente da consolidação de direitos, sobretudo, dos direitos sociais como requisito de uma “igualdade real”, visto que esta tem sido obstada por uma cultura político-institucional na qual os mecanismos legais instituídos (legislações) não transcendem o campo formal, com destaque para eliminação do fisiologismo e o casuísmo político, historicamente, impregnados nas medidas de política social, e em especial no campo da assistência social (FALCÃO, 1995; SPOSATI, 1998). Assim, a problemática compreende uma suposta inoperância entre a base legal e a igualdade

substantiva almejada, se apresenta, pois, numa contraposição entre a igualdade formal e a igualdade real. Em outros termos, entre um “Brasil legal” que não é ressonante no “Brasil real”.

Do exposto, faz-se, também, necessário chamar a atenção para um aspecto no que diz respeito à visão do Estado, ausente na argumentação da autora, e que, a nosso entender, se apresenta como ponto nodal, qual seja: ao tomar o “Estado-Providência” enquanto referência de uma modelo de cidadania, não se problematiza seu papel histórico no desenvolvimento das relações capitalistas. Tal referência pode ser apreendida numa perspectiva a-histórica dessa entidade. Ou seja, o que a autora reivindica como algo que não recebeu o devido tratamento – saúde, educação, por exemplo -, consiste face de um Estado em determinado estágio de desenvolvimento capitalista, inclusive se denota a ausência da relação de dependência e/ou dominação entre os estado de capitalismo avançado e os periféricos.

Assim, o que teria ocorrido no Brasil se expressaria como uma espécie de desvirtuamento do Estado perante suas atribuições principais públicas e sociais. Em essência, o que estaria em jogo nessa inflexão histórica governamental brasileira seria a ausência de garantia de um padrão universalista de cidadania. Tal prerrogativa, que se contraditariam as atribuições para os quais fora delegada sua origem, constituem uma função para o qual a causa consistiria em *cultura ético-política* de legitimação de um modelo econômico-político conservador, como discutido anteriormente.

A defesa da existência de contradição entre um “Estado de Bem-Estar Social”, capacitado a ofertar uma cidadania universal, e um “Estado de Bem-Estar Ocupacional”, que se delimitaria nessa oferta pela condição de ocupação laboral, remete também a essa relação entre direitos sociais e reprodução da força de trabalho. A possibilidade de usufruto de bens e de serviços públicos e sociais encontrar-se-ia lastreada pela condição de trabalho. Longe de abarcar um horizonte de universalidade, no Brasil as conquistas foram seletivas e fragmentadas. Assim, Sposati (1988, p. 11) afirma que

constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedora, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social. Neste processo ocorre uma seletividade de acesso e de uso dos bens e serviços coletivos que discriminam a inclusão dos mais pauperizados.

Desta forma, o mercado e, em especial, o mercado de trabalho operaria tanto como regulador da relação entre compra e venda da força de trabalho, em suas diversas condições laborais, como também como importante indicador social do acesso aos bens e serviços

públicos. No Brasil, a oferta de bens e serviços, voltados para a capacidade de saciar as necessidades humanas e sociais, se daria a partir da forma mercadoria. No lugar da universalidade das relações de direitos, asseguradas pela constituição, as condições de usufrutos das políticas sociais ocorreriam em derivação das relações contratuais de trabalho:

Neste 'Estado de bem-estar ocupacional' são substituídas as relações de direitos universais, constitucionalmente assegurados, pelas de direito contratual. É o contrato de trabalho que define, imediatamente, as condições de reprodução do trabalhador no mundo da previdência ou no da assistência social (SPOSATI, 1995, p. 14-15).

Não obstante, a forma mercadoria também se metamorfosearia nas bases sociais para determinar as arestas do direito social. Ausente do acesso ao reino das mercadorias, o trabalhador desempregado e precarizado também se encontraria alijado das políticas sociais. Essa restrição adviria da órbita do mercado formal de trabalho, a partir do qual, por meio do salário, se daria a satisfação das necessidades sociais. Fora dessa relação, não ocorreria nem a condição de trabalho nem a condição de portador e usuários das políticas sociais.

O vínculo entre o Estado e o mercado, mediado a partir das políticas sociais, não somente apresenta essa instância como delimitadora daquela, como, dentro do contexto social e histórico indicado, o Estado iria atuar depois das determinações realizadas pelo mercado. Os fundamentos se encontram tanto no mercado de trabalho como operador das relações contratuais voltadas para a produção de mercadorias, como no mercado enquanto esfera de relações de trocas e de acesso ao consumo destes produtos produzidos. Ao Estado restaria a função de (re) distribuição dessas riquezas transformadas em direitos a partir das políticas sociais.

O problema é que, se, nas primeiras instâncias (mercado e mercado de trabalho) não tiverem asseguradas condições de provimento das necessidades sociais (advindas das relações formais de compra e venda da força de trabalho), o Estado, em países periféricos e subdesenvolvidos, atuaria apenas como reproduzidor dessa ordem. Em lugar de ser um efetivo “Estado de Bem-Estar Social”, a sua regulação dos bens e serviços públicos se daria de forma viciada pelas determinações das relações de ocupação.

Ao passo que ocorre uma certa separação entre as esferas sociais, ficando a economia ligada ao mercado e às empresas e a pública-social ligada ao Estado, vê-se, também, que, na história brasileira, essa teria tido pouco efeito contra aquela. De um lado, uma sociedade de mercado e, de outro, uma sociedade de direitos. Contudo, essa separação, no Brasil, não ocorreria por uma autonomia dessa perante àquela. Pelo contrário, a sociedade de mercado demarcaria o que e como seria a sociedade de direitos. Uma sociedade tipicamente liberal,

que aportasse um Estado capaz de universalizar e efetivamente fornecer às pessoas condições sociais e públicas não teria, assim, nunca sido revelada na história brasileira.

Far-se-ia necessária, pois, uma luta para que essas linearidades entre o mercado e as políticas sociais se desfizessem. Com isso, a reprodução da força de trabalho, expressa dentro limites da relação contratual e salarial, poderia operar tal qual nos países centrais, isto é, fora dos fundamentos que determinam a amplitude das políticas sociais.

Se, dentro da realidade brasileira, a condição de portar direitos sociais estaria acoplada à órbita do mercado de trabalho e, nessa perspectiva, conectada com a reprodução da força de trabalho, a luta deveria ser para que, com o desenvolvimento das políticas sociais e com o Estado efetivamente social, se rompessem essas amarras e engates econômicos, políticos e sociais. E, dentro dessa perspectiva, um papel de destaque seria dado às políticas de assistência social, na sua ligação com a reprodução da força de trabalho, uma vez que “[...] a assistência é associada com avanço de civilização na medida em garante os mínimos sociais e a atenção estatal em situações de fragilidade que qualquer um pode enfrentar” (SPOSATI, 2006, p. 12).

No contexto brasileiro, o Estado, além de não ter atuado a partir de um horizonte universal dos direitos sociais e das políticas sociais, esteve marcado a partir de relações e de favorecimentos de determinadas classes sociais. Distante de realizar, a partir da oferta e do acesso aos bens e serviços públicos, uma igualdade de direitos que relegasse as diferenças sociais ao plano econômico, a esfera governamental também foi um refém histórico das classes dominantes brasileiras. À vista disso, destaca Yazbek (2006, p. 37, grifos nossos),

o caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, *servem à acomodação de interesses de classe* e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. *Constituem-se de ações que no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira.*

Assim como, também, adverte (2006, p.35),

[...] a política social no Brasil tem funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil e, desde logo, cabe observar que as políticas no contexto das prioridades governamentais [...], vêm-se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos, configurando ‘o aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado’ [...]. Por outro lado, cresce a dependência, de segmentos cada vez maiores da população, da intervenção estatal no atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano.

Assim, as políticas sociais e, em especial, as referentes à assistência social, mesmo que aparentassem uma finalidade de combate à pauperização das camadas mais vulneráveis, por causa das determinações de classes que consubstanciariam a esfera política e estatal, não conseguiriam realizar esse objetivo mínimo. Conforme elucida Sposati (1988, p. 11),

As políticas sociais brasileiras, e nelas as de assistência social, embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado ‘regulador das diferenças sociais’, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedora, ao mesmo tempo, da acumulação e da miséria social. Neste processo ocorre uma seletividade de acesso e uso dos bens e serviços coletivos que discrimina a inclusão dos mais pauperizados.

Nesse sentido, para a autora citada, a esfera da assistência social termina por ter a sua condição clássica alterada de uma proposta universal, cidadã e democrática para uma concepção excludente, seletiva e personalista. No lugar de voltar-se para prover condições de reprodução social para os cidadãos, regendo-se pela universalidade dos direitos, a assistência social, no Brasil, teria sido, historicamente, capturada por interesses personalistas. Nas palavras de Sposati (1995, p. 26), “o campo da assistência social é deslocado da análise dos padrões de reprodução social do cidadão, regendo-se não pela universalização de atenção, mas pelo mérito da necessidade como atributo pessoal”.

A reflexão em torno da particularidade da assistência social apresenta-se aqui, portanto, a partir da ótica do “papel do Estado ante os setores excluídos” (YAZBEK, 2006, p. 164) na direção de sua reprodução social. Assim, sob o enfoque da reprodução social dos segmentos espoliados, a assistência social é concebida como estratégia importante para o acesso de tais segmentos a serviços e bens públicos:

Assim, a assistência, enquanto uma estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos, é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes, podendo constituir-se em espaço de reiteração da subalternidade de seus usuários ou avançar na construção de sua cidadania social. No enfrentamento desta forma humilhante e vergonhosa de pobreza, que é a pobreza de direitos [...], a assistência social pode ser uma forma de reconhecimento e de apoio ao protagonismo e à unificação das lutas das classes subalternas [...] (YAZBEK, 2006, p. 165).

Situada, assim, no âmbito da regulação do Estado, a assistência social pode se constituir “[...] em apoio às lutas cotidianas dos subalternos na direção do enfrentamento de sua subalternização” (idem, p. 167).

Com esse enfoque, a assistência social é concebida como estratégia importante para o acesso de tais segmentos a serviços e bens públicos. “Portanto, a assistência diz respeito a uma modalidade de produção de bens e serviços a uma classe social”, conforme análise de Sposati *et al* (2010, p. 58). A perspectiva assumida corresponde a uma área “[...] responsável pelas condições de reprodução social de significativo segmento da população brasileira” (SPOSATI, 1995, p. 27). Nessa compreensão, a assistência social, examinada a partir das organizações populares, constitui área estratégica de extensão dos direitos sociais. Ela é a área governamental que introduz no Estado o reconhecimento ainda que eventual das necessidades sociais dos grupos populares (SPOSATI, 1995, p. 29).

Assim sendo, deve-se constituir em uma “[...] referência e um apoio na ampliação das lutas sociais e políticas dos subalternos” (YAZBEK, 2006, p. 168), compreendendo um espaço “[...] tanto para a dimensão do exercício da subjetividade individual, como para as experiências coletivas” (idem, *ibidem*), uma vez o entendimento de que,

para o homem coisificado e sujeitado, as possibilidades de determinar-se como sujeito, de decidir, de compreender, de ter consciência, constituem caminhos (ainda que restritos e mesmo diminutos) para experienciar a realização da forma genérica de seu ser. Para este homem ainda, as experiências de solidariedade entre os subalternizados, a construção de valores e de lutas comuns, para modificar suas condições de vida, revelam novas formas de expressão social e politização de seu cotidiano (idem, *ibidem*).

Portanto,

[...] como condição de reprodução social da força de trabalho, a assistência é forma de realização de direitos sociais e estratégias para fazer frente ao processo de exploração a que são submetidos seus usuários. Nesse sentido, a assistência é *possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito* (YAZBEK, 2006, p. 55, grifos originais).

Nesse sentido, “[...] criar condições para que os subalternizados caminhem na direção de sua constituição como sujeitos é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva à reiteração da subalternidade de seus usuários” (idem, p. 164), não obstante a desconsideração acerca da posição marginal historicamente ocupada pela assistência social na realidade brasileira, caracterizada, pois, “como residual, campo do clientelismo e da ação de primeiras damas”, sob a insígnia de *regulação casuísta por excelência* (YAZBEK, 2006), mas ainda assim, destaca a autora, a assistência social se constitui “como o mecanismo mais significativo na prestação de serviços sociais aos segmentos mais espoliados da sociedade”, contudo, sob a ressalva de que, embora situada no

âmbito da regulação do Estado, não consiste “como único caminho para minimizar as tensões de classe e gerar a subordinação dos subalternos” (idem, p.164-165). Mesmo assim, a assistência social

[...] é o mais importante mecanismo pelo qual são estendidos aos segmentos mais pauperizados de uma classe serviços e recursos como creches, programas de profissionalização, programas de geração de renda, de moradia, de atendimento a direitos da criança, do adolescente, da maternidade, do idoso, do portador de deficiência, do homem de rua e de muitos outros. Trata-se de um conjunto de ações extremamente diversificadas que têm como alvo prioritário a situação de espoliação e pobreza de um segmento também diversificado e cada vez maior das classes subalternas que, em geral, situa-se na chamada linha de pobreza que alcança mais da metade das famílias brasileiras. *Essa população, inserida, ou não, no mercado de trabalho, caracteriza-se, pois por sua condição de dependência da intervenção pública para sobreviver.* Intervenção que vem se concretizando através de ações que poderiam ser agrupadas em dois grandes conjuntos: 1) ações dirigidas a segmentos da população sem condições de reprodução de sua própria subsistência por razões temporárias ou permanentes. Aí estão incluídos o atendimento a necessidades básicas da família, da criança, do adolescente, do idoso, do portador de deficiências, dos desempregados, dos homens de rua e dos ‘marginalizados’ em geral; 2) ações compensatórias e complementares em face da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, que se traduzem pela prestação de serviços sociais que se sobrepõem a programas de outros setores da política social que não alcançam ou excluem essa população. Em geral, essas programações configuram-se como estratégias isoladas de outras ações do governo, e viabilizam-se através de um aparato próprio para prestar serviços aos pobres (YAZBEK, 2006, p. 57, grifos nossos).

Essa analista, ao compreender a política social como processo de regulação estatal frente às necessidades de reprodução social das classes subalternas - tais necessidades decorrentes da condição social de pobreza -, situa a assistência social

[...] no conjunto de mecanismos destinados a atenuar os impactos perversos do capitalismo para a grande maioria da população brasileira, sequer vem cumprindo, de forma efetiva, este papel estratégico na reprodução social das classes subalternas. Como o conjunto das políticas sociais [...] muito pouco tem contribuído para amenizar as condições de pobreza da população brasileira. Ao contrário, as carências se acumulam e se sobrepõem numa espiral crescente, desafiando possíveis soluções. Limites de ordem estrutural como a falta de emprego e a má distribuição de renda, ao lado de um padrão de intervenção no campo social caracterizado pela baixa efetividade, são responsáveis pelos resultados insatisfatórios da política brasileira (YAZBEK, 2006, p. 163).

E acrescenta que “sem ultrapassar estes limites, esperar que das políticas sociais e assistenciais, e apenas delas, resultem melhorias no bem-estar social das classes subalternizadas é ilusório e ineficaz” (idem, ibidem). Assim sendo, acrescenta a mesma autora:

A assistência social, pela mediação de seus programas, pode criar condições efetivas de participação de seus usuários na gestão e controle dos serviços que produz e opera, contribuindo dessa forma para a ruptura da cultura da tutela [...] que

permeia as ações assistenciais e ao mesmo tempo para emancipação de seus ‘assistidos’. Efetivamente, a partir de instituições socioassistenciais, sem dúvida, quase que exclusivamente destinadas aos subalternos e excluídos, é possível instaurar e inventar formas de exercício participativo e crítico dos subalternos. Não como uma ilha, mas em interlocução com outras classes sociais (Idem, p. 168-169).

Do mesmo modo, afirma outra analista (SPOSATI, 1995, p. 17),

[...] a assistência social, para além do aparente, isto é, como mecanismo social e político no interior das relações sociais, constitui forma seletiva e discriminada de atendimento a um segmento da população, o mais espoliado. É, portanto, uma forma diferenciada de ação a segmentos da população.

Tais afirmativas denotam que em perspectiva crítica acerca da configuração histórica da assistência social, enquanto mecanismo de dominação sobre as classes subalternas, as autoras apontam que

a análise do processo de reposição/ruptura com a condição subalterna passa assim não apenas pelo enfrentamento das dificuldades materiais objetivas das condições em que vivem os subalternos, mas pelo que pensam e consideram acerca desta realidade que vivenciam. *Neste sentido, entendemos que a subalternidade só pode ser abordada como produção histórica, cujo enfrentamento supõe a unificação das classes subalternas na superação do caráter episódico e desagregado de suas lutas a partir de um processo de produção de significados comuns para suas experiências. É a consciência de que o processo espoliativo que vivenciam é comum, tanto do ponto de vistas de perdas materiais como culturais, que dá legitimidade e impulsiona as lutas coletivas onde emergem novos sujeitos sociais* (YAZBEK, 2006, p. 169, grifos nossos).

Em vista disso,

O enfrentamento da subalternidade no campo social e político vem se articulando em torno da consciência acerca do caráter cumulativo e comum do processo de pobreza e exclusão a que submetidos os subalternos. É na percepção comum de que há ‘legitimidade na reivindicação por um benefício e que sua negação constitui injustiça, indignidade, carecimento ou imoralidade’ que avança o processo dinâmica de extensão da cidadania dos subalternos [...]. *Não a cidadania outorgada no plano jurídico-formal pelos que detêm o poder de dominação na sociedade, mas os direitos conquistados nas lutas sociais onde não se obscurecem os reais interesses em confronto* (idem, p. 170), grifos nossos).

Com essa compreensão, reitera-se a diretriz assumida nesta perspectiva: a superação da condição de subalternidade pressupõe a consciência dos sujeitos subalternos frente ao processo de *espoliação* – entendido enquanto “alienação do trabalhador” em relação à riqueza social - que os acometem, com vistas ao processo de organização e lutas coletivas. Assim sendo, a saída consiste na identificação dos sujeitos de que o processo espoliativo que vivenciam é comum, tanto do ponto de vistas de perdas materiais como culturais, que dá

legitimidade e impulsiona as lutas coletivas onde emergem novos sujeitos sociais – “consciência do direito a ter direito”²³.

É, portanto, com essa perspectiva que a analítica corrente situa a assistência social, de uma “cidadania invertida”²⁴ ao enfrentamento da subalternidade, considerando-a como política que deve ganhar visibilidade, enquanto demanda de direito, no campo da reprodução social. Com isso, a assistência deve compreender um *espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados*. Desta maneira, “assumir a assistência nesta direção pressupõe reconhecer que as ações assistenciais podem se constituir em estratégias para a realização de direitos sociais dessa população” (YAZBEK, 2006, p. 54), transformada em política de responsabilidade do Estado em atenção a tais segmentos, sobretudo aqueles (força de trabalho) sem inserção no mercado de trabalho.

Em síntese, ressalta-se que a referência central da analítica apresentada compreende a “igualdade política” como mecanismo de superação à condição subalternizada de segmentos da população brasileira, pondo em pauta a construção de uma “nova cidadania” não baseada em direitos contratuais, mas, sim, numa cidadania extensiva também aos segmentos excluídos, os quais se igualam por suas necessidades e carências. Com essa perspectiva, opera-se uma descentralização da questão da desigualdade econômica, haja visto sua apreensão como uma questão monetária, e com isso as condições materiais geradoras da pobreza e da concentração da riqueza não se apresentam questionadas em sua raiz. A questão ao ser analisada sob o enfoque da política escamoteia sua vinculação com a base econômica, pressupondo uma resolutividade na esfera do Estado.

²³ Nesse entendimento faz-se importante informar que, no decurso da pesquisa, observou-se a influência teórica advinda de Vera Telles no debate proposto pelos autores estudados.

²⁴ Terminologia proposta por Sônia Maria Fleury Teixeira (1995) em análise ao processo no qual “o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece com um não cidadão”. Ou seja, segundo essa autora, “trata-se, portanto, de uma relação de *cidadania invertida*, já que o indivíduo passa a ser beneficiário do sistema pelo motivo mesmo do reconhecimento de sua incapacidade de exercer plenamente a condição de cidadão” (p. 44).

PARTE II

POLÍTICAS SOCIAIS, LUTA DE CLASSE E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA SOCIAL, TOTALIDADE SOCIAL E AS LUTAS POLÍTICAS

[...] quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar totalmente o horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades²⁵.

Uma segunda perspectiva teórico-analítica se apresenta como tendência na produção científica do Serviço Social brasileiro, cujo núcleo problemático pode ser caracterizado a partir da centralidade atribuída à luta política, por direitos sociais universais, engendrada pelos trabalhadores, numa direção limitante à acumulação do capital. Para tanto, a perspectiva da luta de classes é assumida como fator determinante e decisivo para a análise das políticas sociais enquanto *particulares instrumentos* do Estado e específicos do estágio monopolista do capitalismo (PASTORINI, 1997).

A linha argumentativa enfatiza a dimensão da prática política, dada à centralidade atribuída à socialização da política como mediação fundamental no processo de disputa da riqueza socialmente produzida (aqui, leia-se: fundo público). Processo esse no qual os direitos sociais e, por sua vez, as políticas sociais são concebidos como expressões favorecedoras de uma desmercantilização da força de trabalho frente ao sistema de assalariamento, visto o entendimento de que a produção social da riqueza se desenvolve como reprodução alheia, isto é, o produtor direto da riqueza não a reproduz para si, e sim para terceiros. Assim, o processo de produção da riqueza nesta sociedade, assentado na contradição entre produção socializada e apropriada privada, é apreendido como processo alienante do trabalhador na qualidade de produtor direto da riqueza social (IAMAMOTO, 2009).

Sob essa compreensão, a abordagem acerca da reprodução da força de trabalho é situada em uma unilateralidade na perspectiva da acumulação do Capital e,

²⁵ MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

consequentemente, aí se daria a intensificação da condição de pobreza dos trabalhadores. Com isso tem-se o fundamento da posição da analítica em argumentação a “desmercantilização da força de trabalho”, requisitando, para tanto, a intervenção do Estado, como estratégia, a regulação ao mercado, à socialização da produção, uma vez não existir contrapartida ao trabalhador frente à riqueza excedente produzida. A esfera do mercado é apreendida como campo das relações mercantilizadas, sustentada pelo processo de exploração do trabalhador a partir de sua força de trabalho transformada em mercadoria. Em contraponto, os direitos sociais, apesar de capitalistas, são apresentados contrários à submissão do trabalho²⁶ à condição de mercadoria, isto é, a venda da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; BOSCHETTI, 2016).

Na esteira da tradição marxista, a perspectiva assume o entendimento de que a condição de exploração da força de trabalho no processo de produção de valor consiste na fonte da riqueza da classe capitalista, esta ao se apropriar do trabalho excedente produzido. Contudo, apesar dessa fundamentação, o caráter de classe dessa relação social, na qual se consubstancia o trabalho excedente, se apresenta proeminentemente situado no campo político. A luta de classe, cujo objeto tem sido circunscrito na luta pela democratização do Estado, isto é, como mecanismo de disputa pela socialização da riqueza, se apresenta autonomizada da estrutura econômica.

Dentro desta perspectiva, o núcleo intelectual privilegia a centralidade da luta política como mediação essencial a constituição dos direitos sociais, para a qual o Estado se apresenta como a “esfera do direito”, o agente da universalização da cidadania, e isso resultante dos embates entre as classes, e não como processo de pura dominação daquela instância. É essa, pois, a dimensão privilegiada pelo conjunto de autores em interlocução, dentre eles, Alejandra Pastorini (1997); Elaine Behring (2008, 2009, 2010, 2011, 2012), Ivanete Boschetti (2003, 2006, 2010, 2011, 2016), Marilda Villela Iamamoto (2009, 2014) e Potyara A. P. Pereira²⁷ (1996, 2010, 2011).

Feitas essas considerações iniciais, convém explicitar o raciocínio que norteia a exposição presente. Destaca-se que a vertente analítica em questão assume como orientação central a articulação entre teoria e método, como característica de filiação à tradição marxista.

²⁶ Importante esclarecer que a menção, neste texto, à categoria trabalho refere-se à sua particularidade no âmbito das relações sociais capitalistas, ou seja, como trabalho abstrato (assalariado) no processo social de produção, e não à sua dimensão ontológico-genérico.

²⁷ A respeito de uma possível divergência sobre a inserção da autora nesta linha analítica, destacamos que, embora com alguns conteúdos contrastantes às demais teóricas, Potyara se situa no presente grupo analítico pela confluência do trato metodológico que empreende ao debate em questão. E vale, também, ressaltar que assume posição teórica divergente acerca da política como mera regulação social e distribuição de recursos. Para o debate, sugerimos leitura à obra “Política social: temas & questões” (2011), por exemplo.

Assim sendo, a explicitação dos fundamentos metodológicos que conformam esta linha analítica é, ao nosso entendimento, uma condição preliminar à interlocução crítica com a argumentação dos autores referenciados acima. Desse modo, a exposição se estrutura a partir da discussão metodológica adotada pelo núcleo intelectual, explicitando as noções fundamentais assumidas para corrente analítica (*Entre a acumulação capitalista, a legitimidade do Estado e a luta de classes: a perspectiva metodológica de análise da política social*); posteriormente, relevar-se-á a concepção do desenvolvimento histórico da política social no enfrentamento – de ordem estatal – às expressões da “Questão social”, dando centralidade à dimensão da “luta de classes” apreendida como referência central à apreensão da totalidade enquanto perspectiva na qual reivindicam a análise da política social (*A luta política e a perspectiva da totalidade: o Estado além do “comitê executivo”*); em seguida, apresenta-se a apreensão da reprodução da força de trabalho na relação com a política social, a qual se assenta numa concepção da economia capitalista reduzida a economia de mercado, situando, pois, a relação entre direitos sociais e exploração da força de trabalho como categorias antitéticas, não obstante o entendimento da articulação entre a produção e a distribuição; e por fim, se expõe a perspectiva assumida acerca da assistência social enquanto particularidade da política social e, por sua vez, ao acesso a direitos.

1.1 Entre a acumulação capitalista, a legitimidade do Estado e a luta de classes: a perspectiva metodológica de análise da política social²⁸

Iniciamos a interlocução crítica com a perspectiva analítica ora presente tomando como ponto de partida a abordagem metodológica na qual reivindica campo de assento, qual seja, sob a orientação crítico-dialético de matriz marxista, que, por sua vez, segundo a análise apresentada, pressupõe situar a análise do objeto – neste caso, a política social - “[...] na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser aprendido como momento da totalidade” (BEHRING;

²⁸ Para esta seção, dentre as referências bibliográficas, comparece a obra *Política social: fundamentos e história*, de parceira de Elaine Behring e Ivanete Boschetti (9ª edição), cuja produção foi designada à composição das referências da biblioteca básica do Serviço Social, a qual atualmente se encontra constituída pelos seguintes volumes: 1 – “Economia política: uma introdução crítica” (José Paulo Netto e Marcelo Braz); 2 – “Política Social: fundamentos e história” (em referência); 3 – “Curso do Direito do Serviço Social” (Carlos Simões); 4 – “Ética” (Maria Lucia S. Barroco); 5 - “Estado, classe e movimento social” (Carlos Montañó e Maria Lucia Duriguetto); 6 – “Questão Social” (Josiane Soares Santos); 7 – “Gestão democrática e Serviço Social” (Cláudio Gurgel e Rodrigo de Souza Filho); 8 – “Feminismo, diversidade sexual e serviço social” (Mirla Cisne e Silvana Mara de Moraes dos Santos). E a respeito da bibliografia mencionada, apesar de seu caráter introdutório, esclarecemos que sua incorporação ao conjunto das obras pesquisadas se justifica porque nela se apresenta o esforço analítico em torno do debate teórico-metodológico acerca da política social – *Política social e método*.

BOSCHETTI, 2011, p. 40). Nesse sentido, a categoria da totalidade consiste, pois, central no debate assumido e proposto acerca da política social. Assim, as autoras anteriormente referenciadas acrescentam que

[...] as políticas sociais como processos sociais inscritos na sociedade burguesa, deve ser compreendido em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 40).

Assim sendo, esta perspectiva compreende que “as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 39).

Nesse direcionamento, toma-se a perspectiva da contradição como pressuposto fundamental à apreensão da totalidade na qual o objeto é constituído e constituinte; assim como, nessa linha, denota-se que os esforços centram-se no resgate do caráter de classe contido na conformação histórica e social das políticas sociais. Isso porque, para esta perspectiva analítica, os estudos desenvolvidos em análise da política social se encontram assentados em enfoques unilaterais, revelando-se em análises e explicações de cunho instrumental ou mecanicista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em detrimento da real apreensão do movimento dialético que conforma a política social na sociedade burguesa. Portanto, aponta-se que

são exemplos de análises unilaterais no campo da política social aquelas que situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. Em ambas predomina uma visão do Estado como esfera pacífica, desprovida de interesses e luta de classe. Também são exemplares, nessa direção, as abordagens que, ao estudar os efeitos das políticas sociais, as compreendem apenas como funcionais à acumulação capitalista, tanto do ponto de vista de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 37).

E a respeito, também se acrescenta:

Esses enfoques não são em si, equivocados, pois as políticas sociais assumem de fato essas configurações. Mas são insuficientes e unilaterais porque não exploram suficientemente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que *as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos*

para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital (idem, p. 37-38, grifos nossos).

Da proposição mencionada pode se extrair a concepção de política social que norteia a analítica em questão: “[...] *as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital*”. Observa-se também que essa argumentação, tida em referência a natureza contraditória intrínseca das políticas sociais, encontra-se baseada na interpretação acerca da análise de Marx – em *O capital* – em relação às legislações fabris e a jornada de trabalho no contexto inglês do século XIX, não obstante o reconhecimento de que o processo em análise não tenha se constituído uma questão do tempo daquele autor. Assim, destaca que:

ao analisar as primeiras legislações fabris que garantiram redução da jornada de trabalho na Inglaterra no século XIX, Marx (1984) já sinalizava que a conquista desses direitos pela classe trabalhadora não acaba com o capitalismo nem possibilita sua superação, mas reconhecia que *os ganhos do trabalho impõem limites aos ganhos do capital* (BOCHETTI, 2010, p. 68-69, grifos nossos).

Essa análise também é contemplada em outra literatura dessa pesquisadora, de parceria com outra estudiosa, aqui, presente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), as quais afirmam que a leitura do capítulo de *O capital* que versa sobre a *jornada de trabalho e a legislação fabril* consiste fundamental na perspectiva dirigida à política social, compreendendo que “a análise marxiana mostrou claramente a impotência das legislações fabris na superação da ordem burguesa, *mas revelou seu caráter contraditório, suas multicausalidades e multifuncionalidade*” (p. 38, grifos nossos).

É essa, pois, a orientação adotada, sob o método da teoria social marxista, na análise das políticas sociais: o conhecimento das políticas sociais requer a apreensão das suas múltiplas dimensões e funcionalidades (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), assumindo, para tanto, posicionamento de crítica e negação às análises unilaterais, considerando essas deformadoras do processo histórico e social que se constituem as políticas sociais.

Nessa orientação, apresenta-se o enfoque da *luta de classes* como campo no qual situam as determinações que envolvem a gênese e o desenvolvimento da política social na sociabilidade capitalista. A partir dessa referência analítica, compreende-se que

o pensamento que quer conhecer as políticas sociais em suas múltiplas dimensões e determinações não se contenta, portanto, com os esquemas abstratos de explicação, nem com as simples e evidentes representações do senso comum. Ele se esforça para

desvendar o significado real das políticas sociais que se esconde sob o mundo fenomênico da aparência (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.41).

Assim, em contraposição aos *esquemas abstratos de explicação*, cuja perspectiva é apreendida pela literatura enquanto *tradicional* (e conservadora) no trato analítico da política social, a vertente presente adota o método mencionado – *dialético-materialista* – por compreendê-lo como possibilidade de transcendência à perspectiva referida, e para o qual

a análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 36).

A rejeição aos esquemas de análises de vieses unilaterais, tradicionais, dá-se, fundamentalmente, porquanto considera que o debate proposto por eles apresenta uma lacuna irrelevável, qual seja, não tem se aludido ao movimento contraditório no qual se constitui a totalidade social burguesa. Em outros termos, não assumem referência no processo de luta de classes.

Ao contrário, a perspectiva analítica – objeto do presente capítulo - assumindo-se dentro da referência metodológica crítico-dialética, propõe a apreensão dos fundamentos históricos e teóricos concernentes à política social sob a égide do capitalismo monopolista, a partir do campo analítico da *contradição* inerente ao processo de desenvolvimento burguês e, portanto, evidenciada nos conflitos de classes.

O caráter contraditório é apreendido, pois, como o substrato conformador da política social, o qual pode assegurar, no processo de correlação de forças – processo esse, vale destacar, situado no âmbito da esfera política, “ganhos” à classe trabalhadora, portanto:

Quando temos clareza de seus limites, bem como de sua natureza contraditória, vemos a política social como ela é: pode assumir *tanto* um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, *quanto* ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do *status* vigente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 195, grifos nossos).

Assim como, “[...] significa reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas podem contribuir para criar as condições materiais para melhoria das condições de vida” (BOSCHETTI, 2010, p. 68).

Sob essa compreensão o núcleo intelectual pesquisado tem requisitado a inserção do debate da política social sobre a perspectiva da totalidade e a superação das correntes

analíticas que se circunscreveram em vieses unilaterais nos estudos a ela referidos. Assim, segundo Behring (2007, p. 28), “[...] é preciso considerar a política social como síntese de múltiplas determinações [...] superando os reducionismos economicistas, politicistas e de outras espécies”.

Vieses esses que, conforme Pastorini (1997), uma vez situados dentro de uma perspectiva *tradicional*, concebem as políticas sociais como mecanismos estatais de redistribuição da renda social, para fins de reequilíbrio social, com vistas à reversão das desigualdades sociais. Neles, a política social é apreendida como alternativa mediada pelo Estado frente às desigualdades empreendidas por esta sociedade.

Para essa autora, essa é uma compreensão que acarretou implicações, sobretudo ideológicas, dado o entendimento de que a política social consistiria em mera “concessão” do Estado, e este, por sua vez, apreendido como uma esfera “neutra” e, assim, isenta de conflitos de interesses, tendo por objetivo primeiro e último assegurar a provisão social, a busca do “bem comum” de sua população, especialmente daqueles despendidos pelo mercado.

Em dissonância, a analítica em curso adota como pressuposto de que a política social é “[...] um produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico [...]” (PASTORINI, 1997, p. 85). Logo, “[...] não podem ser pensadas como meras concessões por parte do Estado” (idem, p. 86), uma vez que se constitui na relação entre “as *classes hegemônicas*, o *Estado* intermediador e hegemonizado pelas classes dominantes e as *classes trabalhadoras e subalternas* como beneficiários das políticas sociais” (idem, p. 86). No mesmo sentido, também destaca a autora:

[...] partindo da ideia de que nesta relação encontram-se involucrados conflitivamente e em tensão permanente esses três principais protagonistas; *as políticas sociais mal poderiam ser pensadas como meras ‘concessões’ de apenas um desses sujeitos*, mas sim devem ser compreendidas como produtos dessas relações conflitivas entre os atores involucrados. Isto quer dizer que não se pode analisar o fenômeno das políticas sociais só considerando a atitude e o ‘produto final’ – o benefício ou serviço que o Estado outorga ou presta – desconhecendo as lutas prévias e os conflitos anteriores que deram lugar e propiciaram esse ato de o Estado ‘conceder’ (PASTORINI, 1997, p. 86).

Com isso, essa autora examina que, ao rebater a visão do Estado – enquanto “instância neutra” - apresentada nas abordagens de cunho *tradicional*, cuja direção compreendia uma perspectiva redistributiva da política social, levando ao entendimento da ideia de “concessão” por parte do Estado, a tradição marxista assumiu o direcionamento de pensar as “políticas sociais como ‘concessões’ (do Estado e do capital) e ‘conquistas’ (das classes trabalhadoras)”

(PASTORINI, 1997, p. 85). Entretanto, adverte que a adoção do termo “concessão-conquista”, comumente empregado pela perspectiva marxista em análise das políticas sociais, é um binômio não dialético, o qual pode conduzir a equívocos analíticos referentes às políticas sociais, uma vez partir da compreensão “[...] de que esse binômio encontra-se composto por *dois conceitos excludentes*, ou seja, ele integra dois termos que, na verdade, se excluem mutuamente, conformando, desta forma, binômio não dialético” (Idem, p. 92, grifos originais). Assim, segundo a análise da autora, o termo traz implicações à dimensão relacional enquanto avanço apresentado pela perspectiva marxista às análises das políticas sociais. Para ela, o termo não contempla a *relação processual* que conforma a política social e cujo fundamento se apresenta na luta de classes, mas a situa como *relação unilinear* entre os sujeitos envolvidos, ou seja, se um concede não pode haver conquista, e vice-versa.

Com esse entendimento, a autora dirige duas críticas à conceituação da política social enquanto “concessão-conquista”: a primeira, relativa às implicações contidas com o uso dessa terminologia, e a segunda é referida ao conteúdo conceitual propriamente. A saber, respectivamente:

Assim, quando se fala de *concessão*, o próprio termo está fazendo referência ao fato de uma pessoa dar, doar ou outorgar algo a outra pela sua própria vontade. Essa dádiva pode ser produto de um conflito concreto, pode ser resultante da ‘graça’ da pessoa que está concedendo ou pode ser uma forma pela qual quem concede evita um eventual conflito, sem que isso implique, necessariamente, uma luta e uma pressão explícita por parte do ‘cessionário’ (PASTORINI, 1997, p. 92-93).

Assim como,

[...] falar de *conquista* implica falar de usurpação. Assim, o ato de conquistar significa tomar alguma coisa pela força, não necessariamente física nem bélica, mas intelectual, moral, política, econômica, cultural etc. Mas o fato de conquistar algo não é necessariamente compatível com a concessão, já que *se uma parte conquista alguma coisa, isto significa que a outra não concedeu nada*, pelo contrário, a ela lhe é usurpada essa tal coisa, e vice-versa, *se uma delas concede alguma coisa à outra, isso significa que esta segunda não a conquistou e sim recebeu* (Idem, p. 93, grifos originais).

Ao compreender o binômio em questão como uma conjugação de conceitos excludentes e contraditórios – *se uma parte conquista alguma coisa, isto significa que a outra não concedeu nada* – a autora enfatiza a incoerência que o binômio apresenta enquanto categoria analítica à perspectiva marxista de análise, desencadeando equívocos à apreensão do processo relacional no qual situa a política social. Assim,

[...] partindo da ideia das políticas sociais em geral como um processo de concessões e conquistas, no entanto, *classificar as políticas sociais concretas em dois grupos*; por um lado, aquelas que são produto das *conquistas* dos *setores subalternos* e, por

outro, aquelas que são *concessões* do Estado e/ou das *classes dominantes* para os subalternos. Dessa forma, em ambos os casos percebe-se a desconexão existente entre os elementos conquista e concessão, como se fosse possível pensar, para o primeiro grupo, essa relação de forma linear e harmônica – prescindida de lutas e conflitos -. E para o segundo, como usurpação de espaços por parte das classes subalternas – dispensando da negociação entre as partes e dos mútuos ganhos (PASTORINI, 1997, p. 93-94).

Trata-se, pois, de situar a política social numa relação bipolar: ora produto da concessão do Estado ora resultante da organização (conquista) de setores subalternos frente a essa entidade (Estado), incorrendo nas caracterizações enquanto “hipótese do engodo” e de “hipótese da conquista”.

Em adendo, a autora aponta para a ausência de processualidade (sua segunda crítica) que se apresenta no binômio, uma vez induzir a compreensão de uma relação dualista/bipolar – entre quem “concede” (Estado e as classes dominantes) e quem “conquista” (classes subalternas). Para Pastorini (1997, p. 96), o binômio ao referir-se a relação nos termos de uma dualidade incorre em equívocos analíticos como aqueles contidos na perspectiva tradicional, pois, nela,

as análises tradicionais e até conservadoras referidas às políticas sociais não conseguem captar o que acontece do outro lado da moeda, do lado do povo, da sociedade civil. Dessa forma, embora seja verdade que o Estado “concede” e que as classes subalternas “conquistam”, essa verdade é relativa enquanto não pensemos conjuntamente esse processo pelo avesso, analisando de que forma, e em que medida, existem ganhos e perdas naqueles sujeitos implicados nesta complexa relação.

Nesse entendimento, ao incorporar uma perspectiva relacional às políticas sociais, compreendem numa relação na qual “[...] todos os sujeitos em luta, implicados nessa negociação concedem e conquistam ao mesmo tempo” (idem, p. 96). Concebe, portanto, que nessa relação

[...] seria uma meia verdade falar de concessão e conquista se não se analisa que, embora os *setores subalternos* ‘conquistem’ os serviços oferecidos pelo Estado, embora os trabalhadores ‘conquistem’ a legislação trabalhista, a regulamentação da jornada de trabalho etc., o Estado ‘conquista’ legitimação e as classes, por sua vez, *dominantes* ‘conquistam’ a ampliação das suas possibilidades de acumulação e valorização do capital, assim como também a perpetuação das relações econômicas, evitando maiores conflitos. Mas, ao mesmo tempo, deve-se pensar que enquanto o Estado ‘concede’ serviços e atendimentos às populações carentes, estas ‘concedem’ ao primeiro a possibilidade de legitimação do sistema e de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho etc. As *classes dominantes*, por sua vez, ‘concedem’ recursos e os *setores subalternos* ‘concedem’, em troca, aceitação da ordem sociopolítica e econômica, ao mesmo tempo que contribuem para a perpetuação das relações de produção, exploração etc (PASTORINI, 1997, p. 96-97, grifos originais).

Desta maneira,

[...] *não se trata de uma relação unilinear* onde as classes subalternas ‘conquistam’ e o Estado ‘concede’, *mas sim de um processo conflitivo atravessado pelas lutas de classes*, onde os diferentes grupos nele inseridos têm *ganhos e perdas*, ao mesmo tempo que lutam e pressionam, ‘conquistam’ e ‘concedem’ alguma coisa aos demais sujeitos envolvidos (Idem, p. 97, grifos originais).

Do ponto de vista da perspectiva dialética marxista – ao incorporar a *perspectiva da luta de classes*, a qual, segundo a autora, propõe uma *relação entre os sujeitos* – de um lado, Estado e classe dominante, de outro, trabalhadores – lados esses assentados em interesses conflitantes, e a *perspectiva da totalidade*, a política social deve ser apreendida sob a ótica tanto da política quanto econômica e social. Assim, evidencia Pastorini (1997, p. 97):

[...] é necessário desenvolver uma caracterização das políticas sociais, que, além de fazer alusão a uma *relação* entre sujeitos, faça referência a um *processo* mais amplo e em movimento, onde os diferentes atores envolvidos encontram-se relacionados tensa e/ou conflitivamente e movidos por interesses contraditórios.

Uma vez que, conforme Pereira (2012, p. 203),

[...] acreditar-se que a política social é *tão-somente* criatura do capital, não há porque defendê-la; ou, ao contrário, que ela é *sempre* conquista do trabalhador, não há como explicar a sua secular disputa pelo capital – além de, com essas atitudes, incorrer-se numa análise funcionalista (grifos originais).

Trata-se, nesse sentido, da apreensão da política social “como espaço e consequência das lutas sociais (e de classes) e como uma unidade político-econômico-social” (PASTORINI, 1997, p. 81). Nessa direção, reitera-se, portanto, que

[...] as políticas sociais não podem ser pensadas como produto de uma relação unilinear, onde o movimento parta do Estado para a sociedade civil (‘concessão’), ou vice-versa, da sociedade civil para o Estado (‘conquista’), mas, pelo contrário, que essa relação deve ser vista como um processo dialético, contraditório e de luta entre diferentes setores sociais (idem, ibidem).

E assim sendo, compreendendo o binômio incompatível à perspectiva de análise da política social sob a perspectiva da *totalidade* e a centralidade da *luta de classes* propõe-se a categoria “demanda-outorgamento” uma vez se apresentar consoante à direção aqui assumida na análise da política social – a luta de classes; compreendo, pois, “[...] uma relação processual (e não uma relação unilinear) entre sujeitos ou grupos sociais, uns que pressionam e demandam, outros que outorgam e integram” (PASTORINI, 1997, p. 98). Tal categoria é apreendida como uma síntese do processo compreendido por *demanda – luta – negociação – outorgamento*. Processo esse que a autora explica da seguinte maneira:

[...] este complexo processo tem como ponto de partida as necessidades dos sujeitos, parte das quais transformam-se em *demandas* que serão reivindicadas perante os organismos e instâncias competentes, valendo-se das mobilizações e pressão dos setores interessados, constituindo, dessa forma, verdadeiras *lutas* entre diferentes classes sociais e setores de classes em pugna e confrontados na defesa de interesses diversos e até antagônicos. Esse processo, perpassado pelas lutas de classes, leva a uma instância de negociação, momento no qual cada uma das partes envolvidas obtém ganhos e perdas (PASTORINI, 1997, p. 98, grifos originais).

Nesse processo,

o Estado, como consequência da luta e da negociação, incorporará algumas das demandas das classes subalternas, dando, dessa forma a uma parcela das reivindicações dos setores subalternos, *outorgando* assistência aos mais necessitados, serviços sociais, direito a greve etc. No entanto, em troca, os setores demandantes legitimarão o Estado e a ordem estabelecida. Mas é necessário acrescentar que *este processo pode ser explícito ou implícito*, ou seja, tanto a demanda e as lutas quanto a negociação podem existir tácita ou concretamente (idem, ibidem).

Infere-se, portanto, que a *demanda* e a *luta* consistem aspectos substanciais no desenvolvimento e implementação das políticas sociais pelo Estado, este como esfera da *negociação* e *outorgamento*, ainda que aqueles aspectos não se apresentem explícitos no processo. Uma vez que, em certos casos,

[...] o Estado para evitar as lutas sociais, se antecipa às eventuais demandas de segmentos das classes subalternas, atendendo algumas das suas necessidades reais ou sentidas. O fato de o Estado se antecipar às reivindicações e pressões não significa que a demanda e a luta não estejam presentes no processo de gênese de determinada política social; pelo contrário, elas estão presentes, só que não concreta ou explicitamente, mas de forma tácita e implícita (idem, p. 99).

E acrescenta,

Isto significa que o Estado outorga para evitar eventuais demandas e lutas, mas nem por isso podemos pensar que as lutas e as demandas não estejam presentes no processo de gênese das políticas sociais. Muito pelo contrário, é essa possibilidade de lutas e conflitos sociais implícitos que faz com que o Estado outorgue determinados benefícios; se não existisse tal possibilidade, o Estado não se anteciparia (idem, p. 100).

Portanto, a possibilidade da pressão e lutas dos trabalhadores compreende aspecto central à processualidade conformadora da dinâmica constituinte da política social na sociabilidade regida pelo capital.

Do exposto, reitera-se que se constitui central na linha analítica corrente a inscrição da política social sobre a perspectiva da *totalidade* e da *luta de classes*. Partindo da concepção de que a política social refere-se a um *espaço e consequência das lutas sociais*, entendendo que

só é possível analisar as políticas sociais a partir da ótica da totalidade, considerando tanto os elementos econômicos quanto políticos (PASTORINI, 1997).

Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes. É imprescindível analisar aspectos centrais da política econômica como índices de inflação, taxas de juros, taxas de importação/exportação, distribuição do produto interno bruto nos orçamentos das políticas econômica e social, grau de autonomia do Estado na condução da política econômica, acordos assinados com organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional, grau de acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida, de modo a mostrar seus efeitos sobre a conformação das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 45).

Com tal assertiva revela-se o sentido dado a relação entre a política econômica e a luta de classes no interior dessa perspectiva. As autoras aqui envolvidas compartilham do entendimento de que as políticas sociais “[...] são um produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico, e não fruto de um desenvolvimento ‘natural’” (PASTORINI, 1997, p. 85). Todavia, em que pese sua preocupação analítica ao situar a política social em um campo amplo de determinações que não se restringe a um campo ou outro isoladamente, a perspectiva não aborda a funcionalidade da política social na estrutura social capitalista para além da questão da legitimação do Estado e da ordem vigente, por isso afirmara que “[...] em troca, os setores demandantes legitimarão o Estado e a ordem estabelecida” (idem, p. 98). E, ainda, que a análise da política social assuma como pressuposto uma relação processual que envolve interesses antagônicos – sobre a personificação de setores subalternos, Estado e mercado – este último é ausente. De modo geral, o debate centra-se na relação entre Estado e sociedade; e assim, não comparece a vinculação intrínseca com esfera econômica.

E ao considerar como mais coerente à dinâmica *demanda – luta – negociação – outorgamento* à apreensão do processo das políticas sociais, dar-se ênfase ao processo de mobilização e luta dos setores, em especial, da classe trabalhadora, frente as necessidades sociais, as quais são transformadas em demandas e reivindicadas, por sua vez, o atendimento pela instância estatal. No entanto, observa-se, também, um aspecto ausente na análise em questão, qual seja: a possibilidade de resposta do Estado à *demanda* que o é apresentada – seja explícita ou implicitamente, enquanto expressão de uma necessidade social –, não é antes uma relação decorrente da condição dos sujeitos sociais na sociabilidade do capital? Ou seja, não possui relação com a condição social no processo produtivo da riqueza social, esfera essa como fundamento material da luta de classes?

No mesmo sentido, quando o Estado assume a direção da *negociação* e, por conseguinte, *outorga* (para usar os termos da autora) respostas a algumas das reivindicações de setores da classe trabalhadora, faz por uma questão de “luta de classes” tomada abstratamente, ou porque a sociedade burguesa se assenta em um fundamento do qual não pode abdicar, qual seja, a condição de equivalência entre os sujeitos – na esfera político-jurídica? Uma condição, portanto, primária no desenvolvimento do capitalismo e, assim sendo, a instância estatal não pode se eximir frente a ela, pelo contrário. Assegurá-la é intrínseco a sua funcionalidade no modo de produção capitalista, do ponto de vista da perspectiva marxista – perspectiva essa na qual a analítica corrente reivindica filiação.

Como já expressei a categoria da totalidade se constitui em fundamento metodológico central para a abordagem da política social dentro da analítica, aqui, em discussão. Para esta, se faz imprescindível na “[...] análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 36) a superação da ambiguidade da relação entre “conquista/conquista” que se fizeram enfoques a partir dos quais se sustentaram estudos referentes à política social, dentro e fora da tradição marxista. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; PASTORINI, 1997).

Com efeito, aponta-se para a necessidade de situar a política social no campo das contradições inerentes aos processos sociais de produção e reprodução capitalista. Assim, e ainda reconhecendo que a política social assume configurações ora de benesse do Estado, ora de funcional à acumulação do capital, tanto na ótica econômica – nesta, ao assumir a função de barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho ou para contrarrestar a tendência ao subconsumo - quanto na política - aqui em legitimação da ordem social. Ou seja, entre a acumulação e legitimação, e também não em perspectiva de superação da ordem burguesa, situam-se no campo das lutas dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Desse modo, rejeitam as perspectivas unilaterais porquanto o não reconhecimento de que as políticas sociais, pela via do caráter contraditório, que lhe é intrínseco, suas multicausalidades e funcionalidades, podem, portanto, se constituir centrais para a luta dos trabalhadores frente aos interesses capitalistas (BEHRING, 2007).

E assim sendo,

O estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que,

dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses de classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 43).

Nesse entendimento, pode se observar que a apreensão do caráter contraditório conformador da política social refere-se, pois, ao ângulo de vista de possibilidades em matéria de “ganhos” da classe trabalhadora. Se de um lado, esta abordagem não nega as possíveis funcionalidades da política social ao capital em termos de *acumulação* (aqui onde é situada a reprodução da força de trabalho na perspectiva) e *legitimação*, a dimensão privilegiada compreende a luta política, uma vez que para os representantes dessa perspectiva o fato da política social ser produto histórico da luta de classes assegura uma face de positividade das políticas sociais aos trabalhadores.

Diante disso, é possível observar que, apesar dos esforços a apreensão dialética da política social, o caráter contraditório ainda se apresenta aqui circunscrito por uma dualidade, comparecendo, pois, como ora funcional ao capital, ora aos trabalhadores, e o que define, portanto, compreende a força política. Assim, a contradição parecer estar transmutada de sua real finalidade para o processo de disputa.

Nesse sentido, ao reivindicar o debate sobre a perspectiva da totalidade e da luta de classes, a analítica se dirige à apreensão das múltiplas dimensões e determinações da política social. Todavia, o entendimento da dimensão econômica é apreendido restrito à economia de mercado. Com isso a *luta de classes* aparece desvinculada de sua base material (relações econômicas), sob o enfoque da esfera política, dada a compreensão acerca da natureza contraditória do Estado capitalista e, por conseguinte, que a contradição se constitui na reprodução das classes sociais. E é essa a problemática que se constitui objeto da seção a seguir.

1.2 A luta política e a perspectiva da totalidade: o Estado além do “comitê executivo”

Assentada nos pressupostos anteriormente assinalados esta perspectiva ao conceber a política social na relação com luta de classes e, assim sendo, como um processo que se constitui na relação entre a dominação - intrínseca ao Estado - e a figuração de um controle

democrático sobre essa instância na distribuição de recursos às necessidades sociais (PEREIRA, 2010), enfatiza-se a contradição contida na política social a partir da disputa na esfera política no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora.

Sob esta direção, imprime, essencialmente, a perspectiva de que as políticas sociais são resultantes da luta de classes, e nessa mediação pode se constituir em caráter positivo aos interesses da classe trabalhadora, ou seja, *quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital* (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), como direcionamento adotado e já sinalizado na seção anterior. Significa, portanto, dizer que a política social ao se constituir como produto histórico da luta de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), e para tanto dependente da organização política dos sujeitos dela demandantes, pode se erigir em funcionalidade aos trabalhadores, uma vez materializar respostas às suas demandas reivindicadas à instância política – o Estado.

No entanto, com essa compreensão, se observa a abstração de uma mediação fundamental no processo de desenvolvimento da política social, qual seja, sua vinculação com a necessidade da reprodução das classes sociais, para a qual o Estado se apresenta como mediador indispensável, uma vez que a determinação central se encontra na base da produção, e para qual requer a mediação dessa entidade (Estado) como poder político nesta sociedade. Existe, portanto, um distanciamento daquele que consiste o fundamento da contradição que conforma a política social, ou seja, a reprodução das classes sociais, e isto, por sua vez, como determinante da constituição do valor econômico na sociedade capitalista.

Em outros termos, o entendimento revelado supõe que o fato das políticas sociais se constituírem como resultante das lutas de classes – e de fato! –, garantindo aquisições à classe trabalhadora, imporia limites aos interesses capitalistas em sua busca incessante por ampla lucratividade. Esse entendimento, ao que se observa, requer um processo de qualificação, não obstante a concordância do que as políticas sociais podem possibilitar aquisições dos trabalhadores frente suas necessidades de reprodução. Nesse sentido, convém a indagação: a dinâmica na qual se constitui a política social, enquanto embate de interesses antagônicos, retira sua funcionalidade à reprodução capitalista quando possibilita “ganhos” à classe trabalhadora? Ou isto é a mais clara evidência da reprodução de classe? Portanto, qual o impacto dos limites (ou sua dimensão) empreendido pela política social à acumulação capitalista, à reprodução social burguesa?

A nosso ver, a questão parece decorrer de uma compreensão acerca da relação entre processualidade/funcionalidade conformadora da política social. Uma vez que a perspectiva corrente, ao enfatizar a dinâmica processual da política social, ao inscrevê-la no campo de

embates de interesses de classe, conduziria ao entendimento de uma correspondência entre processualidade e sua função social ao encontro dos interesses dos trabalhadores. Entretanto, a nosso entender, processualidade – enquanto dinâmica do conflito de classes – na qual se erige as políticas sociais não imprime uma relação direta destas aos interesses da classe trabalhadora, em contraposição à sua condição social de classe dominada, como parece soar nos argumentos apreendidos.

Se, de um lado, a processualidade da política social se constitui no terreno da luta de classes, contudo, isso não lhe confere uma adjetivação imanente de positividade à classe trabalhadora, como sujeito coletivo envolvido no processo, não obstante as aquisições alcançadas. Pelo contrário, demonstra a natureza contraditória do processo de reprodução social do capital. Isto consiste, pois, no fundamento da dinâmica na qual se erige a política social.

Implica, assim, dizer que não se trata de um “jogo de soma zero”, onde os “ganhos” de um – neste caso, dos trabalhadores – implicaria em “perda” para o outro – o capital. Trata-se, portanto, de um processo dialético. O que requer apreender, conforme Marx (2010c), que quando o capital expande sua riqueza, assentada em uma apropriação da produção alheia, não significa o decaimento da condição material do trabalhador verticalmente, embora, nesse movimento, se tem reafirmado a condição social destes sujeitos – capital/trabalho - na sociabilidade vigente. Mas, pela ampliação da riqueza do capital, o trabalhador também tem diante de si as possibilidades de obtenção de condições mais favoráveis à sua existência²⁹. Portanto, Marx (2010c, p. 56 - 57) asseverara,

quanto mais depressa o operário aumentar a riqueza alheia, tanto mais gordas serão as migalhas que sobram para ele [...] Quando o capital cresce rapidamente, o salário pode subir, mas o lucro do capital cresce incomparavelmente mais depressa. A situação material do operário melhorou, mas às custas da sua situação social. O abismo social que o separa do capitalista ampliou-se.

O fundamento econômico compreende, pois, uma determinação insuprimível no processo de constituição e, por conseguinte, de análise da política social e sua direção pelo

²⁹ O que não significa dizer, por outro lado, que exista um comprometimento do capital com a classe que domina ao suprimento de suas necessidades de reprodução. De fato, não se trata disso. Ou seja, ainda que o “[...] crescimento mais rápido possível do capital”, por muito que melhore a vida material do operário, não suprime a oposição entre os seus interesses e os interesses burgueses [...]” (MARX, 2010c, p. 57). Para o autor em referência significa apenas entender que “[...] quanto mais depressa a classe operária aumentar e ampliar o poder que lhe é hostil, a riqueza alheia que lhe dá ordens, tanto mais favoráveis serão as condições que lhe permitem trabalhar de novo para o aumento da riqueza burguesa, para a ampliação do poder do capital; contente [a classe operária] por forjar para si própria as cadeias douradas com as quais a burguesia a arrasta para atrás de si (idem, ibidem). Mediação fundamental nessa discussão compreende as categorias de *pauperismo absoluto* e *pauperismo relativo*.

Estado, uma vez que a atuação adotada se assenta na produção e extração da mais-valia, conformada pelos interesses gerais de reprodução do capital. Por isso, que a perspectiva da totalidade desvinculada da relação das relações de produção (economia) recai em um misticismo³⁰, cuja expressão pode se apontar para a ótica de um Estado “regulador” das desigualdades sociais ou a conformação de um “Estado de Bem-estar Social” em alusão a experiência histórica vivida por países de capitalismo avançado.

Ademais, no que diz respeito à apreensão do caráter contraditório da política social, o qual comparece ainda sob uma dualidade, e assim o enfoque se situa nas possibilidades de “ganhos” à classe trabalhadora. A respeito, particularizando a assistência social, Pereira (1996, p. 49) afirma que

‘a assistência social, enquanto um meio político-institucional, é capaz de servir a diferentes senhores’. É capaz, portanto, de servir *tanto* ao capital *como* ao trabalho e, por isso, vir a ser um instrumento mediante o qual a sociedade poderá atravessar o Estado, exigindo a atenção que lhe é devida.

Assim como,

[...] a assistência social, enquanto um processo que resulta da relação entre interesses contrários (o do capital e o do trabalho ou o da lógica da produção lucrativa e o das necessidades sociais) *pode tanto servir a um como a outro interesse, dependendo de quem, historicamente, estiver melhor situado na correlação de forças* (PEREIRA, 1996, p. 36 – grifos nossos).

Sob essa compreensão, não se avança em relação ao fundamento do que torna possíveis tais “ganhos”, mas antes o situa, genericamente, como processo de disputa de classes³¹. Com isso, pode-se inferir que esse processo ao ser tomado em desarticulação com as determinações do processo de valorização do capital só conduz a uma perspectiva reformista.

No entanto, o que se observa relevado nesta perspectiva refere-se às relações políticas como expressão dos interesses e embates de classes. Trata-se, pois, da dimensão privilegiada na perspectiva da totalidade. Portanto, afirma Boschetti (2016, p. 175):

[...] as determinações políticas, [...] entendidas como expressões dos interesses e lutas de classes, são consideradas como fundamentais nos processos de conquistas e

³⁰ Faz-se importante esclarecer que não se trata de uma compreensão unilateral, em desconsideração a perspectiva de avanço social que os mecanismos políticos conferem nesta sociedade. No entanto, o político não incide em forma de limitação da dominação do capital. Trata-se, pois, da apreensão de que “a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 576).

³¹ Importante referência ao debate compreende Piva (2012), sustentando que a “ciudadanía encuentra su fundamento em uma economia de mercado livre” (p. 33).

derrotas históricas da classe trabalhadora em sua luta pelos direitos sociais e políticos que dão forma e conteúdo ao Estado Social. Um Estado social que não perde sua essência capitalista, que em dado momento histórico incorporou reivindicações da classe trabalhadora, mas que hoje está submetido à hegemonia conservadora, que o restringe como campo de conquistas do trabalho, e o subjugua aos interesses gerais da acumulação.

Não obstante o entendimento explícito de que o Estado possui natureza capitalista, a apreensão acerca dos direitos sociais e, conseqüentemente, das políticas sociais é assentada na perspectiva de separação entre a política e a economia. O que implica dizer que ao tomar a perspectiva da *luta de classes* sob o enfoque central das determinações políticas, esta analítica pode incorrer no equívoco por ela mesma criticado, qual seja, a perspectiva politicista, mas não no sentido da “concessão” de outrora, e sim como despolitização dos processos econômicos, ou seja, desvinculando as relações políticas de sua base material.

É o que se pode observar, também, quando se relaciona o desenvolvimento da política social entendendo como forma de enfrentamento à “questão social”³² a partir do reconhecimento do Estado às demandas, reivindicações e expansão industrial àquela esfera pública a partir do século XIX (IAMAMOTO, 2014). Na mesma trilha, ressaltam duas outras analistas³³:

as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. [...] sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico [...], o de constituição das relações capitalistas – e que tem continuidade na esfera da reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51-52).

Tal reconhecimento, segundo analista influente do Serviço Social brasileiro – resultou de um processo de “[...] formação e desenvolvimento da classe operária e de ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 2014, p. 84). Para essa analista, esse processo

³² Para uma das analistas em referência a “questão social” compreende “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

³³ Vale informar, também, que tais analistas ressaltam: “não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX [...], mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

consistiu em “[...] manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (idem, ibidem). Assim,

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 84).

Na mesma direção, salienta Pereira (2012, p. 32-33),

Para dar conta das crescentes demandas sociais – advindas, principalmente, da ‘questão social’, então desencadeada – a que se viu obrigado a responder, o Estado capitalista, até por uma questão de sobrevivência, *renunciou à sua posição equidistante de árbitro social para tornar-se francamente interventor*. E, nesse papel, ele passou não só a regular com mais veemência a economia e a sociedade, mas também a empreender ações sociais, prover benefícios e serviços e exercer atividades empresariais. Dessa feita, o Estado capitalista tornou-se, desde o final do século XIX, parte visivelmente interessada nos conflitos entre capital e trabalho, agudizados pelo processo de industrialização, assumindo um forte papel regulador, dando origem ao Estado de Bem-Estar ou Estado Social (grifos nossos).

E ainda:

[...] se os direitos individuais (também chamados de fundamentais) são a garantia de uma sociedade burguesa separada do Estado, os sociais representam a via por meio da qual a sociedade penetra no Estado, procurando: conhecê-lo, controlá-lo e interferir na sua estrutura administrativa, nos seus processos de legitimação e regulação, nas suas prioridades e objetivos. Foi por meio da incorporação da questão social na agenda política e da sua paulatina transformação em *questão de direito*, que a integração do Estado com a sociedade civil tornou-se uma realidade irrecusável (PEREIRA, 2012, p. 37).

Não se trata de questionar a relação da política social com a “questão social”, mas de se atentar para o fato de que não se esgota numa referência meramente política como uma *questão de direito*, a qual tem se apresentado sob dois ângulos de vista: 1) como uma questão unicamente de legitimação do Estado, como destaca Pereira na exposição acima; ou, 2) como regulação das relações de exploração pela atuação do Estado, ou seja, a incidência dessa entidade em limitação da dominação capitalista. Faz necessário destacar que tais aspectos não aludem a relação da intervenção do Estado com o mercado. Assim, apesar da fundamentação de que “a reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e

do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na ‘luta de classes’ (IAMAMOTO, 2009, p. 73), se observa que o fundamento material da contradição, não obstante o avanço analítico com incorporação da perspectiva da luta de classes, é que as determinações dos aspectos econômicos – a base material na qual se erige as relações sociais capitalistas – estão abstraídas, incorrendo numa centralidade da esfera política em face da totalidade que consiste a produção e a reprodução social burguesa. Tem-se, pois, a vinculação entre luta de classe e política social estritamente ao campo da reprodução social, mormente a consideração de que a apreensão da sua particularidade não prescinde do movimento contraditório das relações sociais de produção e reprodução do capital e, portanto, da totalidade.

Nessa compreensão, a perspectiva da *luta de classes* como aspecto determinante para a análise da política social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; PASTORINI, 1997) se situa fundamentalmente no campo da disputa política por parte do fundo público, ainda que se apresente também o entendimento deste na relação com a reprodução da força de trabalho como mediação no processo de valorização do capital (BOSCHETTI, 2016). Mas, este ainda se apresenta secundarizado, como se pode observar no entendimento a seguir:

A lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 53).

Vale destacar que, com essa compreensão, tais autoras sinalizam a perspectiva interpretativa adotada à “questão social”³⁴, isto é, “como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes – o que envolve a política social como um elemento central” (idem, p. 53). No entanto, ressaltam que é preciso “imprimir historicidade a esse conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados [...] às formas da produção e reprodução sociais capitalistas, com seu metabolismo incessante [...]” (idem. *ibidem*).

Para tanto, acrescentam:

³⁴ A esse respeito, é importante pontuar que no âmbito do Serviço Social há divergências de perspectiva acerca da relação entre a profissão e a “questão social”. No entanto, não nos deteremos a essa questão porque, neste momento, excede os limites da proposta deste estudo. Como indicação aproximativa ao debate, conferir a Revista *Temporalis*, n. 3 (2001) da ABEPSS.

[...] deve incorporar, necessariamente, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, esse conceito está impregnado de luta de classes, sem o que se pode recair no culto da técnica dos mapas da ‘exclusão’, das fotografias, da vigilância da exclusão, tão em voga nos dias de hoje (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 53).

Faz-se importante reiterar que a adesão da perspectiva da totalidade sob a qual se situa o aporte da *luta de classes* se apresenta com uma preocupação central, de que a análise não recaia em um viés economicista. Deste modo, a totalidade compreende a estrutura capitalista e como as classes e o Estado se inserem.

Compreende-se, assim, que a ênfase dada por essa perspectiva analítica refere-se à centralidade da luta de classes como referencial teórico a apreensão do significado da política social – enquanto processo social –, com vistas à superação de vieses de análises unilaterais de caráter ora funcionalistas quanto estruturalistas e politicistas, recorrentes em estudos empreendidos, e ainda tão onerosos à temática, a exemplo da concepção “hipótese do engodo” e da “hipótese da conquista”³⁵, segundo a analítica apreendida.

Com esse direcionamento, esta perspectiva ao focar as lutas sociais - a participação dos sujeitos no âmbito da instância política, como pressuposto à garantia de direitos sociais por meio da implementação da política social, compreende o processo como uma disputa contra hegemônica ao capitalismo. No entanto, a *luta de classes* situada no campo político, desvinculada do seu fundamento material, e, por consequência, sem a apreensão da função social do Estado como sustento das relações de exploração capitalistas, pode conduzir análises aparentes, e incorrer numa espécie de culto de um Estado regulador em contraposição a regulação do mercado. Como pode se observar na análise abaixo:

[...] o Estado pode ser considerado *o lugar de encontro e a expressão* de todas as classes porque, embora ele zele pelos interesses das classes dominantes e tenha, ele mesmo, um caráter de classe, esse zelo se dá de forma contraditória. Ou seja, para manter as classes dominadas excluídas do bloco no poder, ele tem de incorporar interesses dessas classes e acatar a interferência de todos nos assuntos estatais para poder se legitimar e preservar o próprio bloco no poder. É relacionando-se com todas as classes que o Estado assume o caráter de poder público e exerce o controle político e ideológico sobre elas (PEREIRA, 2011, p. 147)

³⁵ Leitura segundo a qual as políticas sociais são “determinadas pela lógica do Estado, emanam de processo internos de reconhecimento de sua conveniência e terão a classe trabalhadora fundamentalmente como objeto” (Coimbra, 1987, p. 111). Ou nos termos de Behring (2009b, p. 16), tais concepções compreendem: a) “a hipótese do engodo, embebida de *economicismo*, pela qual a política social é apenas um requisito da acumulação, sendo útil também para a cooptação política dos trabalhadores, diga-se, a compra da sua docilidade”; b) “a hipótese da conquista, embebida de *politicismo*, onde a política social é um troféu dos trabalhadores, resultado de sua pressão sobre o Estado capitalista” (BEHRING, 2009b, p. 16).

Nessa direção, o Estado se constitui como uma arena de disputa de interesses, e por assim o ser se apresenta permeável às necessidades sociais (PEREIRA, 2012), cuja condição corresponde ao controle público derivado da própria sociedade. O Estado é, portanto, apreendido como uma entidade geral, cujo poder consiste em objeto de disputa pelas forças políticas antagônicas. A democratização dessa entidade compreende, pois, objeto de luta dos sujeitos da classe trabalhadora.

A democratização do Estado, como resultante das lutas históricas dos trabalhadores pela emancipação política, é tida como a mediação central ao processo de enfrentamento das desigualdades sociais engendradas pelo capital em seu movimento incessante por valorização. Portanto, o Estado sob a figura de um “Estado democrático de direito” constitui-se em mediação fundamental para a socialização da riqueza (PEREIRA, 2012). Todavia, a efetivação dessa mediação como tal está condicionada à correlação de forças.

E assim, situar a “questão social” como referência à constituição e desenvolvimento das políticas sociais significa a emergência de um processo de disputa pela riqueza socialmente produzida nesta sociabilidade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Logo, as políticas sociais, como respostas do Estado às desigualdades constituintes da estrutura desta sociedade de classes, situam-se no campo da relação entre acumulação capitalista e reprodução social da classe trabalhadora. Portanto, a política social é resultante de relações, conflitos e contradições derivadas da desigualdade estrutural do capitalismo.

Sendo assim, as políticas sociais públicas encontram-se inseridas em um contexto concreto de relações de forças entre classes sociais e, conseqüentemente, são resultantes deste. Desse modo, incorpora-se a perspectiva de luta de classe ao debate acerca das políticas sociais para o âmbito dos direitos, as quais ainda que constituídas de natureza contraditória e, ao mesmo tempo, em função dessa natureza, se apresentam como possibilidades a efetivação de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Por tal natureza, entendem-se as políticas sociais como produtos sócios históricos que são fortemente influenciadas pelo movimento histórico das forças sociais e políticas no interior da sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Esse movimento incidirá sobre a configuração das políticas sociais. Logo, sua (re) configuração é perpassada pelo embate entre interesses antagônicos. O que significa dizer que expressará o confronto entre forças sociais em cada período histórico. Exemplo disso consiste às políticas sociais no período keynesiano, constituinte do “Estado de Bem-Estar Social”, momento histórico caracterizado pelo pacto social entre as forças antagônicas (Capital/trabalho).

Já no tempo presente, marcado pelo reordenamento estrutural do Capitalismo, o qual se encontra alicerçado na tríade - Reestruturação Produtiva, mundialização da economia e hegemonia neoliberal (BEHRING, 2009a) -, as políticas sociais assumem uma configuração bem distinta do período anteriormente mencionado. A política social sob o receituário neoliberal se constitui de uma natureza focalista, seletiva, minimalista perante as necessidades sociais (BEHRING; BOSCHETT, 2011). Necessidades essas que segundo a hegemonia neoliberal deverão ser satisfeitas sob a égide do mercado, repudiando o papel de Estado intervencionista nos termos keynesiano. Conforme Behring (2009a), a conclusão neoliberal consiste em “mais mercado livre e menos Estado Social” (p. 72).

E assim,

Se não se pode falar em desmantelamento, é inegável que as reestruturações em curso seguem na direção de sua restrição, seletividade e focalização; em outras palavras, rompem com os compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do *Welfare State*. Seu ‘futuro’ é uma questão polêmica e as análises variam conforme a matriz teórico-política. Vão desde aqueles que preconizam a possibilidade de retorno à sua áurea fase dos ‘anos de ouro’, como parte da solução para o enfrentamento da crise até aqueles que se rendem à sua inviabilidade e pleiteiam o pluralismo de bem-estar [...], baseado na articulação entre Estado, mercado e sociedade na provisão social. Sua potencialidade como mecanismo de regulação social e econômica já foi comprovada e ele pode impor algum limite à acumulação do capital [...], mas a hegemonia neoliberal e as tendências contemporâneas de desestruturação tendem a minar essa possibilidade e a transformá-lo em mecanismo de favorecimento da acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 134).

Desta maneira, nesse cenário, a figura do Estado tem sido redesenhada em favor dos interesses do Capital, dirigindo um forte processo de desresponsabilização perante os direitos e políticas sociais em detrimento das necessidades sociais. A esfera estatal é apresentada numa figura de inoperância, ineficiência em funcionalidade à reestruturação do Capital, refletindo negativamente no enfrentamento das expressões de desigualdades sociais na sociedade brasileira, por exemplo.

Assim, infere-se que é na contramão da perspectiva de direito que se situa o novo redesenho do Estado, o qual, segundo os termos de Behring (2009a), se trata de uma verdadeira contrarreforma em curso. E assim, segundo a autora, “[...] vai adquirir maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, *considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado*” (BEHRING, 2009a, p.72, grifos nossos).

Nesse sentido, ao entender que “na perspectiva marxiana, as crises constituem manifestações das contradições capitalistas [...] em sua incessante busca de superlucros e

superacumulação” (BOSCHETTI, 2016, p. 109), esta analista, em interlocução com a autora anteriormente citada, ressalta que “os seus enfrentamentos nos marcos do capitalismo se diferenciam historicamente em função do grau de desenvolvimento do capitalismo, da forma de organização das classes sociais e da hegemonia política no âmbito do Estado” (idem, *ibidem*, grifos nossos).

Diante do exposto, cabe levantar algumas questões: uma suposta hegemonia política da classe dominada no âmbito do Estado dissolveria a relação intrínseca à reprodução capitalista? Isto é, o Estado assumiria os interesses da classe trabalhadora como imanência? E quando a intervenção estatal se dirige ao atendimento de alguns interesses dos trabalhadores não estaria relacionado à expansão do capitalismo, oportunizado pelo desenvolvimento das forças produtivas? E, ainda, no que diz respeito à questão da hegemonia política, significa dizer que o Estado permite a coexistência de duplos poderes em seu interior e, por conseguinte, responderia a tais? O Estado de classe não é senão “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante”³⁶?

Já em relação ao momento histórico presente – de hegemonia neoliberal – se afirma que

mesmo com diferentes formas de expressão e enfrentamento, o que se assume aqui é que essas manifestações de crise são, na verdade, elementos das crises estruturais do capital, mas cuja amplitude se define na *relação entre crise e luta de classes* a cada ciclo longo (BOSCHETTI, 2016, p. 110, grifos nossos)

E compreendendo que

[...] o fundo público é a parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho [...] o Estado se apropria também do trabalho necessário, diga-se, dos salários, via tributação, com o que o fundo público é um compósito de tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário (BEHRING, 2010, p. 31).

Logo, “[...] quanto menos dispêndio público houver na reprodução da força de trabalho e à medida que esta é mais apropriada pelo capital, o trabalho gera mais excedente, portanto mais acumulação”, complementa Boschetti (2010, p. 67).

Sob essa compreensão, a *luta de classes* é apresentada, portanto, como forma de obstar a extensão (amplitude) dos impactos deletérios da crise sobre a classe trabalhadora. Assim sendo, esse entendimento, longe de suprimir a relevância dos enfrentamentos empreendidos pela classe trabalhadora, não levaria ao equívoco a respeito das possibilidades da organização

³⁶ Cf. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (ENGELS, 2002).

política nesse processo de enfrentamento, uma vez tratada genericamente sem a mediação com determinantes econômicos? Ou seja, sem a mediação de que o atual momento histórico obstaculiza o desenvolvimento das forças produtivas. A nosso ver, esta é uma mediação fundamental a apreensão do processo de retração de direitos e de “desvalorização” da força de trabalho no tempo presente sob a égide neoliberal.

Com tal perspectiva, acerca do caráter contraditório do Estado, os autores aqui em interlocução compartilham da seguinte compreensão:

[...] que a natureza contraditória do Estado social capitalista está em sua função de atuar *na garantia de condições necessárias à reprodução do capital e à exploração inerente a força de trabalho*, o que significa ter que assegurar a acumulação contínua do capital. Mas, *ao mesmo tempo, o Estado social deve responder às demandas e necessidades sociais sob a pressão da classe trabalhadora em sua luta contra exploração e a dominação capitalista*. Ao reconhecer e estender direitos sociais amplos, o estado social contradiz as requisições diretas do sistema de acumulação, daí sua natureza contraditória (BOSCHETTI, 2016, p. 63, grifos nossos).

Essa natureza contraditória é compreendida, pois, em contraposição aos interesses da acumulação do capital. E assim,

A posição [...] é de que o Estado Social, ao ampliar suas funções na sociedade capitalista, no contexto da democracia burguesa, o faz não exclusivamente como instrumento da burguesia, e tampouco como concessão unilateral em resposta à pressão revolucionária operária. O reconhecimento histórico de direitos sociais pelo Estado social é resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas, mas também determinado pelas condições objetivas de desenvolvimento das forças produtivas (BOSCHETTI, 2016, p. 47).

Segundo essa analítica, o Estado Social tem sua origem relacionada a uma tensa e contraditória relação entre a luta da classe trabalhadora pelos direitos ao (e do) trabalho e as necessidades do capital (BOSCHETTI, 2016).

Portanto, acerca da expansão do Estado Social e “os direitos sociais, sobretudo sociais, esta analítica não desconsidera que foram uma resposta à crise de 1929, paramentados pelo fordismo/keynesianismo” (BOSCHETTI, 2010). Dito isso, cabe aqui uma breve digressão neste momento para relacionar à abordagem anteriormente discutida, qual seja: a consideração mencionada não se faz presente na perspectiva anterior, a qual toma apenas o contexto histórico de expansão dos direitos social dos países centrais do capitalismo como parâmetro para a análise da realidade brasileira no que diz respeito à experiência não consolidada de um “Estado Social”, nos moldes daqueles países, como já discutido.

Assim feita, a perspectiva em questão, inobstante tal entendimento, ressalta que “essa forma de resposta, contudo, não foi instituída apenas como concessão das elites” (idem, p. 68), e sim, integrou “[...] um conjunto de medidas anticíclicas que se instituiu em determinado padrão de desenvolvimento do capitalismo, mas *só foi possível devido à organização, pressão e lutas da classe trabalhadora*” (BOSCHETTI, 2010, p. 68 – grifos nossos).

Para essa estudiosa, essa qualificação em razão da luta de classes se faz indispensável, visto que, em matéria de garantias de direitos, as políticas governamentais, deixadas a seu bel-prazer, sempre se mostraram aquém de uma perspectiva ampliada de direitos, atendo-se somente em padrões mínimos de bem-estar. Assim, segundo, “foram as lutas da classe trabalhadora que impulsionaram a expansão, após a década de 1940, de um padrão universal de políticas sociais nos países do capitalismo central” (idem, *ibidem*). Com isso, reitera-se que

é a compreensão de que a universalidade das políticas sociais e a ampliação dos direitos se deram no confronto de forças sociais em disputa entre uma determinada perspectiva social-democrática de gestão da crise de 1929 e uma perspectiva de luta coletiva organizada da classe trabalhadora para ampliação dos direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho (*ibidem*).

Nessa direção, o processo de reconhecimento legal dos direitos sociais e, por conseguinte, a expansão das políticas sociais, se instituíram no limite entre a (re)estruturação do capital e às lutas sociais pelas conquistas de direitos. Tal fato dirige a compreensão da vinculação medular entre os direitos sociais e a estrutura capitalista, e apesar do entendimento de que a emancipação humana – como perspectiva ético-política adotada por esta perspectiva analítica - não é condicionada em si pela ampliação desses direitos, tem-se defendido que os direitos sociais podem contribuir para a melhoria das condições materiais de vida da classe trabalhadora.

Assim sendo,

As políticas sociais, orientadas pela óptica da materialização de direitos legalmente reconhecidos e legitimamente assegurados, instituíram o princípio da desmercadorização dos programas, projetos e serviços, *possibilitaram aos cidadãos se manter sem depender do mercado*, contribuindo, assim, *para mudar a relação entre cidadania e classe social*, ainda que as relações econômicas e sociais não tenham sido estruturalmente transformadas no sentido de extinguir a sociedade de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 193, grifos nossos).

Dessa afirmativa pode-se extrair o pressuposto aludido pela perspectiva à intervenção do Estado, qual seja a de *desmercantilização*³⁷ das relações sociais. Trata-se, pois, da

³⁷ Categoria desenvolvida por Esping-Andersen (1991).

autonomia dos indivíduos em relação ao mercado, à dependência da venda de sua força de trabalho. Assim,

as política sociais, ao fornecerem bens e serviços independentemente da inserção do indivíduo no mercado, garantem essa autonomia e, nesse sentido, os estados de bem-estar seriam reguladores por excelência do mercado de trabalho. Por outro lado, quanto mais as relações sociais são desmercantilizadas, mais fortalecidas ficam os trabalhadores para reivindicar direitos [...] (LOBATO, 2016, p. 91).

Na mesma linha, Pereira (1996, p. 49) ressalta que

[...] o papel histórico dos chamados direitos sociais que, justamente por serem sociais, não estão interessados na garantia formal de prerrogativas particulares, como acontecem com os direitos individuais, mas na mudança efetiva da estrutura do poder instituído, tendo em vista a extrapolação da cidadania dos seus limites civis e políticos.

Desta maneira,

a institucionalização e prática dos direitos sociais têm contribuído para a desmercantilização do trabalho e das medidas de proteção social na economia política. Ou, mais especificamente, o grau de desmercantilização de serviços como escolas, hospitais, etc, observado nas sociedades industriais modernas, deve-se, em grande parte, à extensão dos direitos sociais via outros canais de distribuição de bens e serviços que não o mercado (idem, ibidem).

Os direitos sociais compreendem, portanto, nesta perspectiva, a possibilidade de acesso ao atendimento de necessidades sociais fora do mercado, pela mediação do Estado a partir de sua figuração enquanto Estado Social. Conforme Pereira (2012), no Estado de direito (liberal), o mercado constituiu-se o “lócus” para tal, sob a premissa dos direitos individuais. Já no Estado Social, se o trabalhador dispõe da proteção do Estado, isto é, a mediação no suprimento de suas necessidades sociais não é restrita ao mercado, então tal mediação consiste em direitos. Disso se erige a concepção de reprodução da força de trabalho compartilhada nesta perspectiva, a qual não remete a questão de direitos, mas a esfera do mercado.

A reprodução da força de trabalho é apreendida atrelada a configuração do Estado liberal e, por sua vez, ao mercado. Já no “Estado Social”, os direitos sociais compreendem a mediação central. Portanto,

Esta é, de fato, uma diferença marcante entre direitos individuais e sociais, cujo enfrentamento adequado, numa sociedade de classe, sempre esbarrará em interesses contrários poderosos. Mas é essa diferença que transforma os direitos sociais em uma arena de conflitos muito mais antagônica do que a dos direitos individuais. Afinal, *repartir rendas e defender ideais de igualdade e justiça sociais é muito mais*

ameaçador para a ordem burguesa do que, em nome das liberdades negativas, deixar os indivíduos livres de regulações protetoras para *lutarem sozinhos pela sua sobrevivência* (PEREIRA, 2012, p. 37).

Essa compreensão é assentada no pressuposto de que as conquistas de direitos pela classe trabalhadora, concebidas, portanto, enquanto “ganhos do trabalho”, impõem restrições aos ganhos do capital. O que significaria dizer que a expansão dos direitos após a crise de 1929 repercutiu negativamente aos interesses do capital.

Do exposto, cabe reiterar a requisição de uma qualificação acerca do que se é compreendido enquanto limites aos ganhos do capital. Se há uma vinculação estrutural dos direitos com o capitalismo, como ponderado anteriormente, quais seriam os limites impostos? Ou refere-se a uma imposição dirigida ao representante individual do capital ou à classe capitalista como um todo?

A despeito da compreensão de que os direitos são instituídos na teia capitalista, no entanto a contradição permitiria a criação de condições materiais de melhoria de vida da classe trabalhadora, os direitos sociais são concebidos em uma perspectiva unilateral de positividade apenas à classe trabalhadora, ou seja, na qualidade de conquistas dessa classe. Para o capital, se apresenta a face de imposição de limites em sua acumulação lucrativa. De acordo com a autora outrora mencionada,

Como todo processo social é prenhe de contradições, as conquistas da classe trabalhadora impuseram uma redução dos lucros no âmbito do capital e varias pequenas crises eclodiram entre a década de 1930 e o final da década de 1960 uma nova e aguda crise estrutural assolou o capitalismo. Para os neoliberais, os “responsáveis” por essa nova crise foram a ampliação dos direitos sociais, dos direitos relacionados ao trabalho, conquistados pela classe trabalhadora no período usualmente conhecido como ‘30 anos gloriosos’, ou ‘anos de ouro do capitalismo’ (BOSCHETTI, 2010, p. 69).

Assim, em análise do atual momento histórico, afirma Boschetti (2016, p. 128, grifos nossos),

[...] no capitalismo contemporâneo, a subtração de condições materiais que possibilitam à classe trabalhadora *deixar de vender sua força de trabalho e asseguram sua subsistência em determinadas situações* (como é o caso das aposentadorias, seguro-desemprego, seguro-saúde) também pode ser entendida como um processo de expropriação [...].

Portanto, “a essência da produção capitalista será sempre de buscar o crescimento da produção, sem se preocupar com os limites do mercado, as possibilidades de consumo e as necessidades dos trabalhadores” (BOSCHETTI, 2016, p. 114). E assim,

[...] no capitalismo contemporâneo, a subtração de condições materiais que possibilitam à classe trabalhadora deixar de vender sua força de trabalho e asseguram sua subsistência em determinadas situações (como é o caso das aposentadorias, seguro-desemprego, seguro-saúde), também pode ser entendida como um processo de expropriação (BOSCHETTI, 2016, p. 128).

Para esta analista, as investidas do capitalismo contemporâneo no campo do trabalho e das políticas sociais, cuja expressão é a subtração de direitos sociais, “alteram o sentido e o significado do Estado Social, impondo à classe trabalhadora um agressivo e ‘renovado’ processo de expropriação social” (BOSCHETTI, 2016, p. 121-122). O que revela “os nexos do fundo público e da política social com o circuito ampliado do valor em múltiplas dimensões, tendo em vista contrarrestar a queda da taxa de lucros e fazer rotar o capital” (BEHRING, 2012, p. 178). Todavia, “[...] sempre sendo disputados no solo da história, no contexto da luta de classes, ainda que numa correlação de forças desfavorável ao trabalho, como nos últimos decênios” (idem, *ibidem*).

Com esse entendimento, a política social é apreendida como processo social forjado no campo da luta política, resultante dos conflitos entre as classes e, em especial, das lutas dos trabalhadores pelos direitos sociais universais. Os direitos sociais são compreendidos, pois, como sinônimos de conquistas da classe trabalhadora *vis-à-vis* a dominação exigida pelo capital. Trabalho e capital constituem-se, portanto, forças antagônicas que incidem sobre a direção do Estado. E resultante da correlação de forças empreendida, este Estado transitara de uma configuração “restrita” – a qual é entendida como o “Comitê executivo” aludido por Marx - para o Estado “ampliado”, este, por sua vez, teria transcendido a condição de outrora.

É evidente que a atuação do Estado na incorporação de demandas da classe trabalhadora não se processa sem a pressão e organização política dessa classe, na condição social de classe dominada. No entanto, essa incorporação não é *per se* explicada pela pressão e organização dos trabalhadores³⁸. O que só é possível apreender na articulação entre *igualdade formal* e *desigualdade real*, ou seja, o que permite a atuação política da classe dominada no âmbito da sociabilidade burguesa é que permite desvelar a atuação do Estado enquanto natureza contraditória³⁹. Em outros termos, se os direitos sociais, enquanto resultante da força

³⁸ O que não significa rejeitar a perspectiva de atuação política da classe trabalhadora em termos de “conquistas” no âmbito do Estado, mas entendemos que é “conquista” - como conotação de “conflito” – a mediada que é expressão da determinação histórica do Estado. Trata-se, portanto, de compreender que a contradição não se desvela no atendimento às demandas apresentadas pela classe dominada.

³⁹ Para uma leitura aproximativa, conferir referência literária da nota 27. E outra interessante referência compreende Osório (2014), o qual também discorre sobre a relação entre uma “igualdade política” e o imaginário de um Estado de todos. Assim, argumenta: “o fato de a política aparecer como não econômica é uma dimensão fundamental para manter o imaginário de uma sociedade na qual a política – ou seja, a capacidade dos

política dos trabalhadores incidida sobre o Estado, e em oposição aos interesses do mercado, o são, mas cabe se buscar o fundamento dessa relação, da possibilidade de pressão sobre o Estado. Para tanto, a reprodução da força de trabalho se erige como mediação fundamental entre Estado e direitos. Não é, portanto, a reprodução da força de trabalho que está subordinada à perspectiva do “direito”, e sim o inverso.

Com isso, embora, a perspectiva situe a desigualdade social como resultante da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, os direitos sociais concebidos como mecanismos de socialização da riqueza, se apresentam em base política. Isto é, o Estado, como arena de interesses conflitantes, é interpelado por meio das lutas sociais.

A nosso ver, a contradição central no âmago desta perspectiva consiste: *os direitos sociais são apresentados totalmente autônomos em relação à estrutura econômica*. Desse modo, caberia qualificar o significado que empreende aos direitos sociais no processo de reprodução social capitalista.

É possível observar, na perspectiva analítica ora questão, que o movimento constituinte de uma reciprocidade dialética, sobretudo na relação com a esfera da reprodução, ou seja, da circulação, na dinâmica do capital, se afigura insólito. É a abstração de uma reciprocidade dialética constituinte da lógica de reprodução capitalista, conformadora da condição de “trabalho livre”, e na qual se erige uma superpopulação aos interesses da acumulação do capital, que situa o debate desenvolvido pelo grupo de analistas em interlocução acerca dos direitos sociais frente ao processo de exploração capitalista, esta mediada pela venda da força de trabalho.

Em sua maioria, as análises desenvolvidas se limitam à esfera da produção como locus da produção e extração privada da mais-valia, cujo direito ao trabalho sob a prerrogativa da mercantilização da força de trabalho, e ainda frente à impossibilidade estrutural do capital de integração da força de valor no circuito da produção, ou seja, na garantia do direito ao trabalho, a saída para tal é apresentada pelos autores na “esfera dos direitos”, sob o pressuposto da universalização dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, para os quais a via de acesso consiste a cidadania (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Nessa direção, ressalta uma das pesquisadoras aqui envolvida: “Em uma sociedade onde o trabalho é, na quase absoluta maioria das vezes, sinônimo de espoliação e expropriação, *não é a inserção no*

sujeitos decidirem sobre o sentido da vida em comum – é um assunto de todos, em condições de igualdade política. Este imaginário se romperia se as desigualdades sociais imperantes na economia se expressassem sem mediações como força diferenciada no plano político, de modo que a maior riqueza de alguns se manifestasse como maior poder político. Todas as fraturas que o capital realiza em seu movimento impedem que surjam essas pontes e que se estabeleçam essas equações” (p. 154).

‘mercado de trabalho’ que vai assegurar a desejável redistribuição da riqueza socialmente produzida” (BOSCHETTI, 2003, p. 275, grifos nossos).

Assim, a condição salarial – ou de trabalho assalariado - como expressão de integração da classe trabalhadora ao regime capitalista é apreendida nos limites dos interesses do capital à apropriação do trabalho excedente e, por conseguinte, da mais-valia, no campo da produção. Destarte, como ressaltado pela autora supracitada, como “sinônimo de espoliação e expropriação”, uma vez que nesta sociedade “[...] o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independente de seu contexto histórico” (BERING; BOSCHETTI, 2011, p. 50). Deste modo,

As relações capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia adicionada ao valor de trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. O sentido do trabalho, portanto, sofre profunda modificação com a instituição das relações capitalistas, pois assume o caráter de trabalho abstrato [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 50-51).

Trata-se, pois, de exploração da força de trabalho e em limitação ao acesso à riqueza produzida. Entretanto, a redistribuição da riqueza socialmente produzida, partindo do pressuposto da contradição central – a relação capital/trabalho, e como perspectiva assumida, não prescinde da extração de mais-valia, conseqüentemente, da exploração da força de trabalho, visto consistir em condição nuclear da riqueza social produzida.

Consiste, portanto, em dizer que a produção da mais-valia, em última instância, é a matéria da redistribuição assumida pelo Estado capitalista. Tampouco, a sujeição dialética do trabalhador ao capital se encontra unicamente subsumida à produção, mas se faz na totalidade da reprodução social capitalista.

Contudo, a saída é apontada na órbita da “esfera do direito”, uma vez que a concepção de “trabalho livre”, se afastando, portanto, dos “fios invisíveis” que o dirige à reprodução do capital são abstraídos na argumentação desta perspectiva. Portanto, é com essa perspectiva que as analistas aqui envolvidas estruturam sua linha argumentativa, enfatizando a problematização entre a *condição salarial e proteção social*, ou seja, a condição salarial como mecanismo de proteção social a partir da base de um Estado social (BOSCHETTI, 2006). De outro modo, persiste a referência ao trabalhado assalariado como mediação aos direitos sociais, o que remeteria, pois, a perspectiva de uma “cidadania regulada”. Nessa direção, a condição de sujeito de direitos não se apresenta em relação à condição de assalariamento, pois este é visto sob o ângulo não estrutural, mas uma condição de coação à integração ao mercado

de trabalho, à produção de valor para o capital. Por isso, a compreensão de que os direitos sociais fundamentada numa perspectiva de desmercadorização frente ao trabalho assalariado.

É com a perspectiva de não correspondência entre a desigualdade econômica e a igualdade política, onde a primeira se sustenta na lógica do mercado, e a última refere-se à esfera do Estado - “dos direitos” -, que esta perspectiva se apresenta sob o pano de fundo analítico numa inversão: a integração ao mercado não é vista na relação dialética as condições mais favoráveis à existência do trabalhador. Pelo contrário, a integração é vista como sinônimo de expropriação somente. E o Estado, por meio de políticas de proteção social, é requisitado a intervir, como meio de limitar (BOSCHETTI, 2006).

Já em análise ao contexto contemporâneo, e como expressão do movimento histórico de sua formação teórico-política, Boschetti (2016, p. 129) analisa que

A imensa disponibilização de trabalhadores expropriados de suas condições de subsistência não só agudiza a desigualdade de classe em todo mundo, como também favorece a exploração da força de trabalho pelo capital, que tem à sua disposição uma imensa massa de trabalhadores que têm no trabalho a única forma de sobrevivência (BOSCHETTI, 2016, p. 129).

Ainda assim, o exposto reforça a perspectiva de contraposição entre de direitos sociais e venda da força de trabalho. A subtração de direitos sociais é apreendida como um mecanismo para intensificação da disponibilização do trabalhador ao mercado. Assim, em análise ao processo de subtração de direitos sociais, Boschetti (2016) aponta

[...] que intensificam a disponibilização do trabalhador para o mercado e, ainda, criam novas formas de acumulação e extração de mais valor, a exemplo da mercantilização que se processa em campos anteriormente instituído como de prestação de serviços e bens público (BOSCHETTI, 2016, p. 130).

E exemplifica:

Uma das mais significativas é a supressão ou redução de direitos de aposentadorias e pensões, com vistas a eliminar um anteparo histórico à plena disponibilização de trabalhadores para o mercado, já que as aposentadorias permitiam ao trabalhador ‘cessar’ a venda de sua força de trabalho em determinadas circunstâncias (BOSCHETTI, 2016, p. 130).

Na mesma linha, já destacara Pereira (1996, p. 52) que “trabalho assalariado, sem assistência social, ou seja, sem a *proteção social do Estado como exigência da sociedade*, é sinônimo de acumulação primitiva ou de alienação que [...] não constitui a satisfação de uma necessidade vital, *mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades, inclusive às do capital*”.

Tais considerações remetem a uma compreensão distanciada entre a relação do Estado com a reprodução da força de trabalho como requisição à valorização do capital, não obstante o atual o entendimento exposto por Boschetti acerca de tal relação: “[...] a expropriação como processo de subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho, por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora” (p. 130). Ausente à apreensão de que o processo em questão é motivado pelas exigências presentes à expansão do capital, infere que o contexto presente “[...] obriga o trabalhador a oferecer sua força de trabalho a qualquer custo e em qualquer condição e, ainda obriga-o a se submeter às regras vexatórias para acessar a assistência” (BOSCHETTI, 2016, p. 132).

Dada essa compreensão, ao nosso entender, parece válido pontuar que a questão não é a venda da força de trabalho em si, uma vez que esta é condição ineludível das relações sociais vigentes, ou seja, esta condição é inerente às relações capitalistas, mas a condição dessa venda no momento histórico atual capitalista, à ausência de garantias de direitos de outrora “suportados” pelo capital.

Mas, ainda sob aquela compreensão, a autora ressalta que se faz necessário

[...] qualificar a bárbara subtração de direitos sociais por meio de sucessivas e avassaladoras contrarreformas nas políticas sociais, que obrigam a classe trabalhadora a oferecer sua força de trabalho no mercado a qualquer custo e a se submeter às mais perversas e precarizadas relações de trabalho, que exacerbam a extração da mais-valia relativa e absoluta (BOSCHETTI, 2016, p. 131).

Trata-se, portanto, da compreensão de que a referida subtração é para promover a subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, a submissão da força de trabalho ao mercado.

Nesse contexto, particularizando a função social da assistência social, esta autora afirma que

do ponto de vista teórico, assume a função de reprodução ampliada da superpopulação relativa em contexto de exasperação do pauperismo e da precarização do trabalho. Do ponto de vista político-social, mostra que, em contexto de crise do capital, a assistência social é capturada pelas mais insidiosas estratégias conservadoras, que a superdimensionam como campo de proteção social, quando sua expansão, na verdade, consolida os processos de focalização do Estado social na franja mais pauperizada e expropriada da classe trabalhadora. Essa expansão da assistência como principal estratégia de proteção social rebaixa a dimensão e o significado dos direitos e serviços públicos e favorece a transferência do fundo público ao capital. Em contexto de crise do capital, marcado pela bárbara destruição dos direitos do trabalho, essa expansão da assistência social não consolida a universalização do Estado social, como muitos querem nos fazer acreditar; antes, transmuta-o em espaço de submissão da classe trabalhadora às mais ignóbeis formas de exploração e condições de vida (BOSCHETTI, 2016, p. 18-19)

Entende, portanto, que “a expansão da assistência social, o que a desloca para o campo da reprodução da força de trabalho, matizando a histórica clivagem existente, mas reeditando a velha tensão sob novas configurações”, não se trata, pois, de *superar a paradoxal dialética de atração e rejeição entre trabalho e assistência social* (idem, p. 165). Uma vez que

sua expansão acelerada como principal, e, às vezes, única estratégia de ‘proteção’ aos trabalhadores sem trabalho encobre o *retrocesso do Estado social*, visto que se apresenta como uma ‘nova’ forma de proteção social, capaz de assegurar um ‘universalismo básico’ destinado a ‘proteger’ a população pauperizada. O discurso dominante louva essas iniciativas como ‘compromisso’ com os mais pobres e miseráveis, e cria a ilusão de que a proteção assistencial pode reduzir a superexploração do trabalho, ocultando o verdadeiro sentido do trabalho rebaixamento do Estado social para a acumulação e para a retração da emancipação política (BOSCHETTI, 2016, p. 176, grifos nossos).

Tal retrocesso não é demonstração explícita de que frente às requisições contemporâneas do capital o “Estado social” não compreende mais funcional ao processo de valorização do capitalista? Não significa, pois, a imposição de novas demandas à sua base política?

E em contraposição a função “atual” atribuída à assistência social, a autora aponta que

[...] é, e deve ser defendida, como uma política de seguridade social, que pode e deve compor um sistema de proteção social, mas não pode e não deve ser confundida com a proteção social em si, nem deve ser defendida como a política por excelência de enfrentamento à miséria e à pobreza, e muito menos deve trazer para si a responsabilidade de ‘promover a inserção no trabalho’ (idem, p. 20).

E acrescenta, também:

A Assistência Social pode ser espaço de mediação para o acesso aos bens e serviços públicos, com o objetivo de fortalecer as lutas políticas organizadas de resistência à barbárie capitalista e como espaço de mobilização para defender a emancipação política. Para tanto, é preciso reconhecer suas potencialidades reais, mas também seu aprisionamento e funcionalidade às perspectivas conservadoras e neoliberais (idem, p. 21).

Em suma, a perspectiva defendida acerca da assistência social, nesta perspectiva analítica, é que pode se constituir em “[...] um espaço de mediação para a luta pela igualdade de condições, e não favorecer o conformismo minimalista e o liberalismo da igualdade de oportunidade, que vem insidiosamente capturando a assistência social” (BOSCHETTI, 2016, p. 20). Para tanto, o horizonte compreende a conquista da emancipação humana, “[...] de uma

sociabilidade que não se pautem na mercantilização e na acumulação e onde os direitos e o trabalho não sejam subsumidos pelo capital” (idem, p. 178),

Por fim, reitera-se, aqui, que, não obstante os avanços analíticos assentados na incorporação da perspectiva da *totalidade* e da *luta de classes*, se apresenta como contradição central no interior do debate desta analítica a autonomização dos direitos sociais e, por conseguinte, da política social, em relação à estrutura econômica.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA SOCIAL E A DINÂMICA ENTRE O ESTADO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

A separação mecânica entre a economia e a política deve tornar impossível toda ação realmente eficaz que vise à totalidade da sociedade, que assenta numa interação ininterrupta desses dois momentos reciprocamente condicionantes. Além disso, o fatalismo econômico impede qualquer ação enérgica no plano econômico, enquanto o utopismo estatal aponta para a expectativa do milagre ou para uma aventureira política de ilusões⁴⁰.

É sob o fundamento teórico de que *Estado e Capital* – como representação das instâncias política e econômica, respectivamente – protagonizam uma *interação ininterrupta* constituída e constituinte da totalidade burguesa, que apresentamos outra linha argumentativa em nosso campo de análise – as produções teóricas do Serviço Social brasileiro –, na qual a política social é situada no âmbito do processo de valorização do capital em requisição à reprodução da força de trabalho a partir da emergência do capitalismo monopolista (NETTO, 2011).

Em contraste, o que nos parece, com as perspectivas analíticas expostas nos capítulos anteriores, para as quais a política social e, por conseguinte, sua especificidade como política de assistência social - resguardadas particularidades e diferenciações entre ambas - é situada fundamentalmente sob a ótica do político, apresentando aspectos mistificados que se assentam em um referencial analítico no qual a institucionalização de um “Estado Social”, por exemplo, é tomado como mediador de interesses em disputa, esta vertente requisita o processo analítico em questão sob a linha analítica da interdependência entre o político e o econômico. Dizer isso também não significa que a linha exposta anteriormente não tenha como pressuposto a unidade entre as esferas da produção e da circulação (consumo), por exemplo.

Todavia, em negação, a nosso ver, à separação entre o econômico e o político presente nos processos de análise, e, portanto, à restrição em nível político na apreensão da política social, neste momento outro grupo de autores do Serviço Social se constitui como referência na analítica sobre a articulação dialética entre as instâncias política e econômica no processo de reprodução social burguesa.

⁴⁰ LUCÁKCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista, 2003, p. 217.

Desse modo, a perspectiva em questão apreende a totalidade do capital compreendendo-a numa relação de interdependência entre a *produção, distribuição, intercâmbio e consumo* (Schons, 2008). Em outros termos, na vinculação dialética entre o econômico e o político; e, por conseguinte, para a apreensão da imbricação da atuação do Estado à totalidade do capital, sobretudo frente à condição imperativa do sistema do capital: a exploração da força de trabalho à produção da mais-valia pela mediação da apropriação do trabalho excedente.

A partir desse pressuposto, a política social é apreendida sob a ótica da articulação do econômico e do político. Assim sendo, ao tomar tal pressuposto, é entendido que a intervenção do Estado consoante às necessidades de valorização capital em contexto monopolista foi dirigida prioritariamente ao processo de reprodução da força de trabalho.

Nessa esteira, o Estado é apreendido, pela perspectiva presente, na clássica assertiva marxista: ele exprime os interesses da classe dominante da organização social burguesa, portanto, ele “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2008, p. 42). Contudo, no interior do Estado, os interesses da classe dominante não se apresentam evidenciados como particulares, mas, sim, assumem a aparência de interesses universais (NETTO, 2011). E, dessa maneira, o caráter de classe do Estado é ocultado. Capital e Estado constituem, pois, uma relação de complementariedade, subsumindo a força de trabalho aos anseios da acumulação capitalista.

Portanto, nos termos apontados, este capítulo centrar-se-á na relação dialética entre a esfera política e a econômica a apreensão da política social – e sua particularidade como assistência social - como mediação da *gestão estatal da força de trabalho*, se apresenta na interlocução com produções de Ana Elizabete Mota (2009, 2010, 2015, 2016), César Henrique Maranhão (2010), Edneia Maria Machado (2001); Fernando de Araújo Bizerra (2016), José Paulo Netto (2011, 2012), Marcelo Sitcovsky (2010, 2012), Maria Augusta Tavares (2012, 2016) Maria Thereza de Menezes (1998), Milena Santos (2016), Selma Maria Schons (2008), Vicente de Paula Faleiros (2009) ⁴¹.

⁴¹ Faz-se importante esclarecer que o resgate de Faleiros neste debate, especificamente por meio de sua obra *A política social do Estado Capitalista*, cuja primeira edição é datada nos anos de 1980, compreende, não obstante a direção histórica presente das produções teóricas do autor, o reconhecimento do pioneirismo que representa ao estudo sobre a relação Estado/mercado/sociedade no processo de análise das políticas sociais. Tal obra se situa, pois, na articulação do econômico e do político na perspectiva histórico-estrutural.

2.1 Acumulação e Reprodução de Força de Trabalho nas Políticas Sociais

A linha argumentativa desta perspectiva tem situado a política social na relação dialética entre a esfera política e a econômica, como pressuposto à apreensão do processo de reprodução social do capital. Em outros termos, trata-se de desvendar a relação de complementaridade entre o Estado e o Capital, uma vez que “[...] a economia e a política se desenvolvem de forma articulada, pois estão integradas, ambas dependem uma da outra enquanto totalidade para o funcionamento e a reprodução da sociedade” (SANTOS, 2016, p. 33).

Nessa direção, o que se quer destacar é a especificidade do Estado enquanto instrumento de reprodução das sociedades de classes na sua configuração de Estado Moderno⁴² – o Estado sob a égide do capital, como classe economicamente dominante. É neste último aspecto – subordinação à *classe economicamente dominante* - que se revela a compreensão, nesta perspectiva, acerca da contradição e o caráter de classe dessa entidade (Estado), o que remete, portanto, na esteira da tradição marxista, à afirmativa de Engels (2012):

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2002, p. 193).

Com esse sentido, constata Bizerra (2016, p. 53) particularizando a configuração moderna do estado, “o Estado Moderno, em sua forma particularmente determinada, surge da necessidade de uma dimensão coesiva compatível com a nova reprodução econômica marcada pelos seus microcosmos produtivos centrífugos”. Consiste, portanto, numa consideração fundamental de que a origem desse Estado – o Moderno - está intrinsecamente associada à propriedade privada moderna, “[...] surge *simultânea e inseparavelmente* como complemento adequado às exigências desse sistema” (idem, ibidem, grifos originais).

Implica, desse modo, afirmar que a política (Estado) se constitui em pré-requisito inseparável a dominação burguesa sobre os trabalhadores, com vistas à exploração da força de

⁴² Convém informar que para este momento, nos limites da análise, concentrar-se-á na especificidade do Estado Moderno como base política do desenvolvimento do capitalismo. Para uma abordagem histórica contemplativa dos aspectos gerais do Estado como instrumento das sociedades de classes e em relação ao processo de transição do modo de produção feudal ao capitalismo, que consideramos fundamental, destacamos, além de Marx (O capital - cap. XXIV, 2012), às obras: Engels (2002); Huberman (1986); Wood (2001), respectivamente.

trabalho – a *exploração do homem sobre o homem* sob a diretiva capitalista – e, por consequência, à apropriação do trabalho excedente. Para tanto, o Estado deve se configurar como base legal do capital, sem a qual sua reprodução é estruturalmente comprometida. Isso é mediação central relevada à apreensão da política social no processo de valorização do capital uma vez que constitui como gestão estatal da força de trabalho, sob a particularidade de sua reprodução. Essa gestão se constitui em controlar tal força, e isto, por sua vez, implica, segundo Machado (2001), controlar, essencialmente, o preço da força de trabalho. Essa autora destaca:

A força de trabalho é constituída por todas aquelas pessoas que têm na venda de sua força de trabalho sua única possibilidade de sobrevivência. Portanto, quando nos referimos ao preço da força de trabalho não estamos nos referindo, apenas, aos trabalhadores formalmente empregados, mas, também, aqueles ‘em disponibilidade’ para o capital (MACHADO, 2001, p. 71).

Tal compreensão se assenta, portanto, conforme já desvelara Marx (2012), no fato de que vender a si próprio na condição de força de trabalho ao capitalista – este como proprietário dos meios de produção – significa para o trabalhador a única possibilidade para sua subsistência, uma vez dada à separação histórica entre os meios de produção e sua condição de produtor direto⁴³. A venda de sua capacidade de trabalho, que assume forma de mercadoria numa relação mercantil entre proprietários distintos no modo de produção capitalista – um é proprietário da mercadoria *força de trabalho*, e outro o é do *capital* – compreende, pois, uma condição histórica e social na qual se encontra subsumido.

Contudo, essa subsunção é, contraditoriamente, mediada pela própria vontade⁴⁴ do proprietário da força de trabalho – o trabalhador -, uma vez abstraído do processo a condição

⁴³ Para apreensão do processo histórico de decomposição da unidade entre os produtores diretos e os meios de produção (instrumentos de trabalho), como condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo, consultar: o Capítulo XXIV d'O Capital – *A Assim chamada acumulação primitiva* (MARX, Tomo I, vol. II, 2012). Outra indicação interessante na discussão compreende a obra *História da Riqueza do Homem*, de Léo Huberman (1985).

⁴⁴ Esse aspecto “voluntário” da venda da força de trabalho por seu possuidor não significa a ausência de um tipo de coerção para a concretização do uso da força de trabalho pelo capitalista, mas a coerção da classe dos capitalistas no processo de controle de força de trabalho encontra um limite que a ordem social estabelecida não o pode transpor, sem prejuízo da condição de “liberdade/igualdade” no processo de venda-compra da força de trabalho. Significa, portanto, dizer que ao controle da força de trabalho, o capitalista individual não pode recorrer à violência material sobre o trabalhador. Tal limite impõe a necessidade de uma disjunção entre a dominação política e a econômica na dinâmica da totalidade capitalista. A separação compreende, pois, uma necessidade interna às relações capitalistas de exploração (PIVA, 2012). Para este autor, o limite se expressa como um momento interno e necessária da exploração, supondo a necessidade de separação do econômico e do político, pois “[...] el capitalista individual no puede ejercer violencia material sobre el obrero sin suprimir con ello el carácter libre del vendedor de la fuerza de trabajo y la naturaliza voluntaria de lacto de su compra- venta” (“[...] o capitalista individual não pode exercer violência material sobre o trabalhador sem suprimir com isso o caráter livre do vendedor da força de trabalho e a natureza voluntária do ato de compra - venda”- PIVA, 2012, p. 32 - tradução própria).

real que o obriga a dispor da própria força de trabalho ao capitalista, qual seja, a liberação histórica dos meios de produção, constituinte da coerção econômica na qual está subsumido. No entanto, a liberação dos meios de produção por si só não garante o controle da sua força de trabalho pelo capitalista, ou seja, não assegura a transmutação do trabalho para *trabalho assalariado* e, do mesmo modo, dos meios de produção em capital (MARX, 2012) ⁴⁵.

Eis, portanto, que o processo de abstração da capacidade de trabalho (*trabalho abstrato*) encontra um limite no seio das relações de produção capitalista, qual seja: a força de trabalho, enquanto mercadoria que o capitalista compra ao trabalhador, não pode completamente ser separada de seu possuidor (PIVA, 2012).

Se a *coerção econômica*, decorrente da expropriação dos meios de produção nos primórdios do capitalismo, não é suficiente para assegurar o controle que é substancial no processo de exploração da força de trabalho, se faz necessário à requisição de uma *coerção extra econômica*. Este é, pois, o fundamento do Estado em sua figuração moderna. Sua ação moderna se institui frente à necessidade de um processo de separação da esfera econômica e de sua base política, como sustentação para a determinação da exploração capitalista ⁴⁶. Significa, portanto, que as formas de exploração capitalista só podem tornar-se dominantes sob a mediação daquela separação; a partir disso, o Estado em sua forma moderna em institucionalização da dominação da classe economicamente dominante – a burguesa.

Isto se configura numa condição inédita na história das sociedades de classes. Trata-se, portanto, de uma relação aparente de liberdade e igualdade, e nela se revela a constituição de uma *igualdade formal*. O que Marx (2012) caracterizou enquanto fundante do “processo de civilização”.

Com essa perspectiva, cabe a seguinte afirmação: a dominação política burguesa, pela representação do Estado, se impõe a partir de uma necessária relação de “igualdade” entre os sujeitos – a *igualdade formal*. Necessária porque é responsável pela manutenção da desigualdade econômica na base da produção material ⁴⁷. Requer, portanto, destacar que na esfera política se processa a coerção material necessária para manter a força de trabalho sob o controle da exploração capitalista, transmutada em um poder social de caráter impessoal e objetivo, e na qual todos os homens se apresentam como sujeitos iguais.

⁴⁵ Para uma síntese crítica desse processo, apontamos a discussão de Piva (2012).

⁴⁶ “Nas relações feudais de produção o domínio ou o senhorio constituíam unidades de reprodução social [...]. No capitalismo a empresa não é a unidade de reprodução social, já que a produção desenvolvida de maneira privada é socialmente mediada pelo processo de circulação, de modo tal que a reprodução do capitalismo global constitui a unidade de ambos os momentos” (PIVA, 2012, p. 32 – tradução própria).

⁴⁷ Para uma apreensão crítica desta discussão, além das indicações literárias sinalizadas em notas dos capítulos anteriores (ver. notas: 18, 27 e 35), sugerimos Lessa e Tonet (2012).

Com efeito, para Santos (2016, p. 65), “[...] o Estado protege legalmente a relação de forças estabelecidas na produção material da sociedade, impondo a ilusão de um relacionamento entre iguais”. Sendo assim, conforme Netto (2011, p. 32), “aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele”. O caráter de classe do Estado é, assim, ocultado. Capital e Estado constituem, pois, uma relação de correspondência, subsumindo a força de trabalho aos anseios da acumulação capitalista.

Ao Estado cabe, portanto, garantir a base legal do capital à apropriação do trabalho por este último, negando e, contraditoriamente, afirmando os interesses da classe dominante. Portanto,

O Estado como base jurídico-legal mantém e dá suporte para o despotismo na fábrica. Legaliza a exploração capitalista e garante a propriedade privada, além de proteger também as personificações do capital e seus interesses. Portanto, o capitalismo não é um sistema que funciona sem esse aparato permanente de ajustes, que mantenha sobre controle sua contradição, a concorrência permanente, e os antagonismos de classes (SANTOS, 2016, p. 65).

Da exposição da autora, cabe um destaque importante: essa condição de base jurídico-legal é comumente apreendida tão somente sob o ângulo de possibilidade ao trabalho, ou seja, como um mecanismo de proteção frente à exploração, por exemplo. Entretanto, como infere a autora, a direção é o inverso – é para a legalização da exploração capitalista e a preservação da propriedade privada que se erige tal base. Para a autora, o Estado consiste na base política que salvaguarda a reprodução material da sociedade burguesa (SANTOS, 2016).

No mesmo sentido, já exemplificava Marx (2012) que a regulamentação da jornada de trabalho do século XIX, para além da importância da mobilização operária, das lutas travadas em torno de tal pleito – “resultado de uma luta multissecular” – uma vez este autor também ressalta que

[...] sem a constante pressão exterior dos operários, essa intervenção nunca se efetivaria. Em todo caso, esse resultado não seria alcançado por acordos particulares entre os operários e os capitalistas. É a necessidade de uma *ação política geral* que demonstra claramente que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte (MARX, 2010c, p. 137, grifos originais).

Sendo assim, a *regulamentação da jornada de trabalho* também se constituiu funcional à classe capitalista, segundo análise desse autor, uma vez que representou também a preservação de sua fonte de riqueza - a *força de trabalho* -, que se encontrava ameaçada pela carga de trabalho extenuante. Tal ameaça se erigia, portanto, ao capital, visto que este não subsiste sem a força de trabalho. E, ainda, naquele contexto histórico, incidia sobre o capital

os “custos de desgaste na reprodução da força de trabalho” (MARX, 2012, p. 307). Ademais, para Marx (idem, p. 336), a partir daquela regulamentação se firmava uma “igualdade na exploração da força de trabalho entre todos os capitalistas”.

Como fora assinalado na introdução deste capítulo, o tratamento analítico dispensado pelos teóricos compreende a relação de reciprocidade dialética entre a economia e a política. Sendo assim, é essa fundamentação teórica que a perspectiva ora em debate se assenta:

O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas, individualmente tomados. Ele realiza os ‘interesses gerais do capital’, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromisso entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais (FALEIROS, 2009, p. 64-65).

Nessa esteira, afirma Netto (2011) que com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, a dinâmica de reprodução da economia (capital), exigiu uma mudança funcional e estrutural da intervenção do Estado – *suas funções políticas imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas*. Assim, se

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011, p. 26, grifos originais).

Com isso, ainda, segundo análise desse autor e em parceria com Braz (2012, p. 217),

[...] O que ocorre é que a intervenção estatal *desonera* o capital de boa parte dos ônus da preservação da força de trabalho, financiados agora pelos tributos recolhidos da massa da população – financiamento que assegura a prestação de uma série de serviços públicos (educação, transporte, saúde, habitações etc).

E, também, acrescentam:

Todas essas funções estatais estão a serviço dos monopólios, porém, elas conferem ao Estado comandado pelo monopólio um alto grau de legitimação. E isso porque, num marco democrático, para servir ao monopólio, o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção – deve desenvolver mecanismo de coesão social (idem, ibidem).

Significa, portanto, dizer que “o Estado a serviço dos monopólios viu-se obrigado a tomar, ainda que debilmente, medidas de caráter social protetor” (idem, p. 218). Nessa direção, ressalta Bizerra (2016, p. 57), “[...] a forma assumida pelo Estado se altera a depender da conjuntura histórica vivenciada pelo capital, mas sua natureza e função, não”. O que se constata no seu reconhecimento sobre os direitos sociais e, por conseguinte, das políticas sociais, no século XX. Assim,

O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos *direitos sociais* – que, juntamente com os *direitos civis* e *políticos*, constituem a ‘cidadania moderna’ [...]. A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de *políticas sociais* e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Nesses modelos, a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização da produção taylorista-fordista alcançou o seu apogeu: durante os ‘anos dourados’, o capitalismo monopolista vinculou o grande dinamismo econômico [...] com a garantia de expressivos direitos sociais (ainda que somente para os trabalhadores de alguns países imperialistas) – e o fez no marco de sociedades nas quais tinham vigência instituições políticas democráticas, respaldadas por ativa ação sindical e pela presença de partidos políticos de massas (NETTO; BRAZ, 2012, p. 218-219, grifos originais).

Acerca do respaldo referido pelos autores, vale destacar que é creditado por ambos a própria organização taylorista-fordista, uma vez que “[...] concentrando grandes contingentes de trabalhadores nas unidades produtivas, contribuiu para o associativismo dos trabalhadores” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 219).

O que cabe, portanto, observar, é a perspectiva em advertência a necessidade de não se incorrer em mistificações acerca dos direitos sociais frente ao processo de expansão e acumulação capitalista. Tal advertência tem por respaldo a análise acerca do contexto monopolista do capital e sua repercussão sobre o Estado, sobretudo, frente à particularidade da reprodução da força de trabalho, como vetor extra econômico inerente à reprodução capitalista. Tal requisição é decorrente da peculiaridade monopólica, e, assim, explica Netto (2011, p. 23-24):

As organizações monopolistas não promovem a evicção da anarquia da produção que é congenial ao ordenamento capitalista; a ‘livre concorrência’ é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial – no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas – o capitalismo monopolista conduz o ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. E no âmbito emoldurado pelo

monopólio, a dialética das forças produtivas/relações de produção é tensionada adicionalmente pelos condicionantes específicos que a organização monopólica impõe especialmente ao desenvolvimento e à inovação tecnológicos. O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista – a maximização dos lucros pelo controle dos mercados – é imanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos *inerentes* à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, *ela demanda mecanismo de intervenção extra econômico*. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra econômico, o Estado (grifos originais)

É, pois, com esse pressuposto que a analítica apresenta em relevo a relação de interdependência entre a acumulação do capital e o processo de reprodução da força de trabalho empreendido pelo Estado pela mediação de políticas sociais. Em expressão da necessidade

de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade de monopólios é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 2011, p. 25).

Assim, reitera o autor:

Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalista coletivo, atuara como o cioso guardião das *condições externas da produção capitalista*. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* (NETTO, 2011, p. 24-25)⁴⁸.

Mas, antes que se entenda que a fronteira ultrapassada pelo Estado confere uma descaracterização da perspectiva marxista o atribuída – vale relembrar: “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2008, p. 42) – o autor evidencia que

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o *seu* Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão

⁴⁸ Para uma síntese de tais funções, conferir a obra referenciada.

ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: *o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o 'comitê executivo' da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização* (NETTO, 2011, p. 26, grifos nossos).

Depreende-se, portanto, que, em contexto monopolista, o Estado, na condição imanente de “Comitê executivo”, também assume a preservação física da força de trabalho como *função estatal de primeira ordem* (NETTO, 2011).

Na mesma linha argumentativa, destaca Faleiros (2009, p. 81) que, no capitalismo de monopólios, “a manutenção da economia capitalista, em seu conjunto, implica cada vez mais a intervenção do Estado, seja para manter a acumulação de capital, seja para manter a ordem social [...]”. Deste modo, destaca, ainda, Netto (2011, p. 27):

Não se trata, aqui, simplesmente, da “socialização dos custos” [...] – obviamente que este é o fenômeno geral, através do qual o Estado transfere recursos sociais e públicos aos monopólios. O processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições de fundo do ordenamento capitalista da economia, quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio.

E assim, outras duas analistas destacam:

Com a emergência do capital monopolista, o Estado, por meio, do fundo público, passa a incidir direta ou indiretamente na gestão da reprodução da força de trabalho, seja via legislação trabalhista, seja via políticas de proteção social ou oferta de bens e serviços públicos. Pode-se argumentar que a intervenção social do Estado é um mecanismo fundamental à reprodução do trabalhador e da sua família, *ainda que não signifique uma ‘desmercantilização’ do trabalho* (MOTA; TAVARES, 2016, p. 238, grifos nossos).

O destaque referido à questão – ou a não questão - da “*desmercantilização* do trabalho”, ao nosso entender, se faz fundamental, pois denota a apreensão de uma articulação entre a esfera da produção e reprodução social. Em outros termos, entre a reprodução da força de trabalho e a oferta de bens e serviços públicos, estes últimos em culminância a materialização de direitos sociais e, por conseguinte, das políticas sociais. Tal articulação tem por fundamentação a condição social do trabalhador, este não constitui requisição indispensável apenas na esfera da produção, mas também o é no processo de reprodução do

capital. O que equivale, portanto, dizer que o trabalhador assume a condição de “produtor” e também “consumidor” no processo de reprodução do capital. E isto, por outro lado, resvala em uma contradição erguida no próprio processo de reprodução: a dependência em relação ao trabalhador não se restringe à esfera da produção, mas também na esfera da circulação, como partes constituintes de uma mesma dinâmica – a da reprodução social do capital (MARX, 2012).

Dizer isso significa que a participação do trabalhador na esfera da circulação (consumo), a qual é possibilitada pelo salário que terceiros o pagam pelo usufruto de sua força de trabalho, ou seja, como mecanismos de troca de produtos para sua subsistência, consiste em outra dimensão do processo de acumulação capitalista. O que leva a afirmar que a criação de uma superpopulação, por exemplo, também produz uma contraface à realização do valor para o capital, e, portanto, não pode se eximir totalmente do impacto advindo da presença de uma superpopulação. A criação de uma reserva de força de trabalho para seus interesses também traz implicações as quais não pode se eximir. Este pode se permitir sua expulsão da esfera da produção, mas não o pode na esfera da circulação, sob a pena de uma crise de superprodução⁴⁹. Em outros termos, a expulsão do mercado de trabalho é uma face do processo de acumulação, e que também lhe impõe riscos à legitimação de sua dominação, e para o atendimento de uma possível necessidade de nova incorporação de força de trabalho no circuito do valor.

Em face dessa necessidade, Faleiros (2009, p. 74) complementa que “a população excedente é produzida pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas”. Assim,

Os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho constituem um exército industrial de reserva, que é necessário manter, guardar, mas dentro de suas condições fundamentais: 1) com um benefício inferior ao dos trabalhadores incluídos no mercado de trabalho; 2) em condições mínimas que os capacitem para uma substituição. Com o desenvolvimento tecnológico e a reestruturação empresarial, há um tremendo e cruel corte de postos de trabalho, fabricando-se uma grande massa de desempregados e de socialmente excluídos, para os quais não há emprego formal disponível e que passam a sobreviver de trabalhos precários, de trabalhos inadequados (*bad Jobs*), de programas solidários, de programas de atividades sociais (inserção), de mendicância ou do crime organizado e da violência interpessoal.

⁴⁹ Resulta de uma desestabilização entre o processo de produção e reprodução do capital, pois a circulação (consumo) não atende a dinâmica da produção. Em termos simples, o valor criado na esfera da produção (mercadorias) não encontra o consumo necessário e, por consequência, o processo de valorização do capital é obstado, dada a indissociabilidade entre a produção e a circulação na lógica de reprodução do capital.

É para esta população excedente que, segundo esse autor, se observa a validade da assistência social na sociedade capitalista, ou seja, destina à manutenção do “viveiro de trabalhadores”⁵⁰ (FALEIROS, 2009, p. 74). Em suas palavras:

Essa reprodução se realiza pela assistência social, que mantém esse ‘viveiro de trabalhadores’. A superpopulação relativa, mais atraída que repelida pelo mercado de trabalho, constitui a população flutuante, sendo que a estagnada vive de ocupações irregulares e é mais repelida que atraída pelo mercado de trabalho. O inferno do pauperismo é constituído por aqueles trabalhadores totalmente *desmonetizados* (órfãos, miseráveis, velhos abandonados, mendigos) (idem, ibidem, grifos originais).

Portanto, para este autor, a função da assistência social se revela pela necessidade do sistema capitalista em monetizar da força de trabalho excluída do mercado de trabalho, e isso “[...] não por uma questão de subconsumo [...], mas para resolver uma crise de superprodução combinada ou não com crises de perturbação da ordem social” (idem, p. 74).

E destaca: “Essa monetização da força de trabalho pela assistência, vinculada a um discurso de valorização do homem, não representa senão uma pseudovalidação social da existência da reserva”, visto que “é necessário que, mesmo estigmatizado pela recepção da ajuda, o indivíduo se sinta validado socialmente por uma política que não o valoriza” (idem, ibidem).

A validação da força de trabalho pela mediação da política social requer, pois, a compreensão de que

o capitalista não produz para o consumo, mas para o intercâmbio, e para que as mercadorias adquiram valor é necessário que a força de trabalho incorpore valor ao capital no processo de produção. Ora a reprodução da força de trabalho deve ser feita com um valor inferior ao produto, utilizando-se o valor de uso dessa mesma força (FALEIROS, 2009, p. 71).

Com essa direção, segundo Netto (2011), a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista são requisição à legitimação de todo esse processo. E, para tanto, também, acrescenta que o Estado

[...] para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de

⁵⁰ O autor informa que tal expressão foi apresentada por Paul Singer para referir-se à “economia camponesa” (em nota de rodapé n. 20 de sua obra, aqui referenciada).

direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho (idem, ibidem).

Contudo, ressalta-se que a necessidade insuprimível – vale dizer, no que diz respeito aos interesses da dinâmica monopolista - de incorporação de sujeitos sócio-políticos não significa um contrassenso na lógica do Estado frente à organização monopólica. Isto é senão um aparente paradoxo (Netto, 2011). Para o autor em questão, trata-se de um caráter de coesão social – nos seus termos, o Estado ao absorver as demandas do processo reivindicativo dos trabalhadores, a partir de então, revela, antes, “um cariz de *coesionador da sociedade* que, não casualmente, desempenhou funções diversionistas e ilusionistas sobre inúmeros protagonistas políticos desvinculados dos interesses monopolistas” (NETTO, 2011, p. 27).

Ainda na esteira deste autor, aponta-se que há uma correspondência dialética entre o Estado, a partir da articulação entre suas funções econômicas e as políticas, e o processo de democratização. Ou seja, significa destacar que a incorporação das demandas sociais se constitui, também, necessária ao processo de legitimação política e, por conseguinte, à dinâmica de acumulação do capitalismo monopolista. Assim sendo, a democracia possui uma funcionalidade econômica à totalidade social capitalista, ou seja, democracia e mercado não são antagônicos. Não obstante, isso não significa que exista no capitalismo uma tendência de preservação da democracia, pelo contrário, uma vez que “tendencialmente, a idade dos monopólios trava o desenvolvimento da democracia”, assevera Netto (2011, p. 28). Desse modo, a democracia se processa em base contraditória, portanto:

Assinalar [...] a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de democratização da vida sócio-política não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios – e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política. Ao contrário, equivale indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica. Por outro lado, e nunca em último lugar, esta indicação desobstrui a via para a compreensão do rebatimento, no sistema estatal, das efetivas contradições que se desenvolvem na ordem social: a partir do momento em que procura legitimar-se mediante os instrumentos da democracia política, uma dinâmica contraditória emerge no interior do sistema estatal. A lógica dominante do monopólio não exclui o tensionamento e a colisão nas instituições a seu serviço, exceto quando o grau de esgarçamento deles derivado põe em risco a sua reprodução.

Assim como,

[...] apontar que demandas econômico-sociais e políticas imediatas de largas categorias de trabalhadores e da população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja a sua inclinação

‘natural’, nem que ocorra ‘normalmente’ – o objetivo dos superlucros é a pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem; *entretanto, respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros* (idem, p. 28-29, grifos nossos).

Sob essa perspectiva, se faz oportuno observar também que

o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimidade política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopolística, mas pelos conflitos que faz dimanar em toda a escala societária (NETTO, 2011, p. 29).

É nesse contexto que a “questão social” se apresenta como objeto de intervenção estatal⁵¹, conforme analítica deste autor, diferentemente do estágio concorrencial do capital, uma vez que aquela – “questão social” – “[...] por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições externas à produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 29).

No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação político do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a ‘questão social’ como que se *internaliza* na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção ‘socializada’; mas é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace [...] das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 2011, p. 30).

Assim, para o autor, o Estado ao ocultar sua natureza de classe é, na verdade, a expressão inequívoca de sua reciprocidade dialética com as demandas de reprodução da sociabilidade burguesa. Para tanto, no capitalismo monopolista,

⁵¹ Para o autor supracitado, “é somente nestas condições que as sequelas da ‘questão social’ tornam-se – mais exatamente: podem torna-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopolística (concretização variável do jogo das forças políticas) que a ‘questão social’ se põe como alvo de *políticas sociais*” (NETTO, 2011, p. 29).

É a política social do Estado burguês [...] (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar em política social *pública* na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégia sobre as sequelas da ‘questão social’, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2011, p. 30).

Com essa perspectiva, Netto (2011, p. 31) é categórico acerca da funcionalidade da política social:

No que tange às requisições do monopólio, a funcionalidade da política social é inequívoca. Ademais das intervenções do Estado na economia – diretas e/ou indiretas [...], e que só forçadamente podem ser caracterizadas como políticas sociais -, *a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social.* Os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por seu turno, não atendem apenas a estas exigências: são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo, para oferecer ao Estado massas de recursos que doutra forma estariam pulverizados (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida “útil” dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas [...]. As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho ‘profissionalizante’) e os programas de qualificação técnica-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade [...]. As políticas setoriais que implicam investimentos em grande escala (reformas urbanas, habitação, obras viárias, saneamento básico etc.) abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supercapitalização (grifos nossos).

As políticas sociais são, portanto, mecanismos que se dirigem a “assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista” (NETTO, 2011, p. 31) E, ademais,

[...] no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes. Esta resultante não se reduz apenas pelo real atendimento (por vezes, antecipado) de demandas de segmentos das classes subalternas. Nela confluem vetores diferenciados. A hipertrofia institucional das agências estatais aparece como uma necessidade da complexidade da gestão ‘social’, ‘arbitral’ – o que, por outro lado, credita lastro de utilidade ao parasitismo que sinalizam. *O fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressão vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele* (grifos nossos).

E ainda, conforme as palavras de outro analista,

O fato de se apresentar como *social* uma medida de política governamental, faz com que pareça boa à população. Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de

prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital (FALEIROS, 2009, p. 62).

Para o autor citado, nessa direção, as políticas sociais

[...] não são instrumentos de realização de uma bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária. Trata-se, nos dois casos, de uma concepção instrumentalista e mecanicista que não tem em conta *a realidade da exploração capitalista e da correlação de forças sociais*. (idem, p. 60, grifos nosso).

Faleiros (2009) ressalta, portanto, a vinculação da política social à estrutura capitalista de produção, apreendendo esta última como fundamento material do processo de correlação de forças. Igualmente, significa dizer que a contradição conformadora da política social não se assenta numa dualidade – ou, nos termos do autor da assertiva abaixo, não decorre de uma *tensão bipolar*, aquela somente pode ser apreendida na esteira das relações de produção e reprodução capitalista. Deste modo,

a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista [...] não equivale a verificá-la como uma ‘decorrência natural’ do Estado burguês capturado pelo monopólio. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade – sua concretização [...] é variável nomeadamente das lutas de classes. Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (que, com a autonomização da atividade política, levam alguns de seus atores profissionais a uma relação muito mediatizada com as classes sociais) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os seus protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias (NETTO, 2011, p. 33).

Do exposto, pode-se inferir que ao situar a política social na relação de interdependência entre Estado e capital é recuperar a dimensão da produção do valor econômico nesta sociedade como fundamento do antagonismo entre classes, e somente nele se apresenta possível apreender as reais determinações da função social da política social.

Desta maneira, particulariza Mota (2010, p. 17) em relação às políticas de seguridade social, dada a compreensão que se se constituem em mecanismos de proteção social dos trabalhadores e conquistadas no seio da luta de classes:

[...] as políticas de seguridade social passam a ser um elo entre a produção e a reprodução, principalmente por serem consideradas um instrumento de cobertura de riscos e vulnerabilidades do trabalho. *Mas, é pela via da cidadania que elas ganham destaque, adquirindo, no plano jurídico-político, a aparência de uma esfera autônoma em relação à produção.* Por isso mesmo se constituem num mecanismo ideológico por excelência (grifos nossos).

Como destaca a autora, é na aparência de uma relação autonomizada em relação à esfera da produção que as políticas sociais têm sido analisadas, e, por conseguinte, a nosso ver, incorrendo numa ilusão ideológica. Em contraposição,

As políticas sociais devem ser vistas de forma contraditória, pois realizam não só uma valorização do capital, mas interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho, como *mercadoria especial, produtora de mais-valia* e como sujeito de direitos no pacto da cidadania democrática (FALEIROS, 2009, p. 70, grifos nossos).

Este autor nos apresenta, pois, a fundamentação teórica básica na qual funda sua análise acerca da política social: a de que a força de trabalho consiste numa mercadoria – uma *mercadoria especial, produtora de mais-valia*. Portanto, é a partir desse fundamento que é possível desvendar a função social das políticas sociais no âmago da sociabilidade capitalista; portanto, segundo o autor, “as medidas de política social só pode ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas”, assim, ressalta o autor: “[...] é necessário compreender dinamicamente a relação entre o Estado e o processo de acumulação de capital [...]” (FALEIROS, 2009, p. 60).

Ainda na concepção deste autor, a política social se constitui em uma “[...] gestão estatal da força de trabalho, *articulando* as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as *formas* de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social” (FALEIROS, 2009, p. 64). Para esse autor, “as políticas sociais articulam essas distintas formas de manutenção da capacidade de trabalho e reprodução da força de trabalho de forma contraditória e dialética” (idem, p. 76). Consiste, pois, uma relação dialética de valorização e validação da força de trabalho, uma vez que “a valorização dessa força de trabalho tem seu limite, mas ‘a disponibilidade de força de trabalho é o principal limite à expansão do capital’” (FALEIROS, 2009, p. 71).

Se o pressuposto que se exprime nesta analítica é de que “sob o capitalismo, não existe somente a produção da força de trabalho, mas também sua reprodução” (FALEIROS, 2009), e nessa direção, “o mercado de trabalho é administrado politicamente, forçando-se a diminuição do custo da força de trabalho, as desigualdades são reproduzidas, as formas de exploração articulada” (idem, p. 81-82), Schons (2008) aponta para uma leitura ampla sobre o capital, uma vez que “[...] ele necessita ser visto num processo de totalidade entre a produção, distribuição, intercâmbio e consumo” (SCHONS, 2008, p. 70).

Na mesma linha, Santos (2016) argumenta que “[...] a base da reprodução material da sociedade é o que explica todas as outras esferas necessárias para a reprodução social” (idem, p. 23).

Deste modo, se faz importante observar que, embora o Estado tenha conferido medidas de intervenção sobre as necessidades reais dos trabalhadores – como é exemplo histórico a configuração do “Estado de Bem-estar Social”, a partir da emergência do contexto monopolista – jamais se distanciou de sua função essencial, qual seja, garantidor das condições exigidas à reprodução do capital, pois esta é a razão de sua existência nesta sociabilidade. Implica, portanto, dizer que é na mediação da exploração do trabalho excedente que se erguem as políticas sociais como intervenções do Estado. O que, em sentido inverso, pode ser verificado na conjuntura presente, caracterizada pela desvalorização severa da força de trabalho. Este será, portanto, a problemática da seção a seguir.

2.2 A reprodução da força de trabalho e a assistência social: entre o direito ao trabalho e a desvalorização “absoluta”

Sob o pressuposto de que a intervenção do Estado se articula organicamente com o processo de acumulação do capital, ou seja, na interdependência entre o econômico e o político, o que ganha realce, nesta interlocução, é a relação entre as políticas sociais e, por sua vez, a assistência social, com a questão do trabalho no processo de valorização do capital. Isto é, a processualidade entre as relações de exploração sobre a força de trabalho mediada pela instância do Estado; este, portanto, como “mediador privilegiado no processo de acumulação e concentração do capital” (MENEZES, 1998, p. 107).

Sendo assim, segundo Menezes (1998), somente, “as transformações ocorridas no percurso dos processos de trabalho, postas pelo modo de produção capitalista, podem ser a chave para explicar o significado dessas políticas como mediação entre Estado e sociedade” (MENEZES, 1998, p. 59).

Como explicitado no item anterior, a perspectiva que norteia a presente analítica refere-se à reciprocidade entre o desenvolvimento das políticas sociais e às requisições históricas, a partir do contexto monopolista, sobretudo, em relação à reprodução da força de trabalho como imanência da estrutura produtiva do capital.

O que se depreende é que as demandas postas pelo estágio monopolístico impôs a materialização das políticas sociais (BIZERRA, 2016). Tais demandas foram dirigidas fundamentalmente àquele que se constitui em *vetor extra econômico* na e para a reprodução social capitalista. Portanto, Menezes (1998, p. 64) corrobora com a perspectiva de que

A atuação do Estado na era dos monopólios se intensifica a partir de uma intervenção de espectro muito amplo e abrangente na totalidade da vida social. Na fase avançada do capitalismo, que o monopólio expressa, ele reestrutura, pela própria necessidade desse momento, uma espécie de simbiose entre a economia e política, fazendo desaparecer a separação (ainda que aparente) dos estágios anteriores entre o público e o privado. *Essa característica é, portanto, sua marca mais orgânica entre o econômico e o político.*

Na mesma argumentação, assevera Bizerra (2016),

Efetivamente, é a dinâmica monopolística que fez com que o Estado, diante da agudização das precárias condições de vida e de trabalho, assim como as lutas sociais expressas nos movimentos organizativos dos trabalhadores, buscasse estratégias para administrar as desigualdades sociais e os problemas que, inevitavelmente, delas emanam (BIZERRA, 2016, p. 131).

Assim sendo,

A implementação de políticas sociais resulta na manutenção da desigualdade graduada, com mais participação da classe trabalhadora no mercado de consumo de bens e serviços. Em nenhum momento o reformismo, da social-democracia e do Welfare State, questionaram a produção, apenas discutiram uma forma ‘mais justa’ de distribuição da riqueza através das políticas universais e o aumento do valor real do salário. É uma ilusão que nunca poderá levar a humanidade a uma forma social para além do capital. *Mesmo que se consigam políticas sociais abrangentes, elas podem ser anuladas se as necessidades do capital exigirem, foi o que aconteceu com o neoliberalismo. A inter-relação entre produção e distribuição é dialética, e a superação da forma desigual em que vivemos tem de ser também dialeticamente implementada nas duas esferas* (SILVA, 2016, p. 186, grifos nossos).

Ao compreender a interdependência entre a *produção* e a *distribuição*, a autora reivindica a apreensão dos laços invisíveis que selam organicamente a esfera da economia e a esfera da reprodução social nesta sociedade regida pelo capital. Sendo assim, destaca que “o Estado tem a função de manter a reprodução material da sociedade, como comando político do capital; ele o complementa em partes essenciais, inclusive com a implementação de políticas sociais” (SILVA, 2016, p. 186). E, com essa perspectiva, se contrapõe a uma suposta

resolução dos problemas sociais no âmbito da política, pois a natureza desses, segundo a autora, emerge da base material na qual esta sociedade se assenta.

Portanto, se erige o entendimento de que o contexto dos “Anos gloriosos”, embora, tenha permitido melhores condições materiais à classe trabalhadora, estas se dirigiram, essencialmente, à conservação da força de trabalho, uma vez se expressar como a “força de valorização do capital” (BIZERRA, 2016). Em outros termos, significou a manutenção do trabalhador em condições de ser explorado. Esta perspectiva deve ser remetida ao seguinte fundamento teórico:

[...] melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir se aperto (MARX, 2012, p. 251).

Cumpre, portanto, destacar que o Estado modifica suas ações a partir das exigências requeridas pela sociedade capitalista (BIZERRA, 2016), uma vez que “[...] tem a função social e manter a reprodução material da sociedade, como comando político do capital; ele o complementa em partes essenciais, inclusive com a complementação de políticas sociais” (SILVA, 2016, p. 186).

Assim, como já fora exposto por Netto (2011), a incorporação das demandas sociais da classe trabalhadora, sob *status* de “direitos”, somente se impõe quando se apresentam essencialmente funcionais à dinâmica de acumulação do capitalista, não obstante a consideração da necessidade do confronto empreendido pelas lutas sociais dos trabalhadores no processo. Nessa direção, destacam Mota e Tavares (2016, p. 237):

Inegavelmente, a intervenção social do Estado em resposta às lutas sociais dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, ante o despotismo dos patrões e a exploração da sua força de trabalho, é mediada pela luta de classes e se constitui em uma prática que – a despeito de ganhos civilizatórios – não rompe com a reprodução das relações sociais sob o capitalismo.

Por isso, já asseverava Faleiros (2009, p. 77) que “a reprodução da força de trabalho reproduz também a situação de classe e as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista, na dinâmica das lutas e forças social”.

Cabe, portanto, reiterar que os direitos (e, particularmente, os sociais) acompanham, por consequência, as vicissitudes da dinâmica reprodutiva do capital. Significa, assim, que sofrem as determinações de cada conjuntura histórica. O que também não significa eliminar

as determinações dos processos de enfrentamento dos trabalhadores frente suas condições de subsistência (NETTO, 2011; SILVA, 2016).

Tal consideração acerca da relação dos direitos – e direitos sociais – se apresenta como aporte fundamental para a compressão das determinações contemporâneas do capital sobre os direitos sociais outrora possibilitados pela dinâmica de expansão da ordem monopólica.

Assim, segundo Silva (2016), “existiram épocas em que foi possível conciliar as demandas do capital com os anseios populares por direitos e com a concretização dos avanços sociais” (p. 46). A autora se refere, pois, ao paradigma do *Welfare State* – ou “Estado de Bem-Estar Social”. No entanto, o capitalismo contemporâneo frente ao esgotamento daquele que se constituía seu padrão de acumulação, baseado no binômio *fordista/keynesiano*⁵², passou a se apresentar na contramão do feito de outrora, no que diz respeito à manutenção das aquisições de condições materiais dos trabalhadores.

Uma vez que, a partir da estagnação do padrão global de acumulação do capital, a preservação dos gastos estatais com os direitos sociais se dirigia em direção contrária à produção. Em outros termos, tal manutenção comprometeria às necessidades imperantes de investimentos e subsídios ao capital, com vistas à retomada de sua lucratividade a partir de então. Tratava-se, pois, da imersão do capital em uma nova crise⁵³.

Com isso, o que interessa, neste momento, pontuar é a incorporação pelo Estado das novas requisições em “regulação da produção material e da gestão da força de trabalho” (MOTA, 2009, p. 55), e, portanto, em observância a função social lhe atribuída no processo de reprodução social do capital. Assim,

Se apreende que diferentes estágios do capitalismo produzem, portanto, demandas diversificadas a serem incorporadas pelo Estado, que dispõe de uma autonomia relativa de modo a se organizar internamente da melhor maneira para conduzi-las e exercer influência sobre o desenvolvimento econômico. Donde se conclui que, dentro do campo dos limites e possibilidade historicamente postos para que o Estado mova-se e intervenha sobre a dinâmica societal, tanto do ponto de vista econômico quanto político e social, ele acompanha as mudanças processadas na sociedade e recorre aos mecanismos mais adequados (e mais variados) para cumprir, com êxito, a sua função sociogenética destinada para garantir e perpetuar a dominação de classe ao passo em que novos problemas vão sendo apresentados (BIZERRA, 2016, p.188)

⁵² Para aprofundamento, consultar: Braverman (1987) e Wellen e Wellen (2010).

⁵³ Dados os limites desta seção, não empreenderemos debate mais consistente acerca da crise contemporânea do capital em suas especificidades. Desse modo, indicaremos apenas algumas referências, em síntese, dentre elas: no âmbito do Serviço Social, Netto e Braz (2012); Mota (2009), por exemplo. Outras referências relevantes se constituem Antunes (2010) e Mészáros (2009).

Com essa direção, entende-se que se nos “Anos Gloriosos” o Estado respondeu às demandas impostas pela dinâmica capitalista com a universalização de direitos sociais⁵⁴ e, por sua vez, políticas sociais abrangentes, a conjuntura atual se apresenta em negação àquelas que foram as vias de respostas anteriores, requisitando, pois, o contrário. Nesse sentido, destacam Mota e Tavares (2016, p. 229):

Em meados do século XIX até o início do século XXI, o modo de produção capitalista transformou-se de maneira notável: diferentemente do que ocorreu até 1970, o horizonte de expansão do capitalismo tornou-se restrito, marcado por um cenário de crise de acumulação e expansão e pela hipertrofia do capital financeiro, o que tende a ampliar e diversificar os meios de exploração e barbarização da vida social.

E acrescentam:

A severidade da crise levou o capital a buscar novas fontes de valorização do valor adequadas às características atuais da sua expansão, deflagrando sua ofensiva restauradora através de iniciativas econômicas e políticas, na tentativa de assegurar a produção e a acumulação da riqueza privada. Trata-se – tal restauração – do desenvolvimento de processos que deságuam em *uma unidade orgânica entre os mecanismos econômicos e os de domínio político-ideológico levados a efeito pelos aparelhos privados de hegemonia, seus intelectuais e o Estado*. Um movimento articulado de iniciativas econômico-políticas que medeiam o processo de reprodução social, como é o explícito caso das pautas neoliberais e social-liberais que amparam a reestruturação produtiva. *Daí a centralidade do mercado versus a redução da intervenção do Estado e as radicais transformações no mundo do trabalho, compatíveis com os novos mecanismos de exploração do trabalhador* (MOTA; TAVARES, 2016, p. 230, grifos nossos).

Tal afirmativa expressa, pois, a direção implementada pelo Estado capitalista frente às novas demandas que o é requisitado em tempos de crise contemporânea. Se a imbricação das funções políticas e econômicas em contexto de expansão capitalista se erigia com possibilidades de acesso a melhores condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora, o que se observa no tempo presente é adoção de medidas do Estado em subtração das aquisições de outrora (MOTA; TAVARES, 2016; SILVA, 2016).

Daí a necessidade do entendimento da função histórica e social dos direitos sociais para a reprodução social do capital. Nesse sentido, Mota e Tavares (2016) destacam:

Desde que a mais-valia relativa continue evoluindo, pouco importa ao capital que o salário real do trabalhador seja completamente incompatível com seus lucros. Igualmente, não importa que sejam desconsiderados os direitos que, consoante os ganhos do capital, foram concedidos ao trabalho em outro momento histórico (MOTA; TAVARES, 2016, p. 245).

⁵⁴ Cabe observar que esta universalização não significa em termos globais.

Sendo assim, destacam, também:

Nesse sentido, as supressões do acesso a bens e serviços sociais – que desde o capitalismo monopolista requeriam o financiamento de fundos públicos como partícipes da reprodução do trabalhador – convertem-se atualmente em negócios privados e lucrativos, adquiridos pelos trabalhadores e suas famílias mediante a compra com parte dos seus pífios salários (MOTA; TAVARES, 2016, p. 246).

É preciso, portanto, se ter claro, nesse sentido, que

[...] as mudanças nas condições e nos processos de trabalho, como uma condição da reestruturação produtiva e necessária ao aumento da produtividade do trabalho, vinculam-se ao processo de acumulação pela mediação do Estado e, particularmente, das políticas sociais (Mota, 2015, p. 145).

Por isso, segundo Tavares e Sitcovsky (2012), se expandem a condição de trabalho informal, a precarização do trabalho, se intensifica os níveis de desemprego, e se implementa uma agenda ofensiva no campo dos direitos enquanto rebatimentos ao “mundo do trabalho”.

Nessa trama,

[...] novas e engenhosas estratégias de usurpação do trabalho vêm sendo amplamente ativadas, como o trabalho por conta própria e o estímulo ao *empreendedorismo* dos trabalhadores, transformando-se em vendedores de mercadorias e parte das cadeias produtivas de diversos setores. Tais estratégias evidenciam os modos atuais de utilização da força de trabalho como meio de valorização do valor, que de forma desigual e combinada, se apresenta como tendência mundial (MOTA; TAVARES, 2016, p. 232, grifo original).

Sendo assim, em análise ao movimento capitalista atual, Mota e Tavares (2016), elucidam:

Se, na origem, a matéria-prima e os meios de produção eram parte do capital constante, portanto afetos ao capitalista, a tendência atual é transferir essa responsabilidade também ao trabalhador, desde que em segmentos da economia, cuja propriedade não só preserve como favoreça a lógica da acumulação do capital. Nesse sentido, acode o Estado, criando o aparato jurídico que dá legalidade às novas formas de exploração e expropriação. Mas não só. Cresce também o Estado que acode os bancos e as grandes empresas, e desaparece o Estado social, rebaixando, portanto, o salário nominal dos trabalhadores, sobretudo nos países pobres, onde trabalhadores de mais baixa renda, antes usuários dos serviços públicos, são obrigados a recorrer aos sistemas privados (MOTA; TAVARES, 2016, p. 239).

Segundo tais analistas, o referido movimento “aponta em uma direção em que, além de não se cogitar a criação de novos postos de trabalho via redução do tempo de trabalho, ainda se quer reduzir postos de trabalho formalmente assalariados” (idem, *ibidem*).

Nesse contexto, afirmam ainda Tavares e Sitcovsky (2012, p. 197), “[...] excluída a possibilidade do salário, há que se oferecer aos desempregados e aos trabalhadores precarizados e informais outros mecanismos de reprodução da força de trabalho”. Para estes autores, o *Programa Bolsa Família*, na realidade brasileira, tem se caracterizado com tal função, ou seja, se apresenta como um mecanismo de reprodução da força de trabalho oferecido pelo Estado brasileiro.

O que, para Mota e Tavares (2016, p. 247), se explica porque,

diante da expansão do *precarizado, do proletariado e da pauperização*, o Estado recorre ‘paradoxalmente’ às políticas de exceção por meio de programas de transferência de renda que grassam por todo o mundo ou às iniciativas voluntárias da sociedade civil (associações caritativas, fundações empresariais, organizações não governamentais), qualificando-as como políticas de assistência e de enfrentamento à pobreza.

E, nesses termos, por consequência,

[...] em geral, a precariedade de vida dos trabalhadores apresenta-se como indicador de pobreza e, portanto, passa a se constituir em objeto de programas sociais, sob a figura do pobre. Na verdade, *trata-se de trabalhadores expropriados do trabalho, mas parcialmente integrados ao mercado com os poucos recursos de que dispõem* (idem, p. 233, grifos nossos).

Nessa direção, se faz importante avaliar se os mecanismos apresentados à reprodução da força de trabalho, e se garantindo as condições “mínimas” de subsistência, se dirigem a possibilitar o retorno da força de trabalho ao mercado. Retorno esse necessário à constituição do circuito da acumulação capitalista pela via da apropriação da mais-valia.

Em consideração, ressalta, ainda, Sitcovsky (2012, p. 236) em análise da realidade atual brasileira:

Podemos perceber que os recursos do Bolsa Família [...] são infinitamente superiores aos gastos governamentais com as políticas de trabalho. Essa é uma comparação muito reveladora, pois *aponta o tratamento dispensado à garantia do acesso ao trabalho no país [...] O governo federal, em vez de direcionar os investimentos em mecanismos que possibilitam a ampliação de postos de trabalho – no sentido de garantir o direito ao trabalho – investe muito mais no Programa Bolsa Família* (grifos nossos).

Da análise do autor, o que, ao nosso entender, se apresenta central refere-se à questão do por que o Estado não o faz, ou seja, não tem assegurado o “direito ao trabalho”. Importa observar, portanto, que a questão não pode residir numa perspectiva dualista, isto é, sobre o entendimento: para favorecer um lado despreza outro, por exemplo; nesse sentido, destacamos

que não se trata em essência de uma questão de *vontade política*. Mas, antes, esta se subordina ao imperativo econômico. Sendo assim, a questão só pode ser desvelada mediante a apreensão das determinações contemporâneas de valorização do valor.

A questão reside no âmbito das novas modalidades de valorização do valor, para as quais o Estado reafirma sua função de *cioso guardião* (NETTO, 2011) da produtividade capitalista. Portanto, como observado por Mota e Tavares (2016), trata-se da

[...] expropriação do direito ao trabalho e, conseqüentemente, dos meios de subsistência dos desempregados e subempregados, que passam a ser designados *de pobres*, banindo do seu horizonte o direito ao trabalho. Trata-se do segmento da superpopulação que Marx chamou de o ‘peso morto do exército ativo dos trabalhadores’ e do ‘exército de reserva’, tornado usuário da assistência pública ou privada. [...] Nos casos brasileiro e latino-americano, em geral, com os préstimos dos programas de transferência de rendas – campo da assistência social –, são transformados em consumidores de mercadorias, sem a ampliação dos direitos (MOTA; TAVARES, 2016, p. 241).

Diante desse contexto, a análise acerca da expansão da assistência social no Brasil é apreendida situada no contexto de redefinição do trato à “questão social”, na difusão da “crise da sociedade salarial” e a refuncionalização do papel da instância estatal perante a referida questão, e aí se difunde a mercantilização das políticas sociais públicas, na qual se inserem as novas tendências na seguridade social brasileira, quais sejam: a expansão da assistência social, a privatização da previdência social e da saúde pública (MOTA, 2015; SITCOVSKY, 2010). A mercantilização destas duas últimas políticas, a exemplo do processo de privatização dos serviços sociais públicos em curso desde os anos de 1990, compreende importantes nichos de lucratividade à expansão do capital em sua atual dinâmica sob a égide da mundialização da economia.

Nesse sentido, salienta Sitcovsky (2010, p. 153), as transformações decorrentes deste cenário de “supercapitalização” mundial “[...] alterou significativamente a seguridade social brasileira, engendraram esta outra concepção de seguridade social, incluindo a mediação do *indivíduo consumidor* e das instituições do mercado em substituição ao cidadão e o Estado [...]” (grifos originais). E assim, a partir do atual redesenho do sistema de seguridade social brasileiro, a assistência social tem sido direcionada como uma política de combate à pobreza, cuja expansão se engendra, principalmente, com a prevalência dos programas de transferência de renda – PTR.

Portanto, segundo analítica de Mota (2010), tem se delegado à assistência social o papel de mecanismo central no enfrentamento a pobreza e as desigualdades sociais. Papel este que, conforme autora, superdimensiona a política de assistência social como mecanismo

principal da proteção social brasileira, enquanto as demais políticas do tripé da seguridade social (Saúde e Previdência) são tensionadas à sua mercantilização, “restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios [...]” (p. 134) Em seus termos, se instalara

[...] uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2010, p. 141).

Considera, pois, que, nos marcos da superexploração do trabalho, a assistência social é requisitada em cena como fetiche de política estruturadora em face das ofensivas contemporâneas ao trabalho (MOTA, 2010). Sendo, portanto, invocada pelos setores dominantes como mecanismo de enfrentamento a pobreza e a desigualdade social na agenda contemporânea, imprimindo a assistência social, conforme Mota (2010, p.16), “o selo do enfrentamento ‘moral’ da desigualdade” em um contexto no qual essa política tem se constituído num “fetiche social”, onde se evidencia que

[...] enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social (MOTA, 2010, p. 16).

O que, para essa analista (2015, p. 131), se explica frente às tendências da seguridade social brasileira e as quais “[...] expressam um movimento mais geral, determinado pela relação de crise econômica dos anos 80 e os mecanismo adotados para seu enfrentamento” (MOTA, 2015, p. 131). Assim, segundo essa autora, denota-se o encaminhamento da seguridade social “ao âmbito dos movimentos da economia e da política”, enquanto macrodeterminações dos processos sociais [...]” (idem, ibidem) emergentes a partir daquele contexto. Uma vez que

Nas conjunturas de crise econômica [...] torna-se mais explícito, pois, a necessidade de criar mecanismos de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro revela a estreita vinculação entre os requerimentos do processo de valorização e realização do capital e as condições sociopolíticas sob as quais o capital tenta superar as crises de sua reprodução, sem perder a condição de classe hegemônica, valendo-se, dentre outras medidas, das políticas sociais (MOTA, 2015, p. 27).

E com esse entendimento, a autora considera que a seguridade social, como *alvo prioritário das reformas sociais em conjunturas de crise*, por exemplo, se situa no processo de produção e reprodução social constituinte da totalidade capitalista. Em suas palavras:

[...] particulariza, no plano material e político, sua vinculação com as necessidades de socialização dos custos da reprodução da força de trabalho enquanto condição da acumulação do capital e com o processo político deflagrado pelos trabalhadores em torno das conquistas sociais, institucionalizadas nos direitos sociais (MOTA, 2015, p. 26-27).

Para tanto, como expressão dessa dinâmica,

As mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado são objetivadas em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são: os mecanismos de privatização e as pressões do empresariado e da burocracia estatal no campo dos direitos sociais, como condição para operar reformas nas políticas da seguridade social (Idem, p. 137).

E sendo assim, portanto, a atual dinâmica do capital tem engendrado novas ingerências nos rumos dos modelos de proteção social, resultante de um contexto adverso à classe trabalhadora, o qual advém da conjuntura presente marcada pela mundialização da economia sob a direção do capital especulativo. Deste modo,

Na atual fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, mediante sua precarização e expropriações, pode ser compreendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho*, que se faz mediante: 1) a violação do valor do trabalho socialmente necessário, através da redução dos salários/ remuneração do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto abaixo dos ‘padrões normais’ socialmente vigentes em cada sociedade (materiais, culturais e morais), porém mantendo a sua dependência do mercado para consumir seus meios de sobrevivência; 2) a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho e pela privatização dos serviços públicos; 3) o sitiamiento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético-político, pessoal, social), empobrecendo suas objetivações e ideários, dados a centralidade da luta pela sobrevivência, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho; 4) a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho, pela concorrência entre os trabalhadores etc (MOTA; TAVARES, 2016, p. 243).

Frente a tal cenário a assistência social é acionada como principal mecanismo de segurança perante um cenário de acirramento de desemprego e desproteção contemporânea.

Com essa compreensão, conforme analítica, a posição tão desejada à assistência social no âmbito da seguridade social brasileira se esvaziou de unidade com suas demais políticas integrantes, e com graves implicações ao campo de proteção social (MOTA, 2010).

E, assim sendo, ao se referir ao contexto histórico compreendido de expansão da assistência social, a analista ressalta que ocorreu em face de um movimento de desmonte das políticas de Saúde e Previdência Social em tempos marcados pelo desemprego e desregulamentação do trabalho. O que é explícito com a assertiva a seguir:

[...] de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho (MOTA, 2010, p. 137).

Sendo assim, as tendências atuais no campo da seguridade social

[...] desdobra-se em duas posições antagônicas: a preservação e manutenção da seguridade social pública e universal, como estabelecida na Constituição de 1988; e o desmantelamento da seguridade social pública, por meio da introdução do mercado como o mecanismo regulador do acesso dos trabalhadores à previdência social e aos serviços de saúde, deixando a cargo do Estado a assistência social e a concessão de uma parcela dos benefícios da previdência aos trabalhadores de menor renda (MOTA, 2015, p. 249).

Com efeito, em contexto entendido como de superexploração da força de trabalho, a assistência social é transformada como principal mecanismo de enfrentamento as contradições do processo de exploração sobre a força de trabalho e em seus rebatimentos sobre a reprodução da força de trabalho, apresentando, também, como estratégia de inclusão.

Com essa perspectiva, cabe, portanto, reiterar a necessidade da validade dos mecanismos empreendidos pelo Estado ao processo de reprodução da força de trabalho e, por sua vez, a validade atual da assistência social neste processo no capitalismo brasileiro contemporâneo.

Por fim, nesta direção, a perspectiva deve se assentar na desmistificação da relação estrutural da política social com a totalidade da produção e reprodução do capital, e para a qual o Estado burguês, em que pese dada função histórica assumida por essa entidade repercutindo em aquisições dos trabalhadores, se apresenta em manutenção das condições da acumulação capitalista, pois corresponde em aspecto injuntivo de sua essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aufhebung!*⁵⁵

Ao revisar parcela da literatura produzida pelo Serviço Social Brasileiro no debate sobre a particularidade da política social e, dentro desta, a da assistência social, como processo histórico-social condicionado pela totalidade social capitalista, e cuja função social é emergente do contexto histórico monopolista do capital, a análise aqui empreendida se dirigiu a apreender como esse processo é situado no debate teórico do Serviço Social, pela mediação de seus teóricos, particularmente em análise à relação com a reprodução da força de trabalho. Nessa direção, constatamos três tendências nucleares, e inobstante as peculiaridades concernentes aos referenciais analíticos, se faz importante destacar que elas reivindicam assento no campo progressista sob o horizonte da emancipação do trabalho (classe trabalhadora) frente à relação social que consiste o capital. E o são na reivindicação desse horizonte que abordam seus respectivos enfoques analíticos, quais sejam: um, sob a análise dos processos econômico-sociais nos quais se produziram as políticas sociais de gestão pública no Brasil, assumindo um aporte teórico-metodológico de cariz histórico-cultural; outro, de histórico-estrutural, reivindicando a perspectiva de totalidade e luta de classes em superação de vieses unilaterais acerca da análise do objeto estudado, todavia comparece o enfoque da política frente à totalidade social; e o último, também de histórico-estrutural, sob o solo analítico da interdependência entre economia e política constituinte da totalidade social burguesa.

Consideramos, pois, a perspectiva da *emancipação do trabalho* como confluência central entre os teóricos, apesar das divergências verificadas em suas linhas de análise. E, em razão da confluência em questão – e, vale ressaltar, na qual nos situamos também – dirigimos a crítica frente a alguns aspectos, a serem desenvolvidos a seguir.

Mas, antes, faz-se necessário o esclarecimento de que a perspectiva crítica assumida neste trabalho não se dirige à opção ou posição política que nos parece central entre os autores estudados, qual seja, de vícios progressistas em compromisso aos interesses da classe trabalhadora, pois, como mencionado, este é, também, o terreno de proposições políticas no qual nos inscrevemos.

⁵⁵ “Superação”.

Dito isso, estas considerações finais são apresentadas como balanço aproximativo – ainda que apenas considerações gerais –, acerca da relação entre a assistência social e a reprodução da força de trabalho – como objeto deste estudo.

A assistência social é compreendida como “conquista” da classe trabalhadora, especialmente em um trânsito de uma concepção “assistencialista” como traço histórico de sua conformação na realidade brasileira. Nessa direção, a assistência social apreendida como uma política social (direito social) compreenderia a ruptura com a cultura assistencialista (em matéria de “concessão”) que a conformou historicamente, ou seja, de sua condição como objeto de uso político pelos grupos dominantes (SPOSATI, 1995; 2010). Tal aspecto é enfatizado, sobretudo, pelo grupo teórico na primeira perspectiva (*Política social e o enfrentamento à pobreza: a reprodução social das classes subalternas*), o qual defende, por sua vez, a assistência social como política do campo da reprodução social, especialmente (SPOSATI et al, 2010; YAZBEK, 2006; PAULA, 2016). E com essa perspectiva, se faz indispensável às mobilizações e pressões das *classes subalternas* (PAIVA, 2010, YAZBEK, 2006), a partir do entendimento de que tal política se constitui como via de ruptura da subalternização (YAZBEK, 2006).

Já, para o segundo grupo intelectual (*Política Social, totalidade social e as lutas políticas*), a assistência social, sob a insígnia de uma política de direito (PEREIRA, 1996), não obstante as considerações de que ela não pode ser confundida como a “proteção social” em si (BOSCHETTI, 2006; 2016), deve ser defendida, como uma política de seguridade social à composição de um sistema de proteção social. Portanto, como um espaço de mediação para o acesso aos bens e serviços públicos, com o objetivo de fortalecer as lutas políticas, de mobilização em defesa de uma emancipação política (BOSCHETTI, 2016).

Em suma, a perspectiva defendida é de que a assistência social pode (e deve) se constituir uma mediação ao encontro da igualdade de condições aos sujeitos que a demandam (PEREIRA, 1996; BOSCHETTI, 2016). Nessa direção, a mediação essencial é a disputa de classes com vistas à desmercantilização das relações sociais pela via do Estado (BEHRING; BOSCHETT, 2011; PEREIRA, 2011).

Apreendemos os aspectos acima referenciados assentados numa perspectiva de que direitos sociais possuem direção contrária à economia de mercado. Mas, como esta é apenas uma dimensão da economia capitalista, a “emancipação” do mercado – pela via dos direitos sociais, conforme pode ser verificado do debate apreendido – não significa a “emancipação” em relação ao capital.

Assim sendo, para o terceiro grupo teórico (*Política Social e a dinâmica entre o Estado e o processo de acumulação do capital*), a validade da assistência social, antes da função ideológica que a ela também é atribuída no processo reprodutivo capitalista – e porque essa função só pode ser desmistificada na relação de reciprocidade entre a economia e o Estado na sociabilidade capitalista (FALEIROS, 2009) -, que se expressa na condição de política de cidadania, sob a aparência autônoma da esfera produtiva (MOTA, 2010), aquela se dirige ao processo de preservação de uma população excedente aos interesses de valorização do capital, uma vez ser produto do próprio desenvolvimento capitalista (FALEIROS, 2009). No mesmo sentido, conforme Menezes (1998), a articulação da assistência social com o processo de pauperização nesta sociedade, particularmente na formação brasileira como é situado na primeira perspectiva (*Política social e o enfrentamento à pobreza: a reprodução social das classes subalternas*), não se desvencilha do movimento da economia.

Não se trataria, pois, de uma inoperância estatal, como fora apresentado, em compromisso político à concentração da riqueza; esta é uma dimensão, porém em nível da aparência, portanto não é rejeitada. Entretanto, ademais, isto não é senão demonstração de uma particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro – o *capitalismo periférico* –, e, assim, o processo referido não pode ser apreendido desarticulado das relações com o “mundo do trabalho” e, por conseguinte, das alterações impostas às relações de trabalho globalmente. O que implica, portanto, a observação no que diz respeito ao desenvolvimento de tais relações numa formação social e política de capitalismo periférico, como é a particularidade brasileira (MENEZES, 1998).

Constitui-se, desse modo, uma referência necessária, uma vez que é o campo da produção (“mundo do trabalho”) que “dimensiona e altera a demanda das políticas sociais de assistência” (idem, p. 105), uma vez que a economia é o fundamento material da ação política do Estado. Portanto, Faleiros (2009) infere que é aos excluídos do mercado de trabalho – o “viveiro de trabalhadores” - que se é destinado a assistência social.

Na mesma linha, para Schons (2008), é necessário identificar a ligação dessa política com o capital e o trabalho, pois é na dialética da reciprocidade entre a economia e o Estado que se apresenta a sua função e significado à relação substancial da sociabilidade burguesa – capital/trabalho. Somente assim é possível “compreender seus limites e desmistificá-la enquanto afirmada como direito social e conquista de cidadania” (idem, p. 36).

Não se pode desconsiderar que em alguma medida a relação entre a política social e a reprodução da força de trabalho é referenciada no interior de todos os campos analíticos analisados. Convém, portanto, informar que não se trata de uma ausência a respeito. Porém, o

debate é remetido a um vóeis economicista, de modo geral no âmbito das primeiras perspectivas analisadas; a reprodução da força de trabalho é associada ao mercado por ambas. Mas, isto não é a questão central, porque de fato a reprodução da força de trabalho possui vinculação intrínseca ao mercado. A questão é que a concepção a respeito se apresenta como uma relação antitética acerca da cidadania e, por sua vez, dos direitos sociais. Estes últimos – direitos sociais – são apreendidos na abstração de sua vinculação com a base material capitalista. O que significa, portanto, incorrer em uma mistificação conservadora.

Dizer isso não significa suprimir a condição de direito das políticas sociais e, muito menos, a desconsideração sobre sua legitimidade enquanto possibilidade concreta de aquisições de condições melhores de vida à classe trabalhadora e, assim sendo, a emancipação política. O que se quer destacar é a necessidade de apreender essa condição de direito a partir da contradição erigida da base material, portanto, que as fundamentam – na relação de reciprocidade entre capital/trabalho. Condição essa que somente é possível desmistificar a partir do entendimento da tensão conformadora das relações de classe, e para o qual o fundamento se encontra nas relações de produção e reprodução de uma força de trabalho à valorização do Capital (PASHUKANIS, 2017).

Como nos dissera Marx (2010c, p. 47), “a existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital”. Portanto, tal condição expôs o trabalhador à dependência inelidível com a classe dos capitalistas, visto que a ausência de relação com essa classe compromete a própria condição de sobrevivência da classe dos trabalhadores.

Esta mediação, por sua vez, se constitui condição medular no processo de desenvolvimento do capital, o qual, baseado na exploração da força de trabalho⁵⁶, só o pode se constituir pela disposição de tal força no mercado. Tal disposição, de um lado, e a exploração, de outro, são constituintes de uma mesma relação social: capital/trabalho, na qual em reciprocidade se (re) produzem. Para o trabalhador, trata-se de se inserir numa relação de assalariamento, cujo fim último consiste na preservação de sua subsistência pela mediação do salário que o pagam, como preço de sua força de trabalho. Já para o capitalista, comprador da força de trabalho, posta à venda por aquele que o é proprietário, o assalariamento compreende a mediação fundamental no processo de produção de mais-valia na constituição de sua lucratividade, da ampliação do seu capital, como objetivo final da relação estabelecida junto ao proprietário da força de trabalho.

⁵⁶ Tal aspecto se apresenta como diferença frente a outros modos de produção na história das sociedades de classes.

A produção de mais-valor e, por conseguinte, de *mais-valia* refere-se, portanto, ao trabalho excedente⁵⁷, cuja disposição passa a ser de titularidade capitalista, uma vez cedido a este, pelo trabalhador, o direito de dispor da força de trabalho conforme os termos da relação contratual estabelecida por ambos, por ocasião da venda e compra da força de trabalho. Tal fato significa dizer que o valor excedente produzido não é apropriado por seu produtor direito, e, por consequência, não se apresenta contido no salário recebido; e sim, pelo capitalista, que dispõe do uso da força de trabalho, uma vez mercantilizada. Tem-se aqui, portanto, o fundamento da exploração capitalista, sob a égide da subsunção real⁵⁸ do trabalho ao capital.

Assim sendo, a institucionalização do *sistema de trabalho assalariado* - peculiar ao modo de produção vigente, distinguindo-o profundamente dos modos de produção antecedentes - compreende, pois, a condição primeira da valorização do capital (mas, também o é da força de trabalho). Compreende, desse modo, da apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela mediação do trabalho assalariado.

Cabe, portanto, dizer que a subsistência do capital está intrinsecamente condicionada à exploração da força de trabalho, cuja finalidade se ergue na máxima a apropriação da “mais-valia” produzida. De outro lado, também, requer dizer que a subsistência não significa apenas para o capital, mas também o é da força de trabalho. Não se trata de uma questão comparativa, mas do entendimento de que ambos se determinam reciprocamente – um é pressuposto do outro, e vice-versa. E, assim, nos diz Schons (2008, p. 87), “diante das desvantagens para a força de trabalho, não é difícil concluir que ela demanda a afluência de uma regulação dessas relações que é feita por ‘fator externo ao mercado’, ou seja, o Estado [...]”. E isso não significa a requisição dessa regulação para se “fazer justiça” (CASTEL *apud* BOSCHETTI, 2006).

A intervenção do Estado não significa “uma *forma de garantir a justiça social* sem a ameaçar a propriedade privada”, não obstante a observação de que a análise da autora em determinado momento histórico adotara por pressuposto a perspectiva da contradição

⁵⁷Valor superior produzido pela força de trabalho, o qual é a fonte da riqueza capitalista. Refere-se, portanto, ao mais valor criado pela força de trabalho empregada, como mercadoria especial no processo da produção, que excede as necessidades de sua reprodução, é superior ao que seu valor de troca custa ao capitalista.

⁵⁸ Compreende o controle máximo (real) do processo de trabalho pelo capital. Este comanda efetivamente todo o processo produtivo, transformando o trabalhador em um mero apêndice da máquina. Para aprofundamento da discussão – da *subsunção formal* à *subsunção real* do trabalho ao capital, além da consulta clássica à obra de Marx - O capital: crítica da economia política (Livro I, v. I – O processo de produção capitalista), sugerimos, também, como leituras interessantes e didáticas: BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (especialmente, I Parte – *Trabalho e Gerência*); NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012 (capítulo 4); e WELLEN, H; WELLEN, H. Gestão Organizacional e Escolar: uma análise crítica. Curitiba: IBPEX, 2010 (Capítulos 1 – 4).

(BOSCHETTI, 2006, p. 74)⁵⁹. É inequívoco que a atuação estatal se dirige para assegurar a propriedade privada, no entanto não pode fazer isso sob o fundamento da justiça social. A perspectiva da *propriedade privada* no seio da sociedade burguesa e da *justiça social* é substancialmente inconjugável. A contradição, portanto, é outra: a *ação política* responde às demandas sociais somente quando tais podem ser refuncionalizadas a favor da reprodução do capital (NETTO, 2011).

Assim, se por um lado, o capital não subsiste sem a força de trabalho – esta como uma mercadoria especial, responsável pela expansão do valor e, por conseguinte, fonte de extração da mais-valia – por outro, sua lógica de reprodução, por meio de uma acumulação ampliada, se firma na negação do valor dessa força de trabalho como condição *sine quo non*. Ou seja, o capitalismo baseado na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida subordina todas as necessidades a uma relação social fetichizada à produção ilimitada de mais-valia. Dentre elas, sobretudo, a de (des) valorização da força de trabalho. O que incide na criação de uma *força de trabalho excedente*⁶⁰.

Trata-se, portanto, da contradição inerente da lógica de reprodução capitalista, isto é, a necessidade de incorporar em seu processo de acumulação a força de trabalho, mas, também, de engendrar um movimento oposto, de expulsão de parte da força de trabalho, constituinte da superpopulação relativa; o que, por sua vez, é possibilitado pelo desenvolvimento do capital constante da *composição orgânica do capital*, em sua relação com parte variável (força de trabalho).

O processo de produção e reprodução capitalista requisita, portanto, a criação não só de uma população de trabalhadores ativos no processo de produção, como também de uma população excedente – uma *superpopulação relativa*⁶¹ – isto é, acima da necessidade imediata à produção, que como produto histórico e necessário à acumulação capitalista consiste em “a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 2012, p. 209), compreendendo na dinâmica de integração/expulsão da força de trabalho. E ainda,

⁵⁹ Importante reiterar que Boschetti apresenta avanços teórico-analíticos em relação ao estudo mencionado em sua recente produção (2016).

⁶⁰ Esse processo é desvendado com a chamada *Lei geral de acumulação capitalista*. Para sua apreensão, consultar o capítulo XXIII de *O capital* (MARX, 2012).

⁶¹ Para Marx (2012), a superpopulação relativa assume três formas principais: a *flutuante*, a qual abrange trabalhadores que ora se apresentam empregados ora desempregados; a *latente* refere-se aos trabalhadores do campo (áreas rurais), e atingidos pelas apropriações capitalistas migram em busca de ocupações nas áreas urbanas, quando assim lhe são possível; e a *estagnada*, constituída de trabalhadores ativos, contudo sem atividades regulares (emprego fixo).

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 2012, p. 199).

Assim, se a expulsão de força de trabalho, esta constituinte da superpopulação relativa, atende a interesses imediatos do capital - cujo fundamento se encontra na *composição orgânica do capital* -, por outro lado, também, requisita, pela contradição que lhe é inerente, de condições de reprodução para se manter à disposição do capital, quando ele o requisitar. Conforme Marx (2008, p. 28-29), significa dizer que “[...] para que uma classe possa ser oprimida, é necessário garantir-lhes as condições que lhe permitam, pelo menos, sobreviver em sua existência servil”.

Nisso, se revela o fundamento da contradição do desenvolvimento das políticas sociais enquanto mecanismos de “proteção social” ou formas de enfrentamento engendradas pelo Estado às expressões da “questão social”, no seio da sociabilidade capitalista, sob a dependência do avanço das forças produtivas – se faz necessário o destaque -, cuja expressão máxima se apresenta no estágio monopolista do capital.

Registra-se que as considerações em curso não se dirige uma defesa do *sistema assalariado*, muito pelo contrário. Mas, antes que se erija uma acusação apressada, sob a alegação de uma fundamentação economicista, de que pensar na reprodução da força de trabalho se relaciona exclusivamente a ampliação da lucratividade do capital, como foi possível observar - ora explícita ora implicitamente – em algumas analíticas estudadas, recorremos à tradição marxista, na qual seu mentor já revelara que “o rápido crescimento do capital é o que possibilita a condição mais favorável para o trabalho” (MARX, 2010c, p. 67). Eis a contradição reveladora da importância da análise do processo de reprodução da força de trabalho.

Sendo assim, pode se afirmar que as condições históricas nas quais os direitos sociais se consolidaram referem às de expansão do capital, pois sua substância material é o trabalho excedente dirigido ao Estado no processo de repartição da *mais-valia*. Consideramos que sob tal fundamentação a relação entre direitos sociais e exploração da força de trabalho constitui um aparente paradoxo.

Acerca da relação paradoxal que comparece na literatura em relação aos “direitos do trabalho” e os “direitos de cidadania”, a qual é tratada da seguinte maneira, comumente: de início, o acesso aos direitos sociais vinculava-se apenas ao mercado de trabalho, à esfera da produção no processo de exploração da força de trabalho, e o Estado, concebido como o

agente da universalização, ao estender tais direitos da esfera produtiva (direitos do trabalho) para a esfera da reprodução social, teria empreendido um suposto deslocamento ou desvinculação da primeira esfera. Tal compreensão abstrai a função histórica e social dos direitos sociais com a produção.

Com isso, entende-se que, abstraída da base produtiva, a perspectiva de “direito de cidadania” encobre a relação desigual no usufruto da riqueza social, decorrente da condição social no processo de produção, e o Estado como “comando” político dirigido a manutenção da reprodução capitalista. Importa, nesse sentido, destacar a necessidade fundamental de se apreender a função dos direitos sociais na e para a reprodução social desta sociedade.

Destacar isso, também, não significa desconsiderar a dependência do processo de constituição dos direitos sociais e, por conseguinte, das políticas sociais, em relação à organização política dos trabalhadores. Pelo contrário, como sinaliza Netto (2011), com o capitalismo monopolista se ergueu a possibilidade, mas sua realização apresenta dependência básica com as lutas e pressões da classe trabalhadora.

No entanto, é preciso se ter claro a direção da luta política no seio desta sociedade, qual seja: uma direção limítrofe à valorização da força de trabalho, portanto, a reprodução para além dos limites da sobrevivência. É nessa direção que se apresenta a disputa pelo “fundo público” à implantação dos direitos e políticas sociais. Nesse sentido, o autor da “crítica da economia política”, também, já asseverara: “Não deve se esquecer de que se luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade” (MARX, 2010c, p. 141).

Significa, portanto, entender que a defesa das políticas sociais à efetivação de direitos sociais tem por pressuposto as condições de reprodução social da força de trabalho. Esta é a mediação central para se apreender, por exemplo, as determinações da conjuntura presente com seus retrocessos no campo das “conquistas” dos trabalhadores. Para se entender que o momento histórico é expressão de que o capital não se encontra mais nas condições históricas de outrora nas quais se processaram as “conquistas” de caráter reformistas dos trabalhadores (MOTA; TAVARES, 2016). Enfatizar esse caráter nos parece importante, pois se trata de uma “conquista” dentro da ordem. No entanto, não desconsideramos que aquelas são resultantes do processo de luta da classe trabalhadora, sem o embate decerto não se consolidariam, mas é preciso ter clareza que tais conquistas são estruturalmente impotentes frente aos fundamentos que alicerçam esta sociabilidade. Não alterou (e nem se altera) a raiz da real desigualdade nesta sociabilidade.

E, portanto, sem desconsiderar os avanços analíticos obtidos a partir dos referenciais nos quais as políticas sociais se apresentam assentadas, e os quais podem ser observados neste trabalho – “inclusão social” / “direitos sociais” -, tais referenciais, em sua argumentação, apesar da reivindicação a perspectiva crítica e progressista, minimizam ou se distanciam da relação entre a política social e a base material da riqueza social.

Somente tendo por paradigma a reprodução da força de trabalho é possível caminhar na superação de perspectivas conservadoras e/ou das ilusões ideológicas que permeiam o campo da política social. Se não, a perspectiva da luta social que se expressa no âmbito da política social – ao invés de fato receber a real caracterização – ou seja, como proposição política assumida por aqueles no cotidiano de operacionalização das políticas sociais e, de modo particular, no âmbito da assistência social, em compromisso à construção de uma nova sociedade assentada numa real emancipação (humana) – permanecerá obscurecendo a real função social da política social que não é senão o conservadorismo inerente à estrutura social dessa sociabilidade. A adjetivação positiva da política social só pode se objetivar dialeticamente pela relação com a reprodução da força de trabalho.

Defendemos, portanto, que a análise das políticas sociais deve ter por pressuposto a relação com a reprodução da força de trabalho. O que, por sua vez, significa analisá-las na validade frente às condições sociais de subsistência da classe trabalhadora, e entendendo-a, pois, como produto da exploração da força de trabalho⁶². Importa destacar que a reprodução da força de trabalho é a mediação nuclear para superar as perspectivas *economicistas* e *politicistas* no campo em questão.

E se uma vez estabelecida à relação entre a política de assistência social como mediação do Estado a reprodução da força de trabalho, nos parece necessário, a partir de agora, se dirigir ao debate contemporâneo em que se insere a assistência social em sua condição “fetichizada” (MOTA, 2010) no Brasil atual, para questionar sobre sua validade contemporânea ao processo de reprodução da força de trabalho. Mas esta é uma incursão que requer novos esforços, excede, portanto, os limites deste estudo.

Mas, na direção que apontamos, faz-se importante mencionar que esforços têm sido empreendidos, especialmente na produção teórica construída pelo Serviço Social brasileiro nos últimos anos acerca do debate das tendências atuais da seguridade social brasileira e a

⁶² Importa notar que Iamamoto, em sua obra em parceria com Carvalho (2014), já avançara nessa compreensão: “tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 99).

particularidade da assistência social⁶³, na articulação entre determinações econômicas e políticas decorrentes da dinâmica atual do capital.

Tal produção tem destacado que contemporaneamente a oposição histórica entre trabalho e assistência social, por exemplo, tem assumido novas configurações, o que para Sitcovsky (2012, p. 245), por exemplo, tem se revelado em uma “[...] interpenetração entre ambos”. Para outra analista com a qual realizamos também interlocução, “[...] em contexto de crise do capital, a ‘rejeição’ [referindo-se a relação de atração e rejeição entre trabalho e assistência social] é minimizada ou matizada. Cada vez mais predomina, não por acaso, um polo de atração entre proteção assistencial e o trabalho precarizado (ou ausência de trabalho), já que a assistência social permite ao capital reduzir os custos da força de trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 175),

A respeito, defendemos que as mediações necessárias se situam na relação entre o Estado e o mercado, para a qual o pressuposto se constitui na função estatal no âmbito do processo de reprodução da força de trabalho.

Assumimos, portanto, a posição teórica de crítica à condição atribuída à política social na relação com a emancipação da classe trabalhadora aos imperativos da relação com o capital. Com isso, não desconsideramos sua importância no campo da *emancipação política* e, por sua vez, frente às condições objetivas dos trabalhadores nesta sociedade. Porém, não temos ilusão quanto aos limites históricos da *emancipação política*, sobretudo, em relação ao horizonte da *emancipação humana*. A primeira é uma determinação da ordem social vigente, o que não significa, por outro lado, desconsiderar sua qualidade de progresso histórico no processo de desenvolvimento da humanidade. Mas, se faz necessário não perder de vista que a confluência aparente que as encobrem não corresponde a uma relação de reciprocidade (LESSA, 2008). Em essência, trata-se, como já alertara Marx⁶⁴, de uma contraposição. Aquela é produto histórico e condição às relações sociais regidas pelo capital, enquanto a segunda – a real emancipação (humana) – tem por fundamento a superação da estrutura social na qual se erigira a emancipação política presente. Insistimos: não temos a ilusão quanto à liberdade possível dentro da sociabilidade burguesa e, portanto, aos limites intransponíveis da emancipação política em sua condição de subordinação às relações de produção capitalistas.

⁶³ Cf. Mota (2010); Sitcovsky (2010b); Boschetti (2016). Importante, também, indicar a produção teórica *Marxismo, política social e direitos*, sob a organização de Ivanete Boschetti, Elaine Behring e Rita de Lourdes Lima (2018), publicada no decurso deste segundo semestre, e que por essa razão não foi possível incorporar às produções analisadas neste estudo.

⁶⁴ Em *Para a Questão Judaica* (2009).

A nosso ver, este é um aspecto indispensável às análises da política social, em particular, na perspectiva das necessidades de subsistência da classe dominada e explorada nesta sociabilidade.

Esclarecemos, também, que não se trata de assumir uma posição teórica assentada no “determinismo do econômico”, e sim da apreensão de que a totalidade social na qual as políticas e os direitos sociais se constituem possui como fundamento a relação entre a esfera política e a econômica no processo de reprodução social burguesa. Igualmente, temos plena convicção de que sem direitos sociais, tendo por base as políticas sociais empreendidas pelo Estado capitalista, a condição social da classe trabalhadora se apresentaria ainda mais desigual. E de que é uma mediação entre a desigualdade real (econômica) e a igualdade política, ambas como pilares da estrutura de reprodução capitalista. Isto é, se mantém em relação de reciprocidade. Significa, pois, dizer que o fundamento da igualdade política é a desigualdade real – e vice-versa -, cuja base compreende as relações de produção; ou, dito de outra forma, a preservação das relações desiguais de produção pressupõe uma igualdade no plano político.

E sendo os direitos sociais a única possibilidade na constituição de uma condição social menos desigual aos trabalhadores nesta sociedade não nos afastamos de sua defesa, e, por sua vez, da luta pela democracia política, porém isto sem perder de vista sua funcionalidade histórica e social para a ordem social presente - a contradição que o é conformadora. Assim, o entendimento é de que não são com direitos sociais e suas políticas que esta sociedade será superada ou que a condição social da classe trabalhadora será alterada, ainda que pese a consideração acerca da atuação da esfera estatal frente a algumas de suas demandas históricas. Dizer que eles não possuem natureza anticapitalista, significa, pois, a compreensão de que não interferem na relação de exploração do capital, assim sendo, a classe trabalhadora não deixa de ter sua condição de dominada e explorada preservada, e, ainda, que possam representar, como sinalizado, condições melhores de sobrevivência para ela, como aquelas possibilitadas no contexto histórico de expansão do capital do século passado.

E mais: não podemos esquecer que o desenvolvimento capitalista se assenta numa relação desigual entre seus países, aqueles tidos de capitalismo avançado subordinam outros aos seus interesses – os chamados periféricos, como exemplificação se apresenta o Brasil -; logo, tal contexto não se generalizou.

Este aspecto deve, portanto, remontar a apreensão da conformação do Estado sob as determinações do capitalismo de desenvolvimento subordinado. Não invalidamos a importância da “prática política” frente aos problemas sociais que incidem sobre a classe

dominada, como uma requisição para um “padrão básico de cidadania” de caráter universal ou uma atuação em oposição à manutenção da propriedade privada, como apontado entre as perspectivas analisadas, mas argumentamos que não se trata apenas de uma questão de “opção política”, mas que esta, antes, estará sempre subordinada, como uma impotência estrutural da esfera política frente aos interesses de reprodução do capital. A esfera política jamais poderá dar resolutividade aos problemas sociais, visto que são produtos inerentes desta sociedade, pois é na base material que encontra seu fundamento, como afirmara Marx (2010c).

Assim, apesar de não invalidar tal prática, nossa posição se dirige ao entendimento de que a apreensão da relação presente entre o Estado e a perspectiva de inclusão social dos sujeitos explorados só pode ser apreendida em suas determinações reais na relação do desenvolvimento econômico brasileiro com as determinações de capitalismo central, ou ainda a particularidade do desenvolvimento da questão do trabalho nas economias periféricas. A esse respeito, na especificidade brasileira, a formação do mercado se assenta numa convivência entre formas arcaicas e modernas de relações de trabalho, o que impedirá a mercantilização da força de trabalho como diretriz do capitalismo (MENEZES, 1998).

E, ainda: em relação à concepção do Estado, destacamos que apesar da apreensão teórica da maioria dos nossos autores a respeito do caráter de classe do Estado, ainda persiste a concepção de um Estado que pode se (re) modelar aos interesses da classe trabalhadora – enquanto sujeito da posição política assumida pelas três perspectivas analisadas – a depender da organização política na correlação de forças de forças entre a classe opositora – dos capitalistas –, o que distancia da articulação medular entre ele e o capital. E tal perspectiva desvela a compreensão acerca da contradição, ou seja, um Estado que a depender da força política dos sujeitos antagônicos pode se apresentar ora de um lado ora outro.

Tal perspectiva é creditada, por alguns teóricos em interlocução, à influência gramsciana, e assim a constituição de um “Estado ampliado” se dirigiria a superação do “Comitê executivo” da clássica assertiva marxiana. Aqui se daria a supremacia da política, pela mediação das lutas de classes, sobre a reprodução do capital. Em mediação, argumentamos que a totalidade do capital só pode ser apreendida pela interação que se constituem a base política e a econômica.

Nesse sentido, a interpretação do “Estado Ampliado” incorre em implicações ideológicas, uma vez parecer abandonar os meandros constituintes da essência burguesa desse Estado – sob a ressalva que não decorre do pensamento gramsciano. Assim, ainda que o Estado, a partir da transição ao contexto monopolista, passe a direcionar sua atuação assentada na imbricação orgânica de funções políticas com as suas funções econômicas

(Netto, 2011), possibilitando a constituição do que foi conhecido como “Estado de Bem-estar social”, tal fato não incidiu contrário à sua natureza classista. Pelo contrário, sua natureza é reafirmada dialeticamente por essa imbricação e, por conseguinte, frente às demandas da classe antagônica a dos capitalistas. E se há luta dos trabalhadores em requisição a “ação política em geral” na correlação de forças presente na totalidade social, tal ação é expressão clara de que, “[...] na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte” (MARX, 2010c, p. 137). Outrossim, nos lembrara Marx (2010c), de que a luta de classes presente não se direciona a eliminação da relação social – capital -, mas, sim, para a manutenção do valor do trabalho frente as exigências de tal relação.

Portanto, o fundamento material da luta entre os sujeitos antagônicos – capital e trabalho - desta sociabilidade consiste no embate pela valorização da força de trabalho e, por sua vez, de sua reprodução, e às exigências de acumulação do capital. O primeiro exercerá sempre pressão em contrário as condições necessárias de subsistência do segundo. Enquanto este, por sua vez, exercerá força para manter-se em condições de reprodução, à preservação do valor do trabalho. Uma vez tratar-se, pois, de uma grandeza variável como as demais mercadorias, cujo valor sofre a interferência das flutuações do mercado e, assim, se constitui em conflito incessante entre os sujeitos envolvidos (MARX, 2010c). E segue o mesmo autor, chamando a atenção para a perspectiva das lutas diárias dos trabalhadores: “não deve se esquecer as causas desses efeitos; que se luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos [aqui podemos situar, por exemplo, as políticas sociais e os sistemas de proteção social], mas não cura a enfermidade” (MARX, 2010c, p. 140-141).

Ressaltamos que a luta pela democracia política não deixa de ser uma luta indispensável à classe trabalhadora, e mais do que nunca no atual momento histórico do capital, quando este enfrenta limites à manutenção de seu processo de expansão. Lembraramos já o autor da crítica à economia política, e no qual nos fundamentamos: *[...] a acumulação acelerada do capital forçosamente inclina a balança a favor do operário, por provocar uma procura crescente de seu trabalho* (MARX, 2010c, p. 139). Desse modo, é somente nesta seara analítica, assentada na contradição nuclear desta sociedade, que é possível a real apreensão acerca das determinações que envolvem o processo de desvalorização da força de trabalho, particularmente no tempo presente em face da crise estrutural do capital. E cuja expressão se observa na atuação do Estado, pela mediação dos direitos e políticas sociais, frente às contradições da sociabilidade capitalista. Nela, o próprio Estado, como o comando político às relações de dominação e exploração presentes.

E aí se evidencia a relevância da dimensão da reprodução da força de trabalho como objeto de análise pela mediação das políticas sociais. E assim contrastamos com o viés analítico que situa a reprodução da força de trabalho na perspectiva unilateral de requisição da produção, dirigindo-se a acumulação do capital, sem mediação às necessidades inerente de reprodução da classe dos trabalhadores. E assim, apontamos que é uma requisição da reprodução social.

A concepção de Estado que assumimos compreende-o como comando político à totalidade de dominação capitalista. Não significa desconsiderar a autonomia que possui frente à economia, mas de que o fundamento de sua ação autônoma se situa na dialética com os interesses do capital, possuindo limites intransponíveis para tanto, sua função social se encontra em subordinação aos imperativos da produção do sistema capitalista.

Depreende-se, portanto, que a política social – e, por sua vez, a política de Assistência Social – como mecanismo em essência a satisfação das necessidades humanas, como apresentada em tendência, consiste em um sofisma a ser superado pela desmistificação da natureza e função social do Estado em sua relação de reciprocidade com o capital, e são nessa reciprocidade que se inscrevem as mediações necessárias à análise dos problemas sociais – enquanto expressão da “questão social” – que envolvem a classe trabalhadora. E, assim, a apreensão do limite estrutural que conforma os serviços, ações sociais engendradas pelo Estado frente às demandas da classe dominada.

Igualmente, consideramos que a contraposição apresentada entre os direitos sociais e a exploração da força de trabalho compreende um aparente paradoxo, visto que a base material dos direitos sociais consiste no caráter explorador do capital, e este sob a salvaguarda do Estado, como o domínio político da totalidade capitalista.

Com efeito, defendemos, portanto, que a apreensão da política social – e sua particularidade como assistência social, só é possível sob a perspectiva da totalidade e esta enquanto relação basilar entre política e economia, ou seja, na reciprocidade entre o capital e o Estado.

Nessa direção, argumentamos que o Estado e, por sua vez, as políticas sociais, estão subordinadas aos imperativos da produção material desta sociedade. E a perspectiva de defesa dos direitos sociais não pode abstrair a relação com o campo da produção nem a crítica ao Estado capitalista, uma vez que é a raiz das contradições que conforma o antagonismo entre capital/trabalho. Isso significa dizer que direitos sociais, em última instância, se dirigem a reprodução das relações econômicas a partir da reciprocidade dialética entre o Estado e o capital em preservação à propriedade privada da riqueza social.

E isso nos leva a destacar, particularmente ao campo do Serviço Social, que enquanto as análises acerca da política social permanecer sobre a problemática “conquista/concessão”, nos manteremos reféns de uma “questão aparente”, de implicações ideológicas. Tal problemática não é seu cerne, apenas aparência da real determinação. Os nexos causais e, por sua vez, a função histórica e social da política social só podem ser desvelados apreendendo-os na relação entre a economia e política. Ela é produto de uma totalidade que envolve a reciprocidade entre Capital, trabalho assalariado (este como condição social do produtor direto da riqueza social no modo de produção capitalista) e Estado. E não obstante a inserção dos trabalhadores na correlação de forças na qual se faz presente o trabalho, a política social sempre estará subordinada aos imperativos da produção capitalista, até mesmo quando se afigura em condições melhores de subsistência aos trabalhadores, porque estas condições não retira a contradição entre a socialização da produção e apropriação privada. Nesta forma de sociabilidade, a classe trabalhadora estará sempre em posição de subordinação, de exploração, visto que o fundamento da sua condição na relação com o capital consiste a desigualdade real, que se apresenta nas relações econômicas.

Portanto, assumimos o posicionamento teórico de que as políticas sociais como materialização dos direitos sociais possuem dimensão à satisfação das necessidades sociais dos trabalhadores, mas aquelas têm sido historicamente modificadas em razão de sua subordinação às exigências da reprodução social presente, regida pelo capital.

Consideramos que, talvez, o principal contributo deste trabalho se refere à problematização com vistas à superação da dicotomia *economicismo* x *politicismo*, tão cara nos processos analíticos referidos à política social, de modo particular, os quais se assentam numa desarticulação entre as instâncias da economia e a política. Situamo-nos, pois, na perspectiva de articulação orgânica entre tais instâncias, portanto, constituintes de uma interdependência indissolúvel de uma totalidade social regida pelo capital. E desse modo, a apreensão das reais determinações da função social da política social se apresentam na totalidade social da qual faz parte.

É importante ressaltar que, ao examinar a política social na dinâmica entre Estado e o processo de acumulação do capital, não nos distanciamos em momento algum da “luta de classes” como perspectiva analítica e política em face das relações sociais capitalistas. Pelo contrário. Assim sendo, não se trata de desconsiderar as pressões e mobilizações dos trabalhadores em aquisição de melhores condições de subsistência materializadas no campo das medidas de política social, ou, situá-la como mero mecanismo de subordinação da classe trabalhadora – no sentido da coerção/consenso.

Não significa apreendê-la numa visão “maquiavélica”, por exemplo, como instrumento de manipulação do Estado capitalista sobre a classe dominada (FALEIROS, 2009). Por outro lado, a apreensão de sua contradição que é inerente à política social não se desvela no simples fato do atendimento às demandas apresentadas pela classe dominada. Atendimento esse que estaria condicionado exclusivamente à organização política da classe que o reivindica a instância estatal.

Nesses termos, a compreensão da *contradição* conformadora das políticas sociais conduziria a uma dualidade – ora se apresenta a política social que atende aos interesses da classe dominante, ora aos interesses da classe dominada – e o fortalecimento de um lado ou de outro é apreendido circunscrito ao campo das forças políticas, escamoteando o fundamento do antagonismo constituinte da presente sociedade. Apontar para tais considerações não significa dirimir a necessidade (e importância) do embate político na sociedade vigente; mas, antes, também, compreender as relações políticas na dinâmica do Estado às exigências de reprodução da totalidade burguesa.

Portanto, situar a política social e, por sua vez, a assistência social, na relação entre Estado e acumulação do capital é recuperar a dimensão da produção do valor econômico nesta sociedade como fundamento do antagonismo entre classes, e somente nele se apresenta possível apreender as reais determinações da função social da política social.

Chegamos assim à conclusão desse trabalho. Mas, antes de imprimir literalmente o “ponto final”, expresso, mais uma vez, meu grande agradecimento àquele que seguiu o leme desta travessia junto comigo: ao professor Henrique Wellen, grande Mestre. Uma referência intelectual, profissional e humana preciosa. Expresso, pois, que há confiança intelectual e também afetiva. E, sem exageros, este trabalho é fruto do encontro com ele – mas o resguardando de responsabilidades que somente cabem a mim.

E à parceria de tantas outras pessoas – já presentes em minha caminhada e outras que o encontro se deu ao longo deste período – que, fraternalmente, se puseram ao meu lado como âncoras em meio à travessia de “águas agitadas”, o meu mais profundo agradecimento.

E, finalmente, eis o maior horizonte pelo qual o esforço foi dispendido – em reforço como e para uma coletividade, e assim: “É fato, no entanto, que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas” (Karl Marx).

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

ANTUNES, RICARDO L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. – 14ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Cleonice Correia. A pobreza no contexto da política de assistência social. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. - 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____. Fundamentos de Política Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al* (Orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Rotação do capital e crise: Fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio *et al*. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e Capital: uma coexistência necessária**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 9ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. - 2ª ed. - Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

_____. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres Ed. UnB, 2006.

_____. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete [*et al*]. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (Org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

COIMBRA, Marcos Antônio. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique *et al.* **Política social e combate a pobreza.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002. Tradução de Ruth M. Klaus.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare state. In: **Lua Nova.** Rio de Janeiro, nº. 24, 1991.

FALCÃO, Maria do Carmo. A Seguridade na travessia do Estado assistencial Brasileiro. In: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** - 3ª ed.- São Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** - 12ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

HUBERMAM, Léo. História da riqueza do homem. - 21ª ed. - Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas /** (Orgs.) Ivanete Boschetti *et al.* - 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

LESSA, S. **A Emancipação Política e a defesa dos direitos.** Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/emancipacao_dirt_2008.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

_____; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOBATO, Lenaura de V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate.** Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 87-97, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0087.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2018.

LUCÁKCS, George. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Edneia M. O preço da Força de Trabalho: Paradigma de Análise da Política Social. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 22, p. 67-73, set. 2001. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/3883/3121>>. Acesso em: 17 de jan. 2017.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superprodução relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. (Org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo, Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Para a questão judaica**. Tradução [de] José Barata- Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Introdução. Tradução de Lúcia Ehlers. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**, Expressão Popular, 2010b.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010c.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 1/2.

MENEZES, Maria Thereza C. G. de. Em busca da teoria: políticas de assistência pública. - 2ª ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. - 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A intrincada relação histórica entre a Assistência Social e a Filantropia no Brasil. In: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (*et al* - Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: Novo Marco Regulatório e o Cenário Contemporâneo de Tensões Entre o Público e o Privado**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: Conselho Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Fetiche da Assistência Social (Apresentação). In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e pelexas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** - 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** - 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2012

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** - 17ª ed. - São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** - 4ª. ed. - Rio de Janeiro, Graal, 1984.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência Social e Políticas Sociais no Brasil: configuração histórica, contradições e perspectivas. **Revista Katálysis.** Florianópolis, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6250/5828>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 13, n. 2, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/12.pdf>>. Acesso em: 14 de out. 2017.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado capitalista e serviço social: o neodesenvolvimentismo em questão.** Campinas, São Paulo: Papel Social, 2016.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996,

_____. **Política social: temas & questões.** - 2ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Ines Souza; PEREIRA, Potyara A. P; VASCONCELOS, Ana Maria de. **Política social e democracia**. - 5ª. ed. - São Paulo Rio de Janeiro: Cortez UERJ, 2012

PIVA, Adrián. Burocracia y Teoria marxista del Estado. **Interstícios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**. Vol. 6 (2), 2012.

RAICHELIS, Raquel. Prefácio. In: PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (*et al* - Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: Novo Marco Regulatório e o Cenário Contemporâneo de Tensões Entre o Público e o Privado**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. - 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHONS, Selma. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. - 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil. **Revista Políticas Públicas (RPP)**, v. 4, n. 1.2, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/261/showToc>>. Acesso em: 05 de fev. de 2018.

_____. **Pobreza e políticas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil**: implicações socioeconômicas e políticas, 2010b, p. 222. Tese de Doutorado. UFPE, Recife/PE.

_____; TAVARES, Maria Augusta. In: **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. A Assistência Social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; *et al.* **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. - 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Intervenção Social**, 17/18, 1998. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/967/1087>>. Acesso em: 25 de jan. 2018.

_____. Prefácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

_____; *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na Previdência Social: uma política marginal. In: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. - 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 5ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, n. 110. Abr./jun. 2012

WELLEN, H; WELLEN, H. **Gestão Organizacional e Escolar: uma análise crítica**. Curitiba: IBPEX, 2010.

WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.